



**Wladimir Pomar**

# **PENSANDO A LONGO PRAZO**

**Crítica ao livro**

***A Tolice da Inteligência Brasileira,*  
de autoria de Jessé de Souza**





**Wladimir Pomar**

# **PENSANDO A LONGO PRAZO**

**Crítica ao livro**

***A Tolice da Inteligência Brasileira,*  
de autoria de Jessé de Souza**

2019, Editora Página 13

## **PENSANDO A LONGO PRAZO**

Crítica ao livro *A Tolice da Inteligência Brasileira*,

de autoria de Jessé de Souza

Wladimir Pomar

*Coordenação editorial*

Valter Pomar

*Diagramação e capa*

Emilio Font

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pomar, Wladimir.

Pensando a longo prazo. Crítica ao livro *A Tolice da Inteligência Brasileira*/ Wladimir Pomar. – São Paulo : Editora Página 13, 2019

238 p. ; 12 cm.

ISBN 978-85-62508-41-7

1. Ciência política. 2. Economia. 3. Socialismo. 3.  
Coletânea/Miscelânea. I Jessé de Souza. II Título

2019

**Página**<sup>PT</sup>**13**  
EDITORA

[www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

Rua Silveira Martins, 147, cj. 11. Sé, São Paulo, SP. CEP 01.019-000

CNPJ 10.445.600/0001-17

# Conteúdo

<b>Prefácio</b> .....	<b>9</b>
Outubro de 2019	
<b>Texto I</b> .....	<b>13</b>
21 de junho de 2016	
<b>Texto II</b> .....	<b>19</b>
28 de junho de 2016	
<b>Texto III</b> .....	<b>25</b>
5 de julho de 2016	
<b>Texto IV</b> .....	<b>31</b>
12 de julho de 2016	
<b>Texto V</b> .....	<b>37</b>
19 de julho de 2016	
<b>Texto VI</b> .....	<b>43</b>
26 de julho de 2016	
<b>Sobre a ciência</b> .....	<b>49</b>
2 de agosto de 2016	
<b>Ainda sobre a ciência</b> .....	<b>55</b>
9 de agosto de 2016	

<b>Ciência e Weber</b> .....	<b>61</b>
16 de agosto de 2016	
<b>Desenvolvimento capitalista</b> .....	<b>67</b>
23 de agosto de 2016	
<b>Marx: demonstração histórica</b> .....	<b>73</b>
13 de setembro de 2016	
<b>Capital em crise, aporias marxistas</b> .....	<b>79</b>
27 de setembro de 2016	
<b>Realidade e ideologia</b> .....	<b>85</b>
4 de outubro de 2016	
<b>Weber e incongruências</b> .....	<b>91</b>
12 de outubro de 2016	
<b>Colônia e patrimonialismo</b> .....	<b>99</b>
18 de outubro de 2016	
<b>Ainda o patrimonialismo</b> .....	<b>107</b>
25 de outubro de 2016	
<b>Legados do patrimonialismo</b> .....	<b>113</b>
1 de novembro de 2016	
<b>Capital e singularidade do Brasil</b> .....	<b>121</b>
8 de novembro de 2016	
<b>Ainda a singularidade do Brasil</b> .....	<b>129</b>
15 de novembro de 2016	
<b>Principais problemas</b> .....	<b>135</b>
22 de novembro de 2016	
<b>Economicismo e feudalismo</b> .....	<b>143</b>
29 de novembro de 2016	

<b>Soluços industrializantes.....</b>	<b>151</b>
8 de dezembro de 2016	
<b>Atrasado versus moderno.....</b>	<b>157</b>
13 de dezembro de 2016	
<b>Marxismo e capitalismo.....</b>	<b>163</b>
24 de janeiro de 2017	
<b>Conhecimento e consciência.....</b>	<b>171</b>
1 de fevereiro de 2017	
<b>Ascensão e luta social.....</b>	<b>179</b>
8 de fevereiro de 2017	
<b>Luta de classes e “ralê”.....</b>	<b>187</b>
15 de fevereiro de 2017	
<b>Ainda os desclassificados.....</b>	<b>195</b>
22 de fevereiro de 2017	
<b>Classes sociais.....</b>	<b>203</b>
2 de março de 2017	
<b>Luta de classes.....</b>	<b>211</b>
8 de março de 2017	
<b>Classes reais e fictícias.....</b>	<b>217</b>
15 de março de 2017	
<b>Lutas e ilusões de classe.....</b>	<b>225</b>
22 de março de 2017	
<b>Proletários, batalhadores e excluídos.....</b>	<b>233</b>
5 de abril de 2017	



# Prefácio

Outubro de 2019

Como comentarista do Correio da Cidadania escrevi, entre junho de 2016 e abril de 2017 uma série de artigos – na verdade, ao todo 33 – sob o título geral de Pensando a Longo Prazo, de crítica ao livro *A Tolice da Inteligência Brasileira*, de autoria do sociólogo Jessé de Souza,

Como afirmei no primeiro dos artigos, o lançamento daquele livro ocorreu “quase no momento em que a maioria do Congresso Nacional deu uma demonstração inequívoca do nível cultural predominante na elite política brasileira”. Aquela maioria, com o processo de impedimento contra a presidente Dilma, colocou o Brasil diante não só de uma “guinada conservadora”, mas também de um caminho que tendia desembocar num reacionarismo político perigoso. O que, afinal, se materializou com a vitória eleitoral da proposta fascista de Bolsonaro, em 2018.

O que me levou a escrever os comentários críticos não foi a pretensão do autor em apresentar “uma abordagem teórica e histórica inédita”. Ou sua intenção de oferecer “um caminho para devolver ao povo brasileiro a possibilidade de entender as reais contradições de nossa sociedade”. Ou, ainda,

sua afirmação de que brindaria os leitores com afirmações e avaliações preciosas de parte considerável da “inteligência brasileira” a respeito da “corrupção e ineficiência estatal”, contrapostas à “virtude e eficiência do mercado”.

O que verdadeiramente me incentivou a elaborar textos críticos à Inteligência... foi a evidente contradição de que tal texto, do ponto de vista político, embora se encontrasse nas fileiras daqueles que combatiam a guinada conservadora e reacionária, expunha afirmações e conceitos que, vistos numa perspectiva de longo prazo e do futuro da luta de classes sociais no Brasil, causavam inúmeras confusões teóricas e mereciam uma crítica mais fundamentada.

Por um lado, *A Tolice...* se insurge contra o que denomina “economicismo” liberal e marxista. E, como opção contrária a tal “economicismo”, sugere que a sociedade brasileira escolha entre um capitalismo abastado e um capitalismo atrasado para colocar em prática um “projeto histórico inclusivo” que permita ao Brasil dar continuidade à industrialização iniciada por Vargas, assim como ao processo “reformador”, mesmo limitado, dos governos Lula e Dilma.

Ou seja, desconsiderou que a “história política do Brasil moderno” também contempla outros tipos de projetos, abrangendo outras dimensões do papel do Capital e do Estado, na perspectiva de romper os limites do conservadorismo, ampliar o desenvolvimento das forças produtivas industriais e agrícolas do ponto de vista científico e tecnológico, e disseminar a inclusão social e os direitos democráticos na sociedade brasileira.

Além dessas lacunas, *A Tolice...* também apresenta um entendimento confuso a respeito do “Poder Político” ou do Es-

tado”. Supõe que, a partir da eleição de Lula como presidente, esse instrumento, ao mesmo tempo político, militar, social e econômico, teria sido conquistado pelo PT.

Aliás, surpreendentemente, tal suposição não é muito diferente do que pensam muitos adeptos do bolsonarismo. Dessa maneira, confunde Governo, um dos componentes do Estado, com o Poder Político real. Em outras palavras, o PT se limitou a estar à frente do Governo, nem sempre o principal instrumento do aparato de Estado que foi construído e reconstruído pelas classes que, há séculos, se revezam no domínio da sociedade brasileira.

Em tais condições, ao contrário do que supõe *A Tolice...*, para tornar o Brasil um país econômica, social e democraticamente desenvolvido é indispensável colocar todos os aparatos do Estado, ou do Poder Político, a serviço do povo brasileiro e não da minoria que o comanda e o dirige em função de seus interesses de classe.

Como todos esses assuntos voltaram à baila, seja com a vitória eleitoral da extrema-direita, seja com a demora da esquerda democrática e popular em reconhecer seus erros estratégicos e táticos (muitos dos quais influenciados pelas teses de *A Tolice...*), achei conveniente a sugestão de reunir e republicar os artigos críticos relacionados a ela.

Assim, sempre resta a esperança de que contribuam, de algum modo, para a crítica aos erros que levaram à derrota da esquerda diante do bolsonarismo, assim como para a elaboração de uma nova estratégia que livre o povo brasileiro de um retrocesso histórico tão ou mais doloroso do que os que foi obrigado a suportar no passado.



# Texto I

21 de junho de 2016

Por uma dessas coincidências que a razão desconhece, o sociólogo Jessé Souza decidiu lançar seu livro *A Tolice da Inteligência Brasileira* quase no momento em que a maioria do Congresso Nacional deu uma demonstração inequívoca do nível cultural predominante na elite política brasileira. Elite que tem, ou deveria ter, como pressuposto, possuir aquilo que o próprio Jessé classifica, junto com Pierre Bourdier, de “capital social” e “capital cultural”, e supõe serem as condições básicas para o exercício dos poderes econômico, social e político.

Apresentado, na contracapa, como “uma abordagem teórica e histórica inédita”, oferecendo “um caminho para devolver ao povo brasileiro a possibilidade de entender as reais contradições de nossa sociedade”, o livro, apesar disso, em seus capítulos finais, brinda aos leitores com afirmações que, embora não tendo nada de “inéditas”, confirmam avaliações preciosas, e nada “tolas” de parte considerável da “inteligência brasileira”.

Ele afirma, peremptoriamente, que estamos diante de uma “guinada conservadora” (p.245), numa das “socieda-

des complexas mais perversas e conservadoras da história moderna” (p.246). Repete que o “mote da ‘corrupção e ineficiência estatal’, contraposta à suposta virtude e eficiência do mercado...é a única bandeira de legitimação do modelo excludente de sociedade ainda no poder real e construído pela ‘intelectualidade orgânica’ do *apartheid* conservador” (p.246).

Confirma que o “mercado capitalista, aqui e em qualquer lugar, sempre foi uma forma de ‘corrupção organizada’ (p.247). E que “o 1% dos endinheirados” é “a única parcela que efetivamente tem algo a ganhar quando se encurta o Estado e se mercantiliza toda a sociedade”. O “caráter antidemocrático que vemos nas manifestações dos ‘coxinhas politizados’ não (teria) nada de novo”, pois a “vontade geral indivisa, ilusão autoritária” teria sido “a meta de toda revolta política com base de classe média” (p.256).

Em resumo, “esse caldo” tem que “ser mobilizado pela imprensa conservadora... sempre que a política tende a sair do acordo de gabinete dos poderosos e endinheirados para o interesse da maioria da população” (p.256). Só que, agora, “os órgãos de controle... constituem o projeto de substituição das forças armadas como nova instância de ‘poder moderador’ da pseudo democracia” (p.260), embora quem “continua mandando de verdade em toda a encenação do teatro de marionetes (sejam) os mesmos 1% que controlam a riqueza e o poder, e instrumentalizam a informação a seu bel prazer”.

Em outras palavras, Jessé Souza, do ponto de vista político atual, se encontra nas fileiras daqueles que combatem a guinada conservadora e reacionária. Guinada que se materializa na tentativa de confirmar “legalmente” a derrubada

golpista da presidente Dilma. Que tenta impor uma reforma na economia que a privatize, a desnacionalize e a primarize ainda mais. Que objetiva penalizar os trabalhadores para garantir os altos lucros do 1% burguês. Que procura substituir a política externa soberana e integradora pela política de subserviência às potências capitalistas, em especial aos Estados Unidos. E que se empenha em liquidar as conquistas democráticas e os direitos sociais da Constituição de 1988.

Porém, apesar daquelas afirmações, hoje relativamente consensuais em grande parte da “inteligência brasileira” comprometida com o país e seu povo (embora “inteligência” ainda não “orgânica” no sentido que lhe deu Gramsci), *A Tólice da Inteligência Brasileira* contém uma série de afirmações e conceitos que, vistos numa perspectiva de longo prazo e do futuro da luta de classes sociais no Brasil, merecem uma crítica mais demorada.

De imediato, ao afirmar que a “guinada conservadora” está relacionada à luta “entre dois projetos históricos no Brasil, oportunidade que se abriu com a industrialização comandada por Vargas a partir de 1930”. Ou seja: “ou bem o Brasil se transforma em uma sociedade de consumo de massas e inclui a maior parte de sua população, ou o país mantém intactas todas as estruturas de privilégio e se constitui em uma sociedade de consumo para 20% da população” (p.246).

Para quem, como veremos em outros comentários, se insurge contra o “economicismo”, a opção entre capitalismo abastado e capitalismo atrasado é não apenas economicista, mas também extremamente ilusória. É lógico que Jessé procura explicitar melhor o caráter do embate ao nível, digamos,

tático, ao afirmar que se trata de “um embate entre um projeto de *apartheid* excludente e outro um pouco mais inclusivo, que reflete a história política do Brasil moderno”, por existirem limites claros para um Estado reformador em meio a uma sociedade conservadora” (p. 247).

Em outras palavras, ele reduz o “projeto histórico” inclusivo do Brasil à continuidade da industrialização iniciada por Vargas e ao “processo “reformador” limitado dos governos Lula e Dilma. Deixa de lado o fato de que a “história política do Brasil moderno” tem contemplado tanto projetos, que podemos chamar de estratégicos, como o democrático-popular e o socialista, quanto projetos táticos que abrangem outras dimensões do papel do Estado e do capital, que poderiam romper os limites do conservadorismo e ampliar a inclusão social e os direitos democráticos.

Essa dificuldade em entender as diferenças entre projetos históricos estratégicos e projetos históricos táticos talvez esteja relacionada ao entendimento confuso de Jessé a respeito do “poder político”. Ele afirma, por exemplo, que a “fragilidade das conquistas realizadas pelo segundo modelo (inclusivo) é explicada pela manutenção do modelo anterior (de *apartheid*), as quais se mantiveram intocadas mesmo depois da eventual perda do poder político” (p.247).

Convém perguntar: quem perdeu o poder político, e para quem? Supor que o PT, com Lula e Dilma, “conquistou o poder político” é de uma ingenuidade atroz. Ingenuidade que se explicita mais claramente quando Jessé afirma que “o Estado ousou aumentar o número de incluídos no mundo de consumo”.

O Estado brasileiro é um aparato de poder político complexo que, além do governo, ou do poder executivo, engloba as duas casas do parlamento, os múltiplos órgãos do poder judiciário, as forças armadas (incluindo as polícias militares e civis), a burocracia civil et caterva, nas quais estão incluídos, como alerta o próprio Jessé, até mesmo “Juizes Justiceiros”. E, além de incluir o Estado, o poder político engloba uma série considerável de outros instrumentos de poder, entre os quais basta citar a hegemonia da propriedade midiática.

Assim, confundir aquele governo, ainda mais governo de coalizão, com Estado e poder político, em termos de análise de qualquer realidade histórica, tem consequências nos seus resultados e, também, na ação social e política. O que procuraremos examinar em outros textos a respeito de A tolice da Inteligência Brasileira, se quisermos pensar a longo prazo.



## Texto II

28 de junho de 2016

Continuando no debate sobre o interessante *A Tólice da Inteligência Brasileira*, vale a pena entrar mais fundo na questão do Estado. A incompreensão sobre esse instrumento de poder é recorrente na sociedade brasileira, inclusive em sua “inteligência”. E ele se torna de indispensável discussão neste momento em que grande parte desse aparato político, social e econômico foi acionado e mobilizado não só para expelir o PT da parcela que detinha no governo, mas também da participação dele e da esquerda na vida política no país.

Lendo com atenção o texto de Jessé e sua defesa do Estado, que sofreria constante ataque das “classes endinheiradas brasileiras”, classes que chegaram a construir “uma ideologia antiestatal para melhor monopolizar e instrumentalizar o Estado a seu favor”, temos a impressão de que o Estado é um ente mitológico eterno, contra o qual os poderosos lutam, ao mesmo tempo que tentam colocá-lo a ser serviço. Será isso mesmo que acontece?

É bom rever um pouco da história. O Estado é um produto histórico, de milhares de anos atrás. Surgiu paralelamente aos problemas criados com a criação e o desenvolvi-

mento da pecuária e da agricultura, com a transformação da propriedade social comunitária em propriedade privada sobre os meios de produção, e com a divisão social do trabalho entre senhores, clientes e escravos. Basta dar uma lida no Velho Testamento para sentir as dores dessa criação.

Em todo o processo e etapas históricas posteriores de desenvolvimento econômico e social, o Estado sofreu modificações constantes. Tudo em função das mudanças que ocorriam nas formações sociais e nas classes sociais que as compunham. Mas, sempre, com raros hiatos, funcionou como instrumento político daquelas classes que detinham o poder econômico, o poder social e, se quisermos ser mais detalhistas, o poder cultural.

São conhecidos os diferentes tipos de Estado na Grécia antiga, patriarcal e escravista, incluindo a efêmera democracia, e no Império Romano, escravista e clientelista, que chegou a ser republicano. É também conhecido o tipo de Estado monárquico feudal centralizado chinês, cuja força era de tal ordem que até mesmo as revoltas camponesas voltadas contra ele, ao vencerem, o reproduziam, como aconteceu com a dinastia Han e outras.

O capitalismo, ao adicionar a seu poder econômico e social o poder político, deu surgimento a um tipo de Estado formalmente democrático (todos seriam libertos, iguais e fraternos perante a lei). No entanto, os Estados inglês, belga, holandês, dinamarquês, espanhol e sueco (monarquias constitucionais) são diferentes dos Estados francês, italiano, português (repúblicas), embora tenham em comum a hegemonia e o domínio da classe capitalista sobre eles.

Essas diferenças estão relacionadas ao desenvolvimento histórico da luta de classes que conduziu à superação dos antigos Estados feudais monárquicos na Europa. E, em grande medida, também estão relacionadas com a luta de classe desenvolvida pelos trabalhadores para fazer valer os direitos democráticos contra o liberalismo estreito da burguesia. Basta pesquisar as datas em que foram conquistados direitos democráticos simples como o voto universal, o voto feminino, a jornada de oito horas, a aposentadoria etc etc etc.

Se isso é assim nos chamados Estados desenvolvidos da Europa e da América do Norte, porque no Brasil existiria um Estado a-histórico, contra o qual a burguesia econômica e socialmente dominante teria criado uma suposta “ideologia antiestatista”, contrária à “ideologia do mercado justo”? Isto deveria levar as classes populares e democráticas a defender tal Estado, como se ele fosse seu?

Na prática histórica brasileira, porém, apesar de suas particularidades, o Estado foi criado pelas classes dominantes portuguesas para garantir o saque das riquezas agrícolas e minerais. Com o passar do tempo, à medida que as classes dominantes se modificaram, o Estado também se modificou.

O Estado colonial, nas diversas formas que assumiu desde o início da exploração portuguesa (mesmo que se desdenhe as donatárias, os primeiros governos gerais, as câmaras municipais de “homens bons”), até assumir a forma de monarquia absolutista, foi construído para manter o poder econômico e social dos “sesmeiros”, a denominação dos latifundiários de então, para facilitar a continuidade das relações de produção escravistas, e para garantir a continuidade do

saque das riquezas naturais e agrícolas do país.

O Estado resultante da independência manteve a garantia do bandeamento das riquezas minerais, principalmente para Portugal e Inglaterra, contribuindo decisivamente na acumulação do capital primitivo que deu surgimento ao modo de produção, circulação e distribuição capitalista, durante o século 18, no solo britânico. Por outro lado, seu papel na continuidade do tráfico de escravos, mesmo após a Inglaterra haver se transformado de maior traficante mundial em nação repressora contra o escravismo, se manteve até a segunda metade do século 19, numa demonstração clara de a quem tal Estado servia.

Embora as formas do Estado brasileiro tenham mudado no correr do tempo, acompanhando as mudanças que ocorriam na formação econômico-social do país (como teremos oportunidade de rever em comentários futuros), sua natureza de servidor das classes dominantes, detentoras do poder econômico e do poder social, manteve-se intacta. No Brasil, não existe uma ideologia antiestatista, no sentido de que tal estatismo se refere ao conjunto do aparato do Estado.

O que existe é uma ideologia contra a interferência do Estado na economia (mercado), principalmente se tal interferência estiver voltada para reduzir as iníquas desigualdades sociais, contra as quais Jessé se rebela, com toda razão. A ideologia voltada contra a interferência do Estado no mercado, assim como a ideologia da pretensa capacidade do mercado para se autorregular, são apenas componentes importantes, no campo das ideias (inteligência), para evitar que as classes exploradas e oprimidas aprendam que o Estado pode ser um

instrumento importante e capaz de interferir positivamente a seu favor na sociedade.

Em outras palavras, supor que a classe endinheirada e capitalista histórica tenha uma ideologia antiestatista, embora isto até possa aparecer momentaneamente como um flash enganoso, não passa de ingenuidade weberiana. Essa classe dominante, como demonstrou a experiência histórica brasileira do século 20, foi capaz de lutar com todas as armas para evitar, impedir ou retirar as expressões políticas de classes populares que ascenderam a pequenas parcelas do Estado, como é o governo federal. Imagine-se, então, o que ela será capaz de fazer contra as tentativas de modificar a natureza de seu Estado.

Se Jessé houvesse recorrido à história talvez houvesse se dado conta do antiestatismo enganoso da burguesia cabocla e não tivesse labutado em erro, em especial neste momento em que, como ele próprio alerta, inúmeras parcelas desse Estado estão empenhadas em consolidar um golpe parlamentar e/ou judiciário contra o direito democrático de eleger os governantes.



## Texto III

5 de julho de 2016

Voltando ao aparato fabuloso chamado Estado, que Jesusé procura defender dos “patrimonialistas” e “culturalistas”, é bom lembrar que ele tem sido usado, na formação econômica e social capitalista, para diferentes funções “salvadoras” do próprio capitalismo. Primeiro, contra a luta de classes que ameaça substituí-la por outra. Depois, apesar do nariz torcido de pensadores burgueses pouco inteligentes, para salvar o capitalismo do próprio capitalismo, principalmente quando este afunda em suas crises periódicas, econômicas e financeiras, causando estragos consideráveis nas forças produtivas.

Nessas condições, por que não responsabilizar seu próprio Estado, de vez em quando, pela corrupção endêmica e/ou epidêmica do próprio capital? Bem vistas as coisas, as campanhas anticorrupção apenas afetam uma parte pequena da estrutura do Estado. No final das contas, quem paga o pato são funcionários descartáveis, o povão que se vê privado de direitos políticos, sociais e econômicos e, em alguma medida, setores do empresariado e da representação política da burguesia, considerados “amadores e incompetentes”.

Ou seja, para legitimar-se diante da opinião pública,

as operações contra a corrupção também precisam atacar e punir setores do próprio Estado, do empresariado e dos setores políticos da classe dominante. No Brasil, como está sendo mostrado na Operação Lava Jato, e nas congêneres que estão emergindo, embora o objetivo político tenha sido, desde o início, liquidar os direitos conquistados na Constituição de 1988 e desqualificar e destruir o PT, Lula, e parte considerável da esquerda, tal “legitimação” tem sido tratada com especial atenção. É lógico que, como todo teatro de horrores, corre o perigo de virar chanchada e ser colocado em dúvida.

Bastaria que um grupo de jornalistas combativos, driblando os editores de meios do Partido da Mídia, se desse ao trabalho de tratar como matéria jornalística as formas como os executivos das empresas privadas ou estatais, assim como os políticos dos “partidos da ordem”, envolvidos em corrupção de “bilhões”, são “penalizados”, ao transformar-se em delatores. Eles recebem penas variáveis, proporcionais ao grau de suas delações, vendo-se “obrigados” a devolver alguns “milhões” e cumprir suas penas em seus resorts ou mansões próprias, numa aposentadoria nababesca. Até agora, apenas “Carta Capital”, que está fora do Partido da Mídia, tratou do assunto com alguma extensão e seriedade.

Por outro lado, o caso brasileiro atual é também um exemplo significativo de que as campanhas anticorrupção são, em geral, utilizadas para resolver disputas concorrenciais ou competitivas intercapitalistas, e para destruir conquistas democráticas estipuladas em lei, enquanto novos corruptores e novos corruptos entram em cena e mantêm o sistema em funcionamento. Basta rever, principalmente, a “luta contra a corrupção”, um dos pretextos para o golpe de 1964, e os casos

escrachados de corrupção ditatorial, que vieram à luz durante e após o regime militar.

Atualmente, está em curso um processo de desestruturação, tanto de alguns oligopólios capitalistas de propriedade nacional quanto das empresas estatais (The Globe decretou, em editorial, que empresas estatais são as “principais fontes da corrupção” e devem ser eliminadas do cenário brasileiro). A tendência evidente é de que a propriedade das grandes empresas nacionais delatadas (melhor seria dizer “deletadas”) seja transferida para corporações transnacionais, e que as estatais nacionais também sejam privatizadas e desnacionalizadas.

Algo idêntico está acontecendo com ações policiais e judiciais que confrontam leis existentes. “Conduções coercitivas”, “prisões preventivas mais do que prolongadas”, “desobrigação de presumir a inocência”, e outros atropelos e destruição de dispositivos legais, que possuem normas claras, estão sendo praticados justamente por aqueles que mais deveriam zelar pelas leis estipuladas, incluindo tribunais superiores.

Ou seja, ao contrário do que pensa Jessé Souza, o “tema da corrupção” não é utilizado apenas “para enganar e manipular”. Embora tal tema tenha sempre sido usado como o “mote que galvaniza a solidariedade emocional das classes médias”, utilizadas “como massa de manobra para derrubar governos” que tenham projetos contrários aos setores hegemônicos das classes dominantes, ele também é usado para limpar os cenários econômicos, sociais e políticos de desafetos, concorrentes ou competidores.

Além disso, esses temas e sua história no Brasil precisam ser tomados como uma escola para a esquerda que pretende

resolver a contradição, como diz Jessé, entre o “projeto de construção de uma sociedade para 20%” e o “projeto inconcluso e incipiente de um Brasil para a maioria da população”. Mesmo que achemos como sequer tentado o segundo projeto, a experiência vivida até agora mostra alguns pontos importantes para um processo de disputa futura.

Primeiro, não é possível disputar o Estado burguês sem, ao mesmo tempo, disputar o poder econômico. Ou seja, se um governo democrático e popular não tiver em mãos um aparato de empresas estatais que disputem o mercado e, portanto, o poder econômico com as empresas privadas nacionais e estrangeiras, ele sempre estará fadado a subordinar-se ao poder econômico da burguesia para definir as estratégias reais de desenvolvimento econômico e social.

Segundo, não é possível disputar o Estado burguês sem, ao menos, disputar a hegemonia ideológica sobre a sociedade. Isto é, o governo e os partidos democráticos, populares, socialistas e comunistas que o apoiam, precisam conquistar o poder social e cultural. Precisam possuir um sistema de comunicação e de relação direta com as grandes massas populares do povo, disputando o coração e a mente da opinião pública, principalmente dos trabalhadores, camadas populares e classes médias, no sentido de organizá-las e fazê-las participar dos assuntos e das elaborações governamentais.

Terceiro, não é possível disputar o Estado burguês sem travar uma luta permanente contra a corrupção, tanto a realizada pelas classes dominantes e pelas outras esferas do Estado, quanto a realizada por esferas da sociedade civil, incluindo os partidos políticos e organizações sociais que sustentam os go-

vernos democráticos e populares. Se não existirem mecanismos para isso, inclusive internos, será preciso criá-los de modo que fiquem sob supervisão e controle público. A corrupção, como a história atual está demonstrando, é desmoralizante e tem o poder de destruir qualquer força política se não for combatida com vigor, interna e externamente.

Quarto, não é possível disputar o Estado burguês sem um esforço permanente pelas reformas de democratização das diversas esferas da sociedade, sejam econômicas, sociais e políticas. O que inclui reformas que democratizem a propriedade dos meios de produção, reduzam as desigualdades na distribuição da renda e da riqueza, e da formação educacional e cultural, restrinjam os preconceitos e os atentados aos direitos humanos, ampliem os direitos ao trabalho, penalizem os setores e agentes do Estado que atropelam as leis etc etc etc. A lista é longa e merece uma discussão mais apropriada e ampla para definir as prioridades de inclusão econômica, social, cultural e política democrática.

Sem uma definição clara, pelo menos, dessas quatro linhas básicas para a disputa do Estado burguês, qualquer tentativa de “inclusão” das camadas populares e médias não passará de ilusão pueril.



## Texto IV

12 de julho de 2016

*A Tolice da Inteligência Brasileira* reitera, em seus capítulos finais, que “os conflitos reais que racham a sociedade contemporânea brasileira” têm por base “a contradição das classes sociais” em relação aos projetos de construção de uma “sociedade para 20%”, ou de “um Brasil para a maioria da população”.

Ainda segundo ele, a “última década de crescimento econômico brasileiro... foi obra do esforço e do trabalho da parte de baixo da população brasileira, que logrou dinamizar a economia e a sociedade como um todo”. Porém, “os dois pilares da (des)inteligência brasileira colonizam não apenas os que apoiam o Brasil para 20%, mas também os que querem um projeto mais inclusivo”.

Ou seja, os dois “projetos” em pauta na sociedade brasileira estariam contaminados pelo “economicismo” e pelas opiniões de “Sérgio Buarque e Raymundo Faoro... os pensadores chaves para compreender o Brasil moderno”. O “economicismo” e o “culturalismo conservador”, “os dois pilares da inteligência brasileira”, seriam “parte importante da tibiaza da proposta inclusiva”.

Já nos referimos à estreiteza do pensamento de Jessé sobre os “dois projetos”. E teremos que voltar, em comentários posteriores, à ausência de uma caracterização mais precisa do “projeto para a maioria da população”. Mas vale a pena comentar, de imediato, mesmo rapidamente, a adesão do próprio Jessé ao “economicismo”.

Ele supõe, como vimos, que a última década de crescimento econômico foi obra do esforço e do trabalho da parte de baixo da população brasileira, que teria logrado dinamizar a economia e a sociedade como um todo. Ou seja, Jessé parece ignorar que todo crescimento econômico, em qualquer época e em qualquer lugar, foi sempre obra da parte de baixo da população. Isto, tanto no escravismo e no feudalismo, quanto agora no capitalismo. Supor isso como algo “inédito” não passa de tautologia, uma redundância.

Depois, processos econômicos que dinamizem a economia e a sociedade como um todo (ampliando a participação dos de baixo na produção econômica), especialmente no modo de produção, circulação e distribuição capitalista, dependem também de políticas macroeconômicas, políticas sociais (incluindo educação, cultura, saúde etc) e por aí afora. E, ainda mais, do nível e da intensidade da luta de classes, o que envolve disputas ideológicas e políticas.

É verdade que a “inteligência capitalista”, ou burguesa, acredita que o “mercado perfeito”, e sua correspondente teoria econômica, sejam capazes de resolver todos os problemas de seu desenvolvimento. No entanto, o revolucionamento das forças produtivas, as contradições de classes, e as crises cíclicas e esporádicas do capital, têm mostrado que a economia

é, acima de tudo, moldada por relações sociais, cuja análise precisa ser realizada pela “economia política”, não pela simples “economia” ou, menos ainda, pela “econometria”.

Assim, não foi por acaso que o Estado ganhou proeminência e se tornou um instrumento estratégico na condução do desenvolvimento capitalista. Isto, apesar dos teóricos econométricos do “mercado perfeito” continuarem ativos. Como também não é por acaso que a análise do desenvolvimento capitalista dependa da existência de uma “ciência verdadeiramente crítica”, que não só desmascare “as ideologias que nos fazem de tolos”, desconstrua “a fragmentação míope que a ótica econômica unilateral cria para a percepção do mundo como ele é”, mas também demonstre a “relação entre as classes”, relação que compreende cooperação e luta.

Apesar disso, a “ênfase” de Jessé no aspecto relacional, que deveria “esclarecer tanto a exploração de classe escondida sob ‘formas não econômicas’... quanto sua justificação e encobrimento... ‘ainda que tenha consequências também econômicas’”, é expressão de sua confusão a respeito das relações econômicas e sociais propriamente ditas, e das demais relações (ideológicas, políticas, culturais etc) contraditórias que os homens estabelecem nas sociedades.

As relações econômicas e sociais têm sido essenciais para a sustentação e desenvolvimento das sociedades humanas em sua relação simbiótica com os demais aspectos da natureza. Elas têm sido a base, a infraestrutura, de todas as demais relações, e têm se organizado em torno das relações de trabalho e de propriedade desde que os homens surgiram como espécie. O trabalho, porém, como condição da própria

existência dos seres humanos, não parece fazer parte do interesse de *A Tolice da Inteligência Brasileira*.

Nessas condições, para esse texto, tanto faz que a divisão sexual do trabalho (ainda existente em algumas tribos indígenas brasileiras) tenha sido substituída pela divisão social entre proprietários privados de meios de produção e proprietários apenas de força de trabalho. Isso, num processo histórico de modificações que passou pelo patriarcado, escravismo, clientelismo, feudalismo e mercantilismo, antes de alcançar o capitalismo.

Assim, em todos os casos, o trabalho (produtivo, comercial e distributivo) se tornou obrigação exclusiva dos proprietários de força de trabalho, isentos da propriedade de meios de produção. Mas, a apropriação da produção realizada pelo trabalho se tornou o privilégio “justo” dos proprietários dos meios de produção, embora “injusto” para os produtores, mesmo que estes não se deem conta disso.

Essas relações econômicas e sociais contraditórias tornaram-se as relações básicas de todas as sociedades humanas, historicamente formadas como decorrência do desenvolvimento das forças produtivas do ser humano, no curso dos últimos cinco a seis mil anos.

Tais relações econômicas e sociais, sempre juntas, em cooperação e em conflito, abrangem a dialética das contradições de classe. Elas têm se refletido nas mentes humanas através de pensamentos, também contraditórios. Os proprietários dos meios de produção não só acham “justos” seus “privilégios”, como procuram inúmeros argumentos para convencer os produtores (os “de baixo”, proprietários apenas

de sua força de trabalho) daquela “justeza”.

Em toda a história da humanidade, desde o momento em que a divisão de classe entre proprietários e não proprietários de meios de produção se estabeleceu, é possível encontrar argumentos culturais, incluindo crenças naturais e religiosas, assim como códigos legais, destinados a fazer com que os pensamentos justificativos da dominação (econômica, social e política) de uma classe sobre outras também se tornassem os pensamentos dos dominados.

Ou seja, os pensamentos, ou formas ideológicas, por mais que se diferenciem em função das realidades diferentes que cada classe social vive, são distorcidos pelo fato das classes que possuem “o poder econômico” terem condições de se impor não só como classes que detêm os “poderes social e político”, mas também como classes que, através de inúmeros mecanismos de difusão de suas ideias, conceitos, pontos de vista, modismos, exercem influência sobre o pensamento de todas as demais classes.

O Santo Graal dessa hegemonia tem sido sempre a manutenção, a continuidade eterna, o respeito sacrossanto, à propriedade privada. Este é o verdadeiro pomo de discórdia, nem sempre evidente, entre as classes. A “exploração de classe”, seja nas formas econômicas e sociais, seja nas formas que Jessé chama de “não-econômicas”, tem por base aquela propriedade. Sem tocar nesta questão, tudo o mais sobre a luta contra a “justificação e o encobrimento” da exploração de classe se torna parte da ideologia dominante. Infelizmente, a discussão sobre tal questão está ausente de *A Tolice da Inteligência Brasileira*.



# Texto V

19 de julho de 2016

Na discussão crítica de *A Tólice da Inteligência Brasileira* vamos deixar momentaneamente de lado a suposição de que o esquema “culturalista”, utilizado para explicar as “sociedades periféricas”, teria se tornado “dominante” no Brasil desde os anos 1930, com Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, reforçada no tempo pelas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

Também vamos deixar de lado a suposição de que tal “culturalismo”, cada vez mais conservador, ao articular as noções de personalismo/patrimonialismo e culturalismo, e justificar uma suposta singularidade cultural e social pré-moderna, segundo a qual “mestiço is beautiful”, funcionaria como redutor de todas as diferenças.

Consideramos que essas suposições, relacionadas ao papel do “culturalismo” e do “patrimonialismo”, foram introduzidas no texto como o bode colocado no meio da sala já entulhada de gente. De imediato o que nos interessa é discutir se “a reprodução dos privilégios injustos” depende “basicamente do convencimento e não da violência”, como defende Jessé.

Ou, melhor dizendo, se tal reprodução depende de uma “violência simbólica”, conceito do sociólogo francês Bourdier, que teria superado o conceito marxista de ideologia ao enfatizar o trabalho de dominação social como tendo seu núcleo na tentativa de “fazer o dominado aceitar por convencimento as razões da própria dominação”.

Para início de esclarecimento, o conceito de ideologia não é marxista. É bem mais antigo, utilizado desde a filosofia clássica grega como um conjunto articulado de ideias sobre a realidade. O que pressupunha a existência de ideologias que expressavam a realidade como tal, e ideologias que não conseguiam tal feito, enganando-se sobre a realidade, ou distorcendo-a. No início do século 19, o pensador francês Destruitt de Tracy deu ao termo ideologia o significado de “ciência das ideias”.

Marx utilizou o termo em muitas ocasiões, mais no sentido dos gregos antigos. Partindo de seus pressupostos materialistas e dialéticos, sugeria que as ideias, ou as ideologias, podiam expressar visões corretas e incorretas, certas e falsas, reveladoras e falsificadoras, dependendo do resultado da análise das contradições presentes em cada realidade.

Tal resultado podia ser um conhecimento incompleto, como o de que o átomo era indivisível. Ou podia ser uma falsificação consciente, tendo por base uma situação real específica, neste caso um pressuposto para a manutenção dessa situação. A discussão entre os atenienses e os mélios, descrita por Tucídides, os primeiros tentando convencer os segundos sobre as vantagens da escravidão, é esclarecedora a respeito.

No estudo da realidade do modo de produção, circu-

lação e distribuição capitalista, Marx percebeu as diferentes ideologias, que expressavam as diferentes realidades de trabalho e de vida de cada classe presente no nascedouro dessa formação social. Se tais ideologias diferentes não existissem, não teriam havido os movimentos, as lutas, as revoltas que marcaram a história do desenvolvimento capitalista, sejam para este impor-se ao feudalismo, sejam para os trabalhadores imporem conteúdos democráticos às bandeiras burguesas de “liberdade, igualdade e fraternidade” e ao capitalismo “liberal”.

Marx percebeu, também, que entre as ideologias, aquela que era dominante, influenciando fortemente todas as classes existentes em cada formação social, e levando os dominados a aceitarem muitas das razões da própria dominação, era a ideologia específica da classe econômica e socialmente dominante.

Portanto, ao contrário de Bourdier e de Jessé, Marx não considerava que a reprodução dos “privilégios injustos” das classes dominantes surgidas na história humana (fossem elas patriarcais, escravistas, feudais, mercantilistas, capitalistas ou socialistas) dependesse “basicamente do convencimento e não da violência”. Ou que tal reprodução dependesse de algo tão prosaico como uma “violência simbólica”.

Marx tinha razão porque, em toda a história da humanidade, não é possível achar qualquer classe dominante que não haja combinado o “convencimento ideológico” à “violência”, ou vice-versa, através do tipo de trabalho imposto aos “de baixo”, da força organizada do Estado, e/ou de formas não-convencionais, a exemplo do uso de paramilitares. Também não é possível achar qualquer classe dominada que, apesar do

convencimento e/ou da violência da “ideologia” e da “força dominante”, não tenha despertado ideologicamente, mesmo por um momento, e se rebelado.

Portanto, ao pretender nos convencer da existência apenas da “violência simbólica”, Jessé escorrega no culturalismo de Freyre, para quem a “Casa Grande benfazeja”, criadora da mestiçagem, nada teria a ver com o eito e a senzala. Ou, nada teria a ver, como dizia Antonil, com os três pés do escravismo: pau (pesado), pano (pouco) e pão (pouquíssimo). Em outras palavras, a “violência simbólica” não passa de uma distorção ideológica, no sentido de encobrir, falsificar, distorcer a realidade dos diferentes tipos de violência utilizadas pelas classes dominantes. É um exemplo evidente da ideologia utilizada como falsificação da realidade.

Assim, não deixa de ser impressionante que Jessé, tão preocupado com a situação econômica e social (renda, salário, educação, cultura, saúde, saneamento, discriminação, opressão, violência policial etc etc etc) daquilo que chama “ralé”, queira nos impingir a ideia, ou a ideologia, de que a reprodução dos privilégios injustos depende “basicamente do convencimento e não da violência”. Violência que, no Brasil, salta aos olhos, por mais que se queira explicá-la e justificá-la pela existência de traficantes, quadrilhas, corrupção etc.

Numa realidade como essa, ganha importância o que se pode chamar de “desvelamento da ideologia dominante”. Isto é, da ideologia que pretende manter intocada a reprodução dos privilégios injustos. Porém, que privilégios são esses? O privilégio da cultura? O privilégio de poder estabelecer relações sociais? O privilégio da riqueza e da renda? Jessé

afirma que sim. Isto, embora a própria burguesia reafirme, a todo momento, que tem como pedra de toque a manutenção de sua propriedade privada sobre os meios de produção. Esta é a base de suas relações sociais, cultura, riqueza e renda.

Ou seja, sem reбуços, a burguesia “desvela” sua ideologia, ao mesmo tempo que alimenta seus outros aspectos, como o “esforço individual”, a “meritocracia”, o “empreendedorismo”, a “educação para o trabalho”, a “cultura mercantil”, o “relacionamento social apropriado” (este tão bem cunhado pelo famoso colunista social, Ibraim Sued, na frase “em sociedade, tudo se sabe”).

Assim, embora a burguesia jamais tenha escondido sua questão ideológica central, parte da “inteligência brasileira” faz ouvidos de mercador a ela, e a encobre com o argumento de que os “privilégios injustos” das classes dominantes podem ser enfrentados desde que os de baixo consigam apropriar-se de “capitais sociais” e “capitais culturais”.

O problema não consiste apenas em que o capitalismo, em seu estágio atual, persevera na difusão dos diferentes aspectos de sua matriz ideológica central de defesa da propriedade privada. Ao concentrar e centralizar o capital de forma cada vez mais avassaladora, o capitalismo, ou o modo de produção do capital, torna as promessas ideológicas dos “capitais sociais e culturais” inventados por Bourdier, progressivamente inoperantes.



# Texto VI

26 de julho de 2016

Como nunca, em toda a sua história, o capitalismo, tanto no mundo quanto no Brasil, realiza uma constante, perene, perseverante, múltipla, sofisticada, competente (e quantos mais adjetivos possam ser utilizados para apreciar tal competência) luta ideológica para demonstrar sua superioridade e sua eternidade.

Seu problema, porém, não consiste em qualquer defeito na difusão de sua matriz ideológica central de defesa. Isso é, de manutenção, concentração e centralização da propriedade privada. Consiste em que, como explicou Marx, ao concentrar e centralizar essa relação econômica e social chamada capital, de forma cada vez mais avassaladora, o próprio capitalismo transforma em instrumentos progressivamente inoperantes todo seu arsenal de promessas “inclusivas”.

Suas promessas de “mercado perfeito”, “superioridade do mercado”, “capitais sociais”, “capitais culturais”, e outros supostos mecanismos de superação de “privilégios injustos” chocam-se com a voracidade de apropriação dos lucros e com as crises que tal voracidade cria. Situação cada vez mais evidente nos países capitalistas desenvolvidos. Nesse sentido,

vale a pena lembrar o que disse Bernie Sanders, em artigo recente publicado em *El País* (01/07/2016).

Como pré-candidato do Partido Democrata dos Estados Unidos, ele teve a audácia de se apresentar como “socialista” naquele país e, tão importante quanto isso, de nos apresentar um quadro claro daquele capitalismo desenvolvido. Segundo ele, essa “economia, cada vez mais globalizada, estabelecida e mantida pela elite econômica do mundo, está falindo as pessoas em toda parte. Por incrível que pareça, as 62 pessoas mais ricas do planeta têm tanta riqueza quanto a metade mais pobre da população mundial, cerca de 3 bilhões de pessoas”.

Sanders visitou 46 estados norte-americanos e escutou, inúmeras vezes, “as dolorosas realidades... despercebidas pela elite política e pela mídia”. Segundo ele, nos “últimos 15 anos, foram fechadas 600 mil fábricas..., e desapareceram mais de 4,8 milhões de trabalhos manufatureiros bem pagos”. “Apesar do grande aumento da produtividade, a média dos homens trabalhadores nos Estados Unidos recebe hoje 726 dólares menos do que em 1973, enquanto a média das mulheres trabalhadoras ganha 1.154 dólares menos do que em 2007, após ajustar a inflação do período”.

Sanders assegura que “47 milhões de estadunidenses vivem na pobreza... 28 milhões não possuem seguro médico... milhões... estão lutando com níveis escandalosos de dívidas estudantis”. E acrescenta que talvez “pela primeira vez na história moderna, nossa geração mais jovem provavelmente terá um padrão de vida menor do que a de seus pais”. Mais alarmante, ainda segundo Sanders, é que “milhões de estadu-

nidenses com uma educação deficiente terão uma esperança de vida menor que a geração prévia, pois sucumbem ante a desesperação, as drogas e o álcool”.

Enquanto isso, “o um por cento mais rico tem tanta riqueza quanto os 90% dos mais pobres. 58% de todo rendimento novo está sendo apropriado por esse 1%”. A “economia global não está funcionando para a maioria das pessoas em nosso país, nem no mundo. Este é um modelo econômico que desenvolveu a elite econômica para beneficiar a elite econômica”.

É evidente que Sanders não entende que aquilo que supõe serem aberrações da “elite” está relacionado a leis internas do próprio modo de produção, circulação e distribuição do capital. Ele, como muitos outros, supõe que a situação que descreve se deve às maquinações daquela elite de 1%. Na verdade, tal 1% também é resultado do processo de desenvolvimento dos meios de produção (tecnologias e ciências) do capital, que impõe a seus proprietários privados uma competição brutal e desumana, tanto no terreno econômico, quanto no terreno social, aqui incluído o aspecto cultural. Sobram os capitalistas mais competitivos, ao mesmo tempo em que ocorre uma crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto das máquinas, o chamado desemprego estrutural.

Provavelmente por não compreender essa dinâmica do capital, Sanders acredite ser possível “rechaçar” as políticas de “livre mercado” e mover-se “no sentido de um mercado justo”. Advoga “afundar o Acordo Transpacífico”, “ajudar aos países pobres a desenvolver modelos econômicos sustentáveis”,

“acabar com o escândalo internacional no qual as grandes corporações e os mais ricos não pagam bilhões de dólares em impostos aos governos nacionais”, e “criar dezenas de milhões de trabalhos a nível mundial”.

E vai mais longe, conclamando o combate às “mudanças climáticas” através da transformação do “sistema energético mundial”, com a eliminação do “uso de combustíveis fósseis”, a redução do “gasto militar no mundo”, e a abordagem das “causas das guerras...”. Sanders também defende que os Estados Unidos criem “economias nacionais e globais que funcionem para todos, não só para um punhado de bilionários”.

Ou seja, suas propostas são progressistas, humanistas e inclusivas. Porém, a maior parte delas é impraticável enquanto for mantido o sistema econômico, social e político estrutural do capital. Por exemplo, nenhum capital, a não ser que queira falir, pode abandonar sua dinâmica de “lucro máximo”, “sonegação de impostos”, “elevação da produtividade, com corte de empregos”, “energias sujas, mas baratas”, “guerras para manter a indústria bélica em funcionamento”, “especulação financeira global para elevar a taxa de lucro” etc etc.

Os imperativos materiais do capital se impõem, fazendo com que sua ideologia justifique aberrações sociais e políticas como a pobreza por falta de méritos individuais, as discriminações raciais e de gênero, o formalismo democrático da ditadura liberal, o nacionalismo de grande potência, o colonialismo (mesmo disfarçado), o imperialismo, o “big stick”, o fascismo, o nazismo, as guerras quentes e as guerras frias, “o direito mundial de polícia” etc etc etc.

Nessas condições, os atuais países pobres, de pequeno

ou nenhum desenvolvimento capitalista, só conseguirão desenvolver “modelos econômicos sustentáveis” se subordinarem as exportações de capitais dos países desenvolvidos a suas próprias necessidades industrializantes e a suas próprias leis de defesa e soberania nacional. Eles terão que combinar a ação estatal e a ação do mercado, de modo que o Estado guie e mercado, e não o inverso...

E os povos dos países capitalistas desenvolvidos só conseguirão modificar o quadro tenebroso pintado por Sanders se transformarem a propriedade privada capitalista em propriedade social e, com isso, puderem subverter toda a sua superestrutura social, política, cultural e ideológica.

Nada disso, porém, parece estar no horizonte de Sanders, nem de *A Tolice da Inteligência Brasileira*. Em Sanders, talvez por um sentimento de ordem tática, relacionado com a pequena força social e política do socialismo nos Estados Unidos. Em Jessé, quase certamente por considerar que a “dimensão mais essencial da vida social” seja a “dimensão institucional”, os “imperativos institucionais que internalizamos, de maneira a torna-los ‘naturais’”, a exemplo “da disciplina escolar, da autoridade familiar, dos limites da ação individual pela Lei e pela polícia, das regras de trânsito etc”.

Jessé chega a escorregar no reconhecimento materialista de que “quem exige de nós que sejamos disciplinadores de nossos filhos em nível inaudito na história... é... o mercado capitalista competitivo, que impõe alto grau de disciplina e autocontrole para todo trabalho bem-sucedido”. Mas retorna logo à ideologia idealista de que é, “deste modo, pré-reflexivo... não percebido... que as instituições nos moldam

e comandam nossas escolhas aparentemente mais íntimas”. Sequer considera que o “alto grau de disciplina do trabalho” é imposto aos homens pelas máquinas, pelo capital constante que, ao superar o capital variável, mata a capacidade de consumo que a abundância produzida necessita para reproduzir-se e reproduzir o próprio capital.

# Sobre a ciência

2 de agosto de 2016

Em comentários anteriores, fizemos um resumo geral das concepções expressas em *A Tolice da Inteligência Brasileira*. Como vimos, elas se debruçam, nem sempre brevemente, sobre uma série enorme de temas, todos eles de importância para elaborar o que o próprio Jessé Souza chama de “teoria crítica” sobre a realidade brasileira.

Tais temas abrangem, para ficar nos que mais interessam para a elaboração dessa “teoria crítica”, o significado da ciência, a relação da consciência humana com a realidade circundante, a singularidade das sociedades avançadas e atrasadas, a ideologia, o culturalismo / patrimonialismo, o economicismo, a relação entre o Estado e o mercado, o marxismo, a superestrutura da sociedade, a relação entre os contextos nacionais e internacionais, e as contradições do Brasil atual.

Em diversos trechos de *A Tolice...* é particularmente patente a tentativa de desqualificar o marxismo. Isto, como também já dissemos, no momento em que as contradições das sociedades capitalistas atingem um grau que evidencia

justamente a necessidade de retomar o materialismo histórico, a dialética materialista e a análise crítica do modo de produção, circulação e distribuição do capital, que compõem a teoria crítica marxista, como condição para fazer “uma análise concreta da realidade concreta” do mundo e do Brasil.

Na prática, Jessé tenta substituir aquela “teoria crítica”, necessária para traçar as estratégias e táticas da luta de classes, por outra “teoria crítica”, que tem por base o idealismo, às vezes dialético, às vezes metafísico”, de Max Weber. O que nos impõe tratar, desde logo, o que *A Tolice...* decreta como “caráter bifronte da ciência”. Isto é, a ciência seria “tanto... mecanismo de esclarecimento do mundo, quanto... mecanismo de encobrimento das relações de poder que permitam a reprodução de privilégios injustos de toda espécie”.

Um exemplo significativo desse “caráter bifronte” da ciência, segundo *A Tolice...*, seria o “uso indevido” de Max Weber e de sua obra. Ou seja, aparentando um viés “dialético”, Jessé procura uma forma de defender as concepções de Weber, mesmo que para isso desqualifique a ciência como instrumento de detecção da verdade e confunda ciência com conhecimento.

Tomemos o exemplo de Newton (e de Galileu, ou vice-versa), ao afirmar que o espaço e o tempo constituíam o cenário cosmológico. É evidente que, para chegar a essa conclusão, Newton pode contar com a invenção das lunetas e telescópios, que permitiram enxergar pelo menos uma parte do cosmos, ou universo. E que Galileu, para inventar a luneta, pode contar com o avanço das técnicas óticas, que lhe forneceram lentes bem mais potentes.

De qualquer forma, Newton fez com que o conhecimento humano se transformasse em conhecimento científico, ou ciência. Negou o conhecimento anterior sobre o espaço e o tempo, até então pura especulação filosófica, e introduziu um conhecimento com dados cientificamente verificáveis. Em outras palavras, Newton fez ciência negando o conhecimento errado.

É evidente que Newton, da mesma forma que ocorreu com muitos outros que contribuíram para o desenvolvimento das ciências, não ficou livre de manter outros conhecimentos errados, como a ideia de que o cosmos seria inerte, apenas o cenário imóvel no qual os eventos do universo seriam exibidos. O problema da teoria de Jessé consiste em que, mesmo a parte do conhecimento de Newton que se tornou ciência para “esclarecer o mundo”, também serviria para “encobrir a realidade”.

Ou seja, repetindo, confunde “ciência” com “conhecimento”. Newton tinha um conhecimento parcial dos cosmos. Uma parte de seu conhecimento demonstrou estar de acordo com aquela realidade, ser científico, enquanto outra continuou aferrada ao encobrimento da realidade. Portanto, o que tem aquele “caráter bifronte” é o conhecimento.

O desenvolvimento do conhecimento científico, ou a transformação do conhecimento errado em ciência, tem se confrontado sempre com essa dualidade, tanto no estudo da natureza quanto no estudo da sociedade. Compreender essa dualidade contraditória do conhecimento na busca da ciência é um dos desafios mais importantes do atual estágio da luta de classes, não só no Brasil, mas em quase todo o mundo.

As lutas de classe, na diversidade de seus diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos, demandam conhecimentos científicos de diferentes tipos, a começar pelos métodos de investigação, ou de pesquisa, da realidade econômica, social e política. Isto é, de imediato nos coloca frente a frente com o conhecimento filosófico, já que o núcleo dos métodos científicos continuou adstrito à filosofia, e é a base para a investigação ou pesquisa em qualquer das ciências naturais e sociais.

Newton e muitos outros cientistas não tinham (e não têm) noção clara a respeito das diversas relações existentes entre o conhecimento e a realidade. Isto é, nem sempre concordam que:

a) nosso conhecimento é reflexo (sempre parcial) da base material (natureza e sociedade) em que vivemos;

b) esta base material, assim como os próprios pensamentos que procuram conhecê-la, estão sempre em movimento (são históricos), em virtude de suas contradições internas e externas;

c) essas contradições, à medida em que se desenvolvem, incluindo a ação consciente e inconsciente dos humanos, tendem a transformar as formas daquela base material (natureza e sociedade) em outras formas;

d) as novas formas surgem embrionariamente nas antigas, mas só as substituem quando as antigas desenvolveram toda a sua potencialidade, criando as próprias condições para sua substituição pelas novas.

O conhecimento desses aspectos do método (lógico e histórico) do desenvolvimento da realidade, em suas diferen-

tes formas, é fundamental para a apreensão do conhecimento científico. Se Newton tivesse uma noção clara dele, e de como utilizá-lo em suas pesquisas, provavelmente não teria defendido um cosmo inerte. Poderia ter afirmado que o espaço e o tempo são partes da matéria cósmica em movimento, e que estão estreitamente relacionados, como uma totalidade em unidade e oposição, desenvolvendo-se desigualmente.

É lógico que teria tirado a vez de Leibnitz, Einstein e outros, mas o conhecimento humano sobre o universo poderia estar mais avançado. No caso de Jessé Souza, talvez ele pudesse ter trabalhado, em sua *A Tolice...*, a noção de superação do capitalismo, partindo do pressuposto científico de que tudo que existe, inclusive essa formação econômico-social, como as que a precederam, é datada.

Por suas próprias contradições internas, na melhor das hipóteses, a formação capitalista deve ser suplantada por outra formação que aproveite todos os seus avanços técnicos e científicos e permita à toda a humanidade usufruí-las. Na pior das hipóteses, a formação capitalista pode ser totalmente destruída, levando consigo a humanidade.

Portanto, se falamos em luta de classes no momento em que o modo de produção, circulação e distribuição capitalista alcançou uma globalização quase completa, o Brasil dentro dela, não podemos fugir de encarar a necessidade de tratar cientificamente tais assuntos, como forma de superar os conhecimentos incompletos e/ou errados a respeito.



# Ainda sobre a ciência

9 de agosto de 2016

A questão da “modernidade” capitalista é importante, tanto para Jessé Souza, quanto para todos os que se confrontam com as contradições dessa formação econômica e social. Em defesa de Max Weber, *A Torção da Inteligência Brasileira* afirma que ele “formulou os dois diagnósticos de época mais importantes para a autocompreensão do Ocidente até nossos dias: uma concepção liberal, afirmativa e triunfalista do racionalismo ocidental e uma concepção crítica extremamente influente desse mesmo racionalismo...”.

Para Weber “a efetiva revolução moderna, na medida em que transformou a ‘consciência’ dos indivíduos e, a partir daí, a realidade externa”, teria sido “a figura do protestante ascético”. Este, “com vontade férrea e as armas da disciplina e do autocontrole”, teria criado “o fundamento histórico para a noção do ‘sujeito moderno’...”. Isto é, uma ‘personalidade’...” percebida como um todo unitário com fins e motivos conscientes e refletidos”. Tal ideia seria “o fundamento da noção de ‘liberalismo moderno’...”.

De acordo com a leitura do trecho acima, teria havido uma “revolução moderna”, consubstanciada no “protestante

ascético”, com poder de transformar a “consciência dos indivíduos”, e criar o “liberalismo moderno”. Podemos deduzir que tal “liberalismo” seja o pensamento dominante do capitalismo, embora nem sempre Jessé deixe isso muito claro. Para tentar comprovar, ou não, tal tese, será útil viajar um pouco pelos séculos que conduziram ao capitalismo, ou ao “liberalismo moderno” (nem sempre a mesma coisa).

Podemos partir do século 13, quando se intensificaram mudanças importantes tanto no feudalismo chinês quanto no europeu. A dinastia Yuan intensificou o comércio com o ocidente através da Rota terrestre da Seda. Veneza, Gênova, Alexandria e Constantinopla disputavam a supremacia comercial sobre o Mediterrâneo e o Mar Negro. A Liga Hanseática montou uma rede comercial com mais de 100 cidades nos mares do Norte e Báltico, incluindo Lubeck, Hamburgo, Bruges, Londres e Novgorod.

Tal comércio, em pleno predomínio feudal na China e na Europa, incluía produtos silvestres, como peles e madeiras; produtos agrícolas, como trigo, lã e chá; produtos minerais, como ferro, cobre, sal e pedras preciosas; e produtos manufaturados, como tecidos de seda e de lã. Em outras palavras, o autarquismo feudal estava sendo minado e rompido. Isto, tanto pelos excedentes de sua agricultura e de seu artesanato, quanto através da atividade comercial de uma crescente classe de mercadores, situados em burgos ou cidades, algumas das quais se transformaram em verdadeiras potências militares, a exemplo de Gênova e Veneza.

Paralelamente, por volta do século 14, os chineses haviam feito descobertas transformadoras. Utilizavam a pólvora

em lançadores de foguetes e obuses. E haviam inventado a bússola, o leme, a vela triangular e os cascos náuticos com divisões estanques. Isto lhes permitiu construir embarcações (juncos) de 120 metros (quase cinco vezes maiores do que as futuras caravelas portuguesas e espanholas dos séculos 15 e 16), e organizar frotas com mais de 20 mil homens, para comerciar no sul da Ásia, Golfo Pérsico, e leste da África.

Esse comércio, e as riquezas que gerou, acirraram a luta de classes entre feudais e mercadores (burguesia comercial), tanto na Europa quanto na China, ambas as regiões ainda dominadas por monarquias feudais, fossem centralizadas (China), fossem fragmentadas (Europa). O resultado dessa luta foi totalmente diferente em cada uma dessas duas regiões.

Na China, onde o feudalismo com monarquia centralizada tinha uma história de mais de mil anos, desde a dinastia Qin (séc. 2 a.n.e.), os feudais se impuseram aos mercadores. A monarquia proibiu as viagens e o comércio marítimos. A frota naval foi destruída. A dinastia Ming se cindiu e sucumbiu à invasão e à imposição da dinastia Qing, da pequena etnia manchu. Tudo isso causou uma verdadeira regressão econômica e social. Enrijeceu o sistema feudal e transformou a riqueza acumulada durante o mercantilismo Yuan e Ming num tesouro de desfrute nobre, que chegou mesmo a enganar Adam Smith e Karl Marx sobre sua natureza.

Na Europa ocorreu um processo diferente. Nos séculos 14 e 15, a implantação de manufaturas de tecidos de lã, na Holanda, foi favorecida pelo comércio marítimo da Liga Hanseática, mas teve dificuldades para expandir sua produção em virtude da escassez de matéria prima. O que foi resolvido

pelos senhores feudais ingleses através do cercamento e da expulsão dos camponeses de suas terras, e das terras comunitárias, para criar ovelhas e vender a lã para as manufaturas holandesas.

Nesse processo, aparentemente “economicista”, milhões de camponeses, expulsos para as cidades inglesas, transformaram-se em hordas de vagabundos miseráveis. Ao mesmo tempo, a economia monetária penetrou no campo inglês, seja pela venda da lã, seja pela introdução do arrendamento de terras para a criação ovina, e também pela expansão de manufaturas de diferentes tipos, que começaram a utilizar mão de obra assalariada.

Já a monarquia portuguesa travou com sucesso uma guerra de independência contra o reino espanhol e também realizou uma revolução interna. Por um lado, aliou-se aos mercadores para lançar-se ao mar salgado, já que este era o único caminho para circundar a muralha espanhola e ter contatos comerciais com outros reinos europeus, assim como para buscar novas terras e produtos “índios”, que antes chegavam à Península Ibérica através das rotas chinesas e das caravanas árabes.

A revolução de Avis submeteu os nobres feudais a uma reforma agrária para incentivar a produção agrícola, criar uma nobreza de joões-sem-terra para comandar suas naus, e liberar parte dos camponeses para equipá-las. Assim, entre 1415 e 1498, as naus portuguesas exploraram todo o litoral ocidental africano, circundaram o Cabo das Tormentas (depois Boa Esperança), exploraram o litoral oriental da África e, através do Oceano Índico, e chegaram à Índia, ou “às índias”.

O “sucesso” das navegações portuguesas foi seguido pelas navegações espanholas no Atlântico ocidental. Estas, inicialmente, abriram as Américas à exploração espanhola e portuguesa, e descobriram o caminho para o Oceano Pacífico e para a Polinésia e a Ásia através do Atlântico sul. Logo depois, levaram holandeses, ingleses e franceses a também lançar-se aos oceanos para disputar, legal e/ou ilegalmente, as riquezas encontradas nas novas terras.

Esse período, que se estendeu pelos séculos 16, 17 e 18, marcou profunda e irremediavelmente todos os povos envolvidos. Os europeus promoveram matanças brutais e generalizadas, assim como o saque violento de riquezas minerais e agrícolas encontradas nos novos territórios, transformados em colônias, em muitos dos quais reintroduziram o escravismo, principalmente através da caça e da desagregação de populações africanas.

Esse período conformou aquilo que muitos chamam de mercantilista, e que Marx indicou ter sido o de acumulação primitiva do capital na Europa. Ou seja, esse foi o processo que levou a acumulação das riquezas extraídas das colônias a estabelecer uma relação específica com as hordas de pobres e vagabundos expulsos dos campos. Ao transformar estes em trabalhadores assalariados, e estabelecer a relação deles, como assalariados, com os meios de produção (na forma de dinheiro, ferramentas, máquinas etc), aquele processo histórico criou a categoria “capital”, antes inexistente, necessária ao surgimento de um novo modo de produção, circulação e distribuição.

Esse processo de “acumulação primitiva”, que levou ao surgimento do “capital”, criou suas classes específicas. De um

lado, burguesia, ou capitalista, ou empresariado. De outro, trabalhadores assalariados, ou proletariado (como as haviam denominado os romanos), ou classe operária. E, como mostra a ciência histórica, as “figuras” que realmente sobressaíram, na Europa, foram, por um lado, os mercadores aventureiros, os bucaneiros, os latifundiários ingleses que “modernizaram” sua agricultura, e os monarcas aliados dos “burgueses”. Por outro, os camponeses e pobres que, particularmente nos séculos 14, 15 e 16, organizaram rebeliões e tentaram soluções próprias para a crise do feudalismo, a exemplo das “jacqueries” e dos “levelers” e “diggers”.

A “concepção liberal” e a “figura do protestante ascético” só emergiram paulatinamente em meio a tudo isso, e só tomaram forma mais precisa entre os séculos 17 e 18. Isto, como resultado, não como “promoção” da nova ordem. E, além disso, em confronto com uma classe produtora “livre” da suserania feudal, e livre para vender sua força de trabalho como a forma principal de sobrevivência.

# Ciência e Weber

16 de agosto de 2016

Jessé Souza, apesar ou por causa de sua defesa das teorias de Weber, se vê na contingência de dizer que “o uso do prestígio científico weberiano” teria servido “para a afirmação de uma visão distorcida, conformista e superficial da realidade”.

Tal visão teria conduzido “à construção de uma oposição substancial entre sociedades avançadas do centro – Europa Ocidental e Estados Unidos – e sociedades atrasadas da periferia”, por meio do uso, “em grande medida das categorias weberianas”, em sua versão mais “moderna”, “culturalista” e “patrimonialista”.

Jessé reafirma que “patrimonialismo, para Weber, representa acima de tudo um simples aumento quantitativo da economia doméstica... ainda que existam pressupostos ideais novos, como a necessidade de liderança carismática do líder patrimonial”. Em vista disso, seria “fundamental a vinculação entre a concepção de mundo (no sentido de conjunto articulado de normas e valores) e os estratos sociais que servem de suporte a essa concepção”.

Para evitar outras “visões distorcidas”, Jessé alerta que “aqui não se trata da causalidade materialista marxista, que

reintroduz por outros meios a noção de subjetividade individual transformada agora em sujeito coletivo com consequências deletérias para a análise social”.

Para ser franco, o “culturalismo” e o “patrimonialismo”, não são “visões distorcidas, conformistas e superficiais da realidade”, em contraste com as “categorias weberianas”. Elas são aplicações precisas de tais “categorias”. São weberianismo puro. Distorcida é a suposta existência de uma “causalidade” materialista marxista, categoria que não existe na teoria materialista histórica de Marx, e que Jessé utiliza como um espantalho para amedrontar possíveis desavisados.

Distorcida também é a suposição de que o “objetivo maior da ciência” “bifronte” consiste na “crítica do senso comum e suas ilusões”. O que me leva a perguntar se Jessé acredita mesmo nisso. Isto porque, se a ciência ficasse restrita ao combate ao “senso comum”, ela seria incapaz de avançar pelos caminhos da “concepção de mundo”. Incapacidade que se agravaria com sua limitação ao “conjunto articulado de normas e valores”, relacionado aos “estratos sociais que servem de suporte a essa concepção”.

A ciência tem a ver com o conjunto da realidade em que vivem e se desenvolvem os seres humanos. Inclui as realidades macros, o cosmos e a natureza terrestre, assim como os caminhos micros das partículas atômicas. Isto, para ficar apenas em alguns itens que sequer fazem parte do “senso comum”, por total ignorância, ou “do conjunto de normas e valores” que alguns supõem comandar eternamente as sociedades humanas.

Às ciências cabe pesquisar essas realidades, mesmo que

o entorno cósmico e a miríade quântica das partículas atômicas pareçam distantes e inacessíveis. Num caso, a perspectiva de queda de meteoros destruidores não é totalmente descabida e deve representar uma preocupação séria. No outro, a energia que o choque de algumas partículas pode gerar, assim como os estragos causados por vírus, também merecem atenção.

As concepções que as ciências têm a respeito desses assuntos podem ou não estar relacionadas a “estratos sociais” que lhes sirvam de base. Na prática, membros de um estrato social que desenvolvem a ciência podem estar produzindo conhecimentos benéficos para estratos sociais que nada têm a ver com tal base.

Durante a chamada Idade Média, por exemplo, em que o feudalismo era o modo de produção dominante, os homens que desenvolveram vários conhecimentos científicos, a exemplo de Copérnico, Galileu, Kepler e outros, pertenciam às classes feudais dominantes. Mas quem se aproveitou desses conhecimentos foram as classes, ou estratos sociais, mercantis, em geral em luta contra os feudais. Marx e Engels também podem ser tomados como exemplos dessa contradição, por pertencerem a estratos burgueses.

Ou seja, desde que as ciências começaram a desenvolver-se, com base em observações empíricas acumuladas, elas têm se batido não só contra o senso comum, mas também e principalmente contra visões pseudocientíficas que têm por base interesses materiais e culturais de “estratos sociais” específicos, mesmo que, muitas vezes, os cientistas pertençam a tais estratos sociais. Quando isso aconteceu, esses homens de ciência foram considerados traidores. E muitos deles foram

obrigados a calar-se (Copérnico, até estar à beira da morte, e Galileu, para salvar-se), ou a morrer na fogueira (Giordano Bruno e vários outros).

Isso só mudou, em parte, com o capitalismo, no qual um número considerável de ciências se transforma em forças produtivas, a exemplo principalmente da química, da física e da eletrônica. Criou-se uma situação em que os estratos sociais dominados vivem subordinados ao “senso comum” e, por isso, têm poucas condições de se apropriarem das ciências. Mas os estratos dominantes se apropriam privativamente daquelas ciências que podem elevar sua produtividade, e repelem ou deturpam os avanços científicos daquelas que colocam a nu suas contradições internas, a exemplo da teoria da “oposição” entre “sociedades avançadas do centro – Europa Ocidental e Estados Unidos – e sociedades atrasadas da periferia”.

Tal oposição é um dado da realidade histórica, mensurável por uma série considerável de dados empíricos, como níveis industriais, agrícolas, comerciais, de transportes, educacionais, científicos, de saúde etc. Trata-se de dados empíricos não restritos a um “ simples aumento quantitativo da economia doméstica” ou à inexistência ou existência de “lideranças carismáticas”.

Essa “oposição” resulta do desenvolvimento econômico, social e político desigual (e descombinado) do processo histórico de surgimento e evolução do capitalismo nas diferentes nações e regiões do globo. Esse desenvolvimento histórico desigual permitiu às “sociedades do centro”, que primeiro desenvolveram o modo de produção capitalista, explorarem as nações e regiões da periferia, que ainda não haviam in-

gressado no capitalismo, ou haviam ingressado, mas estavam “atrasadas” em seu desenvolvimento.

Não devemos esquecer que o conceito de “oposição” não pode ficar restrito à relação entre as nações centrais e as nações periféricas. A concorrência, ou competição, é uma lei inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Ela não só torna o mercado interno de cada nação uma arena, muitas vezes sangrenta, da luta entre capitais, mas faz o mesmo com o mercado mundial, sendo a base de pelo menos duas guerras mundiais e de um sem-número de guerras regionais e locais.

No entanto, quando a oposição entre “avançados” e “atrasados” passa a ser apresentada como algo que só existe na cabeça de alguns, na suposição de que o modo de produção que ocorre na Alemanha é o mesmo que ocorre no Brasil, como pensa Jessé, temos pela frente uma daquelas visões distorcidas, conformistas e superficiais da realidade, que merecem ser vistas mais detidamente.



# Desenvolvimento capitalista

23 de agosto de 2016

Atualmente, o modo de produção, circulação e distribuição que está presente na Alemanha, Estados Unidos, Japão, França e Inglaterra é o mesmo que está presente no Brasil, Argentina, Grécia etc etc etc. Mas qualquer estudante relativamente bem informado sabe que, entre o primeiro e o segundo grupo desses países, há diferenças acentuadas, como indicamos em comentários anteriores.

Além disso, nem sempre todas as nações tiveram o capitalismo como seu modo de produção na mesma época. No final do século 19 o capitalismo já havia alcançado um alto desenvolvimento nos países “avançados”. Porém, mesmo entre eles, a gênese, ou a acumulação primitiva de capital, assim como as formas com as quais cada um se desenvolveu, foram diferentes.

A Inglaterra, por exemplo, a primeira a ingressar nesse novo modo de produção, circulação e distribuição começou com a revolução agropastoril, a partir do século 14, dando surgimento às relações monetárias na agricultura e à formação de uma imensa massa de força de trabalho “livre” e vagabunda, expulsa dos campos para as cidades. Paralelamente,

assistiu a um intenso processo mercantilista de acumulação de riquezas, por meio do banditismo nos mares, do tráfico de escravos para as colônias americanas, da dominação de novos territórios, com o uso da canhoneiras, e do desenvolvimento de suas manufaturas.

O processo de estabelecimento da relação intrínseca entre a riqueza, na forma de propriedade privada de meios de produção, e a força de trabalho livre, abundante e à-toa nas cidades britânicas, relação que veio a ser chamada capital, ganhou vulto ao longo dos séculos 17 e 18. Mas só deu um salto a partir do início do século 19, com a emergência da “revolução industrial”. Todo esse processo foi marcado por choques intensos, opondo feudais e camponeses, feudais e burgueses, católicos e protestantes, monarquistas e republicanos, e capitalistas e assalariados.

Momentos marcantes do processo inglês de desenvolvimento do capitalismo foram a imposição da monarquia constitucional, a revolução puritana, os movimentos dos levellers e diggers, e a revolução gloriosa do final do século 17. Esta consolidou a monarquia constitucional e a aliança entre a nobreza remanescente e a burguesia em ascensão.

A França, por sua vez, não chegou a formar uma massa tão imensa de força de trabalho livre e vagabunda como a inglesa. Suas guerras externas e conflitos internos corroeram o sistema feudal, enfraqueceram o monopólio dos nobres sobre as terras, e fizeram surgir uma classe camponesa proprietária de terras. Paralelamente, a burguesia francesa procurou, com o apoio da monarquia, participar da disputa dos saques marítimos e da dominação de novos territórios, e criar ma-

nufaturas de objetos de luxo.

No entanto, a ordem estamental e absolutista francesa mantinha não só os privilégios da nobreza e do clero, incluindo os altos tributos sobre as classes que produziam e comerciavam. Isto constituiu o principal obstáculo para o desenvolvimento industrial, num momento em que a produção manufatureira inglesa tornava-se avassaladora.

Essas contradições, como na Inglaterra, manifestaram-se também nos choques intensos entre feudais e camponeses, entre feudais e burgueses, entre católicos e protestantes, monarquistas e republicanos, e assalariados e burgueses. Mas não resultaram em qualquer acordo entre a nobreza e a burguesia. Foi preciso uma revolução republicana radical para que o crescente poder econômico da burguesia se transformasse também em poder político liberal.

Já os Estados Unidos, para conformar-se como tal, primeiro tiveram que passar pela condição de colônia inglesa, onde foram estabelecidos dois sistemas antagônicos de produção. No Sul, o escravista, produtor de algodão e outros produtos agrícolas demandados pela metrópole britânica. No Norte, os homesteads foram a forma principal através da qual os imigrantes europeus se estabeleceram para realizar a produção agrícola e pecuária, inclusive em luta contra os indígenas.

Assim, diferentemente do Sul, os lavradores do Norte utilizaram principalmente o trabalho familiar e assalariado, sempre prontos para enfrentar os indígenas e abrir novas fronteiras agrícolas. O que não excluiu os casos de “escravidão por dívidas”, contraídas pelos migrantes para seu transporte da

Europa (principalmente Inglaterra e França) para a América do Norte.

Além disso, a ausência de força de trabalho suficiente para o desenvolvimento agrícola do Norte induziu, em grande medida, a cópia de inventos mecânicos ingleses para a criação e produção de máquinas que substituíssem o trabalho humano. Em outras palavras, no Norte criou-se, mesmo antes da Independência, uma burguesia agrária e industrial, assim como uma classe de trabalhadores assalariados, enquanto no Sul predominava uma classe escravocrata sobre uma classe de escravos e de frações burguesas mercantis.

A independência (1776) foi uma aliança das classes escravocratas e burguesas para livrar-se das taxas e protocolos coloniais. Nos quase cem anos seguintes, o sistema escravista Sulista manteve-se inalterado. O Norte, porém, desenvolveu-se não só como sistema agrícola de homesteads, mas também como sistema industrial, necessitado de força de trabalho assalariada. O que o levava a receber de braços abertos os negros fugidos das plantações escravistas do Sul, e a lhes fornecer a condição de “homens livres”.

A Guerra Civil Americana, ou Guerra de Secessão, desencadeada em 1861, teve como causa básica a liberação da força de trabalho escrava para o desenvolvimento, tanto da indústria do Norte, quanto para a ocupação do Oeste americano. Não por acaso, paralelamente ao ato de libertação dos escravos, em 1862, foi sancionado o Homestead Act. Este não só atraiu centenas de milhares de novos imigrantes europeus para ocupar as terras do Oeste americano, mas também abriu vaza para que os ex-escravos também pudessem tornar-se

camponeses livres.

Processos específicos e diferenciados de gênese e desenvolvimento capitalista também ocorreram, durante o século 19, na Alemanha e no Japão. O que houve de comum em todos esses processos foi a emergência da relação entre riqueza acumulada, na forma de meios de produção, circulação e distribuição, e trabalhadores livres, mas desprovidos de qualquer propriedade, a não ser sua força de trabalho, passível de venda como qualquer outra mercadoria.

Desse modo, os séculos 18 e 19 acumularam um rico material empírico sobre as diferentes formas de surgimento e de desenvolvimento do novo modo de produção, circulação e produção capitalista. E havia uma viva polêmica em torno dos elementos comuns a tal modo, o que deu surgimento à nova ciência da economia política, desenvolvida primeiramente pelos ingleses e, depois, por Marx.

As emergentes nações capitalistas praticamente dominaram todas as restantes nações do mundo, de onde arrancavam matérias primas agrícolas e minerais demandadas por seus sistemas industriais. Mas, o seu modo capitalista de produção, circulação e produção não era predominante, ou mesmo existente, em tais nações. E a história de cada uma delas, e de suas lutas contra o domínio colonial capitalista, parecia mesmo um mistério para muitos dos que se debruçavam para entender o que consideravam uma resistência ao avanço “civilizatório” do mercado capitalista.

Portanto, o desenvolvimento capitalista ocorreu e ocorre de forma desigual, não só entre as nações avançadas, mas entre estas e as nações atrasadas, e também entre as nações

atrasadas. Por um lado, as leis de desenvolvimento do capital em cada país são idênticas. Por outro, o desenvolvimento geral delas em cada país avança em ritmos históricos diferentes, dependendo da concorrência interna dos seus diversos capitais, e da concorrência externa entre os capitais dos diversos países. A tendência do capital, ao globalizar-se, de criar um mundo capitalista plano, não passa de uma ilusão de ótica.

Basta prestar atenção ao intenso processo de desindustrialização dos Estados Unidos, e de idêntico processo, mas não de mesma intensidade, no Japão e na Europa Ocidental. Ambos são provocados pela queda da taxa média de lucro de seus capitais, obrigados a exportá-los para o resto do mundo, tanto na forma de dinheiro fictício e especulativo, quanto na forma de plantas industriais, segmentadas e/ou completas, para tentar elevar aquela taxa média.

O resultado tem sido a continuidade da desindustrialização dos países avançados, apesar da brutal acumulação centralizada de capital em mãos de um pequeno grupo de magnatas, e o aumento da industrialização de países agrários e agrário-industriais, alguns dos quais até pouco tempo atrás eram considerados “inviáveis”, a exemplo de Angola. Isso para não falar dos “fenômenos” China e Índia.

Portanto, a oposição entre “avançados” e “atrasados” continua presente, com dinamismos próprios que precisam ser analisados cientificamente para que não se tenha uma daquelas visões distorcidas, conformistas e superficiais da realidade em constante mutação.

# Marx: demonstração histórica

13 de setembro de 2016

Para entender a realidade do capitalismo, em qualquer lugar do mundo, inclusive no Brasil, a vida demonstrou que não existe instrumento de análise mais apropriado que O Capital, de Marx. Diante da prolongada crise atual do capital, até mesmo antimarxistas empedernidos passaram a buscar entender, através dessa obra, as tendências que esse modo de produção está lhes impondo. Procuram descobrir um modo de livrar-se da possibilidade de sua substituição histórica por outro modo de produção.

É verdade que nem sempre tem sido fácil a comprovação das tendências lógicas do capital, principalmente aquelas descobertas por Marx. No processo histórico real, tais tendências têm se desenvolvido de forma desigual e embaralhada, resultando em dúvidas e contratempos. Tomemos como exemplo o processo de elevação da produtividade. As nações capitalistas mais avançadas impulsionaram suas indústrias por meio da crescente utilização das ciências e tecnologias como forças produtivas, ou ciências de resultados, na maior parte do tempo em virtude da brutal concorrência no mercado.

Em particular nos últimos 50 anos, após a segunda

guerra mundial, a elevação da produtividade foi impulsionada, como vimos em comentário anterior, por uma nova revolução científica e tecnológica, e pela ampliação da disputa comercial em âmbito internacional. Ou seja, tornou-se incontestável o que Marx denominou de “revolução constante das forças produtivas”.

Outro exemplo de comprovação relativamente fácil tem sido a centralização do capital em poucas mãos. Não é mais segredo para ninguém que 1% da população do globo concentra em suas mãos uma riqueza equivalente à renda de 3 bilhões de pessoas. Três bilhões... Ou que um pequeno grupo de grandes corporações transnacionais domina mais de 60% da produção mundial. A lista demonstrativa da tendência à centralização do capital já se tornou de domínio público, mostrando que Marx acertou o alvo.

Também são fatos relativamente incontestáveis as tendências de crises financeiras e econômicas, de caráter global. Elas vêm se repetindo desde 1837, atingindo um nível inigualável, a partir de 2007-2008, nos Estados Unidos, e após 2011, na Europa (para não falar no Japão, enterrado numa crise que parece infundável). O mesmo se pode dizer das tensões e guerras imperialistas, entre as nações desenvolvidas, por novas divisões do sistema colonial e/ou do mercado mundial.

No entanto, nem sempre ficou evidente a tendência de exploração crescente dos trabalhadores e sua conseqüente pauperização. Até os anos 1950 e 1960, as grandes nações capitalistas distribuíram, entre seus trabalhadores, parte dos lucros complementares extraídos da exploração das nações e povos colonizados. Isso funcionou como fator “amaciante” da

luta de classes no interior dos países capitalistas, dando surgimento aos Estados de Bem-Estar europeus, e ao American Way of Life norte-americano. E deu ensejo ao surgimento de inúmeras teorias sobre os “erros das previsões de Marx”, teorias em desuso em virtude da crescente pauperização causada pelo desemprego estrutural nos países centrais.

No entanto, há algo realmente não previsto por Marx na dimensão adequada. O processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, a exploração das colônias e dos países atrasados, e a redistribuição, aos trabalhadores das nações desenvolvidas, das migalhas do bolo obtido naquela exploração colonial, fizeram com que o epicentro das lutas de classes, e dos movimentos revolucionários, fosse transferido dos países centrais para os países atrasados. O mesmo ocorreu, em grande medida, com a própria teoria marxista que, como guia para a ação, se expandiu mais rapidamente nos países atrasados.

Em plena primeira grande guerra mundial, isso resultou na eclosão e vitória da revolução soviética. Logo a seguir, em revoluções de diferentes cunhos políticos e sociais, vitoriosas na Turquia e na Mongólia, derrotadas na Alemanha e na Hungria, e continuada na China. E, cerca de 30 anos depois, após o final da segunda grande guerra, o sistema de países capitalistas se confrontou com a expansão do socialismo de tipo soviético, no leste europeu e na China e na Coréia, e com a emergência de revoltas e guerras anticolonialistas, principalmente na Ásia e na África.

Ou seja, o epicentro das lutas de classe e das revoluções continuou localizado nos países atrasados, que ainda não

havia ingressado no caminho capitalista, ou que tinham um pequeno desenvolvimento capitalista. Mas o capitalismo dos Estados Unidos, que além do dinamismo interno de suas indústrias, ciências e técnicas, havia alcançado a hegemonia mundial em virtude dos lucros obtidos nas duas guerras mundiais, sentiu-se ameaçado pelo “perigo comunista” daquela luta de classes e assumiu o enfrentamento ativo desse conjunto de problemas políticos em âmbito mundial.

O capital estadunidense investiu pesadamente na reconstrução do capitalismo de “bem-estar” da Europa Ocidental, de modo a manter como aliados seus trabalhadores, e nas fronteiras ocidentais do chamado “campo socialista”. Ao mesmo tempo, tentou sangrar a revolução chinesa através da Guerra da Coreia, ao mesmo tempo em que criou as condições para a reconstrução capitalista do Japão, e para a emergência dos Tigres Asiáticos como países capitalistas emergentes.

Até então, a política de exportação de capitais do capitalismo avançado para os países atrasados restringia-se aos empréstimos a juros extorsivos e aos investimentos em estradas e portos que barateassem a exportação de matérias primas minerais e agrícolas demandadas por suas indústrias e sociedades. Os capitalistas dos países avançados opunham-se a qualquer industrialização dos países atrasados. Isso só começou a mudar a partir dos anos 1950, com a reconstrução capitalista da Europa e do Japão, e com o excedente de capitais propiciado pela crescente centralização do capital.

Afinal, o capitalismo avançado alcançara um nível de concentração e centralização da riqueza e de queda de sua taxa média de lucro que o obrigava a iniciar uma crescente

exportação de capitais excedentes e, como previra Marx, a promover o desenvolvimento do modo de produção, circulação e distribuição capitalista no resto do mundo.

É verdade que tal investimento, em geral, impôs aos países atrasados uma industrialização subordinada. O Plano de Metas de JK, no Brasil, teria sido inviável sem essa política de exportações de capitais pelos países capitalistas avançados. Paralelamente, o capital avançado manipulou a implantação de ditaduras de diferentes tipos nos países atrasados, de modo a garantir o retorno de seus investimentos contra qualquer tentativa “nacionalista”. E, ao mesmo tempo, criou uma poderosa máquina de propaganda para disseminar a ideologia da democracia liberal de bem-estar social e do american way of life, como padrões políticos e de vida ideais.

Os que estão lendo este texto podem se perguntar: o que isso tem a ver com *A Tolice da Inteligência Brasileira*, de Jessé Souza? Por incrível que isso pareça, entre outras coisas este texto está relacionado à uma simples afirmação daquela obra. Isto é, a de que o “modo de produção que ocorre na Alemanha é o mesmo que ocorre no Brasil”. Para demonstrar que “o que ocorre” na Alemanha não é exatamente “a mesma coisa” que ocorre no Brasil (e em outros países atrasados do ponto de vista capitalista) é preciso mostrar como o capitalismo se desenvolveu historicamente desigual.

A suposição de Jessé é uma daquelas “visões distorcidas, conformistas e superficiais da realidade”. O capitalismo real não é bem o capitalismo weberiano de Jessé, e os economicistas nada tem a ver com o marxismo, embora seja possível que alguns que se autodenominam marxistas sejam economicistas.

O capitalismo avançado da Alemanha é alemão. Já o capitalismo atrasado do Brasil não é brasileiro. Ou seja, além de “atrasado” em relação à Alemanha e, também, em relação aos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França e Itália, o capitalismo do Brasil é profundamente “desnacionalizado” e “subordinado”. Em outras palavras, são capitalismos nacionais diferentes, desiguais, descombinados.

Para complicar, desde o final dos anos 1980, o capitalismo nacional subordinado brasileiro sofreu um processo de reversão em sua industrialização. Na nova onda globalizante dos capitais financeiros e industriais avançados, ao invés de completar sua industrialização, o Brasil assistiu à canibalização de seu parque industrial pelos capitais financeiros. Desse modo, tornou-se cada vez mais, além de subordinado, um capitalismo de produção de bens primários (agrícolas e minerais), e de produção de renda monetária para pagar juros ao sistema financeiro internacional e nacional.

O que exige que continuemos a procurar entender as descobertas de Marx sobre o capital, tanto para compreender o capitalismo avançado predador, suas forças e debilidades, quanto para ver se o Brasil tem futuro.

# Capital em crise, aporias marxistas

27 de setembro de 2016

Retornando à discussão de *A Tolice da Inteligência Brasileira*, lembramos que ela exige “uma visão global do capitalismo”. Nesse sentido, é importante recordar que, a partir dos anos 1970, como resultado da revolução tecnológica e do grande excedente de capitais acumulados durante e após a segunda guerra mundial, o capitalismo dos Estados Unidos viu-se diante de dois impasses sérios. Um escancarado: o da guerra no Vietnã. Outro oculto: aquilo que alguns economistas (não só marxistas) chamaram de “colapso da taxa média de lucro”.

A combinação desses impasses levou o capitalismo estadunidense a empreender reajustamentos profundos em sua estratégia política e em sua estrutura econômica. Por um lado, reconheceu a China Popular, retirou suas tropas do Vietnã e concentrou seu foco contra a União Soviética, neste caso através da ousada corrida armamentista da “Guerra nas Estrelas”.

Afinal, corrida armamentista sempre foi uma arma de recuperação das economias capitalistas. Com ela, o capital norte-americano pretendia matar dois coelhos numa só

cajadada: levar ao colapso a economia soviética, que desde os anos 1950 vinha apresentando problemas graves em seu desenvolvimento, e sustar a tendência de queda de sua taxa média de lucro.

Esses reajustamentos tiveram o mérito de fazer com que a URSS aceitasse a disputa e fosse levada à lona no início dos anos 1990. Eles, porém, não conseguiram resolver o problema crucial de queda da taxa média de lucro. Ao contrário, a produção de armamentos, por seu alto nível tecnológico, impulsionou ainda mais aquela tendência negativa.

Diante disso, antes mesmo da derrocada soviética, o capital norte-americano viu-se na contingência de realizar a mais radical reestruturação econômica, financeira e social de sua história contemporânea. Rompeu o acordo Breton Woods, transformou o dólar americano em equivalente universal de troca, e promoveu as mais intensas exportações de capitais de sua história.

Essas exportações de capitais apresentaram duas formas básicas: a) a financeira, tendo como eixo principal a especulação de diferentes formas de papéis (derivativos etc); e, b) a transferência de plantas industriais, completas ou segmentadas, para países atrasados do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e, portanto, de mão de obra barata capaz de gerar mais-valia absoluta e elevar a taxa média de lucro.

Com isso, os Estados Unidos se permitiram ter déficits colossais em suas diversas contas internas e externas e promover sua própria desindustrialização. Seu capitalismo, para salvar sua taxa média de lucro, e manter seu processo de concentração e centralização através de uma eterna re-

produção ampliada, adotou políticas globais, cada vez mais agressivas, de especulação financeira e de industrialização de países agrários e agrário-industriais, e de desindustrialização interna, deixando seu proletariado se lixar.

Esse caminho do capital norte-americano foi seguido, embora de maneira aparentemente menos intensa, pelas demais versões avançadas desse sistema econômico, social e político. Assim, o capitalismo desenvolvido passou a apresentar, de forma cada vez mais nítida, as tendências “perigosas”, previstas por Marx. Isto é, centralização do capital, revolucionamento constante das forças produtivas, elevação da produtividade, desemprego estrutural, pauperização dos trabalhadores, crises destrutivas, contração do consumo, e mundialização.

A centralização do capital já não dá mais bola para o “perigo comunista”, deixando que apenas 1% a 3% da população realize uma apropriação privada colossal das riquezas geradas pelos trabalhadores. Opera para desmontar e liquidar tanto os “Estados de Bem-Estar” europeus, quanto o “American Way of Life”. Enquanto na Europa se supõe existirem mais de 50 milhões de desempregados, nos Estados Unidos o número de pessoas abaixo da linha da pobreza é calculado em mais de 47 milhões. A centralização do capital e a pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores foram estatisticamente demonstradas por Thomas Picketti, embora ele pense haver descoberto a própria causa da desigualdade.

Por outro lado, as versões avançadas do capitalismo viram-se obrigadas a adotar duas políticas contraditórias nas exportações de capitais para as sociedades atrasadas. Uma,

tendo como norma orientadora o Consenso de Washington, exportou capitais objetivando a subordinação financeira e o desmonte industrial de países atrasados. A outra, diante de países com Estados nacionais que não aceitaram o Consenso de Washington, a exemplo da China e da Índia, exportou capitais produtivos, participando de sua industrialização.

É fundamentalmente esse processo de exportação de capitais industriais e financeiros que está levando a uma mundialização, internacionalização, planetarização, ou globalização do modo de produção, circulação e distribuição capitalista. Ao lado das versões avançadas do capitalismo, alguns em franca desindustrialização, apesar de extorquirem riquezas através da especulação financeira, se encontram tanto países que seguem os ditames do Consenso de Washington, quanto países soberanos que se aproveitam da necessidade imperiosa das exportações de capitais do capitalismo avançado para se tornarem novas potências industriais.

Diante de tudo isso, às ciências, em particular às ciências históricas, econômicas e sociais, cabe cada vez mais demonstrar se existe ou não uma “oposição” entre as sociedades capitalistas avançadas e as atrasadas. E, se ela estiver presente, esclarecer em que consiste tal “oposição”, quais as contradições que estão envolvidas nela, e como tais contradições se modificam num sentido ou noutro.

Nesse sentido, o “objetivo maior da ciência” tem que ir muito além da “crítica do senso comum e suas ilusões” e da crítica ao “sujeito coletivo” e a outras “aporias” que, segundo *A Tolice...*, teriam marcado “boa parte do marxismo ocidental”. Mesmo porque, tais “aporias” (dificuldades, impasses para-

doxos, dúvidas, incertezas), que marcaram todas as vertentes do “marxismo”, estiveram relacionadas com algo que Marx e Engels vislumbraram, mas não tiveram tempo de tratar.

Isto é, a transferência do epicentro da luta de classes dos países capitalistas avançados para países “atrasados” no desenvolvimento capitalista, e a possibilidade de “revoluções vitoriosas” nesses países, dirigidas por partidos socialistas e/ou comunistas. Para Marx e Engels, o capitalismo, com todas as suas formas de funcionamento (mercado, assalariamento, dinheiro, Estado etc etc etc) só poderia ser superado, isto é, transformado numa sociedade de tipo superior, que resolvesse a contradição básica entre a apropriação privada e o consumo social, quando esgotasse, ou chegasse perto de esgotar, todas as suas possibilidades de desenvolvimento.

Mesmo nessas condições, seria necessário um tempo razoável para transformar todas e cada uma das formas “privadas” em formas “sociais”. O socialismo seria esse período de transição, um elo entre o passado em superação e o futuro em construção. Talvez pelas dificuldades previstas, e pela envergadura da transição, os fundadores do marxismo tenham sugerido que tal “revolução” teria que ser universal. E, se não fosse, correria o risco de “voltar à mesma m... do passado”, como disse Marx sarcasticamente.

Mas a história, com seu núcleo materialista e dialético, parece não haver concordado totalmente com essas teses “marxistas”. Primeiro, como dissemos, transferiu o epicentro da luta de classes para a parte “atrasada” do mundo. Depois, fez com que nessa parte atrasada surgisse a possibilidade de uma revolução “proletária-camponesa”, anti-feudal e anti-

-capitalista, há quase 100 anos atrás, dirigida por um partido comunista.

Mais ainda: fez com que tal revolução fosse vitoriosa, apesar da intervenção de 13 potências estrangeiras, que a desgastaram numa guerra civil de 3 anos, e estabeleceram um bloqueio econômico e político ao novo Estado dos soviets, ou conselhos. Imagine-se as “aporias” que devem ter assaltado os revolucionários russos e das demais nacionalidades do antigo império czarista sobre que caminho seguir. Não havia, então, qualquer teoria que tivesse por base experiências desse tipo.

De qualquer modo, essa revolução impulsionou a difusão do marxismo pelo resto do mundo. Em muitos países, o marxismo foi confundido com a prática da revolução russa e adotado como doutrina. Em outros, foi compreendido como instrumento de análise científica da realidade do país real e transformado em teoria específica de ação e transformação. Mesmo assim, fazer uma revolução é uma coisa diferente de construir uma nova sociedade.

Portanto, também aqui, as “aporias” eram inevitáveis. E o marxismo, como instrumento científico para a análise da realidade e para a ação transformadora, teria que confrontar-se com elas para elaborar a teoria crítica dessa realidade, diferente daquela vivida e estudada por seus fundadores. Se prestarmos atenção a esta discussão em *A Tólice...*, e às discussões que continuam dividindo e embolando tanto os “marxistas” brasileiros e de inúmeros outros países, quanto “weberianos”, “keynesianos”, “shumpeterianos” etc etc etc, podemos sugerir que ainda há um vasto caminho a percorrer.

# Realidade e ideologia

4 de outubro de 2016

Elaborar uma “teoria crítica” sobre a realidade brasileira não tem sido tarefa fácil. Primeiro porque, embora às vezes alguns dos problemas da realidade saltem aos olhos, nem sempre tal realidade “é visível a olho nu”, como diz acertadamente Jessé Souza em *A Tolice...* Uma das dificuldades, como ele sugere, consiste em que existem “ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos”, que procuram fazer com que “o privilégio (seja) legitimado..., aceito mesmo por aqueles que foram excluídos de todos os privilégios”.

Jessé conclui, daí, acertadamente, que “a ‘crítica das ideias’ dominantes é a primeira trincheira de luta contra os ‘interesses dominantes’ que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos”. Porém, ao mesmo tempo, ele acredita que a “grande maioria das versões apologéticas do ‘sujeito liberal’ nutre-se com fundamento empírico na história da pujança econômica e política norte-americana, em maior ou menor grau, na figura do protestante weberiano”.

Ainda segundo Jessé, com base nessa “versão” importada, a grande maioria dos autores contemporâneos “pretende demonstrar que existe uma hierarquia ‘meritocrática’ entre

os países e entre as classes que hoje monopolizam todos os privilégios”. “Essas teorias” seriam “utilizadas para mostrar que a corrupção no centro é sempre tópica e passageira, e só na periferia ela é sistêmica e societária...”

Assim, um dos problemas de Jessé continua consistindo em não considerar que a “crítica das ideias” faz parte da ideologia e da disputa ideológica no contexto da luta que se trava materialmente na base da sociedade, em torno dos diversos problemas que a dominação privada capitalista impõe às demais classes existentes na sociedade.

Ele resiste em aceitar que a ideologia e a luta ideológica resultam da divisão real, material, de cada sociedade em classes sociais. Isto é, classes divididas a partir da divisão da propriedade privada dos meios de produção, que cooperam entre si através de relações de concorrência e/ou subordinação, e conflitam entre si, seja na concorrência, seja para reduzir ou superar a subordinação, através de inúmeras formas objetivas e subjetivas.

Portanto, a existência de idênticas relações de classe em diferentes sociedades pode fazer com que inúmeros aspectos das ideologias presentes numa sociedade pareçam “importadas”. Por exemplo, é comum na história brasileira dizer que, no passado escravista, surgiram “liberais” influenciados pelo liberalismo inglês, como Nabuco e outros. No entanto, é preciso não esquecer que, a essa altura da história brasileira, já haviam surgido relações de assalariamento no colonato da agricultura cafeeira e em vários outros setores. E que, com a imigração europeia, pelo menos no sul do país se implantara uma economia agrícola não latifundiária. Ou seja, já havia

um fundamento empírico local no qual o liberalismo burguês podia fincar raízes, mesmo tortas e distorcidas pela ideologia escravocrata.

Na divisão social do capitalismo, as relações básicas confrontam burgueses e trabalhadores assalariados. E as relações secundárias confrontam burgueses contra burgueses (financeiros, industriais, agrários, comerciais, de serviços; muito grandes, grandes, médios e pequenos); trabalhadores contra trabalhadores (pelas vagas do trabalho assalariado, por profissões mais rentáveis, por postos de mando, por pretender transformar-se em burgueses).

Além disso, classes intermediárias, remanescentes ou não de formações sociais anteriores, como latifundiários de velho tipo, camponeses familiares (independentes e/ou agregados), artesãos, autônomos, lutam tanto entre si, quanto contra a burguesia (como um todo, ou contra suas frações financeiras, industriais, agrárias, comerciais e de serviços), e/ou contra os trabalhadores assalariados.

Tais condições de existência, nas quais a burguesia é a classe “dominante”, mesmo com a presença de “restos” ou “remanescentes”, geram as formas ideológicas burguesas: direito inalienável da propriedade privada, confundindo propriedade privada dos meios de produção com propriedade privada dos meios de consumo; liberdade de troca (compra e venda) no mercado; “igualdade” no direito de pensamento e expressão; “fraternidade” na superação das divergências; superação das dificuldades através do esforço e da dedicação; meritocracia; direito de “liquidar” seus concorrentes; juros altos como instrumento de controle da inflação...

A lista é enorme, não se tratando apenas de “propaganda enganosa”. São as formas como a própria burguesia pensa a sua realidade. E como ela procura, como diz Jessé, que sejam “aceitas” pelas demais classes como se fossem suas. Isto é, sendo classe economicamente dominante, a burguesia também opera para fazer com que suas ideias, seus valores, sua ideologia, sejam também dominantes.

Por outro lado, para fazer a crítica a tal ideologia, é necessário que as classes opostas à burguesia tenham, latentes ou fragmentários, os pensamentos que questionem a subordinação humana e a falsidade das promessas de liberdade, igualdade, fraternidade, mérito etc. Se a realidade em que vivem tais classes subordinadas não apresentassem, objetivamente, contradições ao vivo com as ideias dominantes, a luta ideológica, ou a “crítica das ideias” não passaria de um sonho utópico.

No entanto, tais contradições entre as classes e entre seus pensamentos diferem em graus variados, seja pela força da ideologia dominante, seja pela força das contradições reais. Nestas condições, sempre estão presentes na sociedade diversas ideologias, conformando um mosaico ou um conglomerado contraditório. Basta ver as diversas teorias que buscam justificar, explicar, combater e/ou superar as brutais desigualdades sociais existentes no Brasil.

Ou seja, os pensadores das diversas classes sociais elaboram, ou reelaboram, ideologias que procuram expressar a realidade de cada classe realmente existente. Em outras palavras, não é possível supor uma “crítica das ideias”, ou a luta ideológica, dissociada das lutas de classes, tanto as

de caráter econômico (salários, custo de vida, condições de trabalho, prevenção de acidentes etc), e de caráter social (educação, saúde, moradia, saneamento, transportes, lazer etc), quanto as de caráter político (direito de voto, participação nas decisões econômicas, sociais e políticas governamentais, democratização do direito de expressão e difusão das informações etc etc etc).

Se a luta das ideias, a luta ideológica, não tiver por base uma luta de classes real e ativa, ela será sempre uma “crítica sectária”, uma “crítica de iniciados”. Isto diz respeito, também, às relações entre as nações, em especial entre as nações capitalistas avançadas e as nações capitalistas atrasadas. Nesse sentido, reduzir as teorias que apresentam diferenças entre as nações àquelas que pretendem “demonstrar... uma hierarquia ‘meritocrática’ entre os países...” e que “são utilizadas para mostrar que a corrupção no centro é sempre tópica e passageira, e só na periferia ela é sistêmica e societária...” empobrece o debate e o desvia dos problemas centrais.

É lógico que Jessé tem razão em denunciar a corrupção como um sistema “organizado”, onde quer que o capitalismo esteja presente. No entanto, paralelamente a isso, a realidade da diferença entre os países capitalistas avançados e o Brasil tem que ser analisado como algo real mais grave. Já vimos que “nossa” indústria está muito menos desenvolvida do que a indústria dos capitalismos avançados. Além disso, a maior parte da indústria presente no território brasileiro não é “nossa”: é propriedade de corporações estrangeiras. O mesmo acontece com grande parte do comércio e dos serviços. E o agronegócio está atrelado às grandes corporações de insumos agrícolas e de comércio internacional.

Pior do que isso: a burguesia brasileira, em sua maior parte, é caudatária de burguesias dos países capitalistas avançados. Basta ver como essa burguesia cabocla continua querendo subjugar-se ainda mais àquelas, apesar da crise norte-americana e europeia, que oferece poucas chances a essas potências para contribuir no desenvolvimento brasileiro real.

Portanto, no enfrentamento ideológico, e também político e econômico, das diferenças do Brasil com os países capitalistas avançados, é mais importante dar atenção às formas concretas através das quais elas nos subordinam a seus interesses geoeconômicos e geopolíticos do que à propaganda sobre qualquer pretensa “hierarquia meritocrática”.

# Weber e incongruências

12 de outubro de 2016

Para realizar a crítica do que chama de “interpretação ‘orientalizada’ da América Latina”, aqui incluído o Brasil, *A Tolice da Inteligência Brasileira* afirma que essa teoria “foi empregada por teóricos latino-americanos... tendo como ‘conceito central’ o ‘patrimonialismo’...”, “retirado de modo a-histórico e sem rigor analítico da obra weberiana...”.

Ou seja, Weber teria sido “utilizado para criar uma imagem idealizada da sociedade norte-americana... que se tornou o eixo fundamental de toda a teoria da modernização”. A “oposição moderno/tradicional (de) Weber para explicar a gênese da singularidade do Ocidente e o ‘aparecimento do capitalismo apenas no Ocidente’ (teria sido) utilizada para o estudo dos ‘entraves para a expansão do capitalismo em escala global”.

Ainda segundo a teoria weberiana, “apenas no Ocidente moderno logrou-se uma configuração social que não só possibilita, mas também estimula a diferenciação entre as várias esferas sociais e o ganho de eficiência e racionalidade (instrumental) que esta mesma diferenciação social implica”. A “confusão entre as diversas esferas sociais, da qual o

patrimonialismo retira a própria condição de possibilidade, exige a existência de uma série de fatores socioeconômicos ‘externos’ ao que chamaríamos hoje em dia de dominação política em sentido estrito”.

Ou seja, para o patrimonialismo subsistir seria necessário: a) “a inexistência de uma economia monetária desenvolvida”; b) “a existência de um direito não formal”; c) e “uma legitimação em grande medida místico-religiosa do poder político”. Isto é, exigiria tanto a ausência quanto a presença de “elementos” que teriam marcado a “sociedade chinesa patrimonial”.

Em contraposição a isso, uma “parte importante do potencial revolucionário das cidades ocidentais como fator de desestabilização do patrimonialismo ocidental” teria residido “precisamente na influência da economia monetária na e para além dos limites da cidade ‘livre’”. Dizendo de outro modo, para Weber, a “dominação patrimonial” teria como pressuposto, “no sentido forte do termo, uma configuração institucional específica como sua própria condição de existência”.

Na China, ainda segundo *A Tristeza...*, tal configuração não teria ocorrido. Isto porque o “estamento de literatos”, constituindo “o estrato social mais organizado e poderoso”, teria se mostrado, “em grande medida ineficaz em relação ao poder local dos clãs e da autoridade paterna familiar”.

Para ser franco, a respeito da China, utilizando um velho ditado, em terra que nunca se foi, feijão dá na raiz. Já nos referimos à história chinesa em comentário anterior. Vale lembrar que o mesmo processo de acumulação primitiva, ou originária, que levou à construção do capitalismo no ocidente,

entre os séculos 14 e 18, também ocorreu antes na China, entre os séculos 12 e 15.

A “singularidade” que levou o Ocidente a desenvolver o capitalismo, consistiu numa série considerável de fatores. Por um lado, no poder relativamente mais “jovem” e mais disperso de seu feudalismo. Por outro, na existência de “cidades-Estados” que realizavam grandes atividades mercantis no Mediterrâneo, Mar do Norte e Mar Báltico, e na forte aliança entre algumas monarquias feudais (Portugal e Espanha, inicialmente) e seus mercadores, para o desenvolvimento das relações comerciais oceânicas com as terras asiáticas (cujas rotas terrestres haviam sido trancadas pelos turcos).

Esse conjunto de ações permitiu uma vasta acumulação de riquezas em vários reinos ocidentais. E propiciou a formação, principalmente na Inglaterra, de vastas camadas da população, expropriadas de suas terras e de seus meios de produção. Transformadas em vagabundas “livres”, essas camadas sociais constituíram um fator vital para estabelecer a relação da riqueza acumulada, transformada em meios de produção, com a força de trabalho livre, transformada em trabalho assalariado. O “capital” constitui justamente essa relação.

A “singularidade chinesa” consistiu, por um lado, no muito mais antigo feudalismo, centralizado, que substituiu o escravismo durante o período de “primavera e verão” e dos “reinos combatentes”, entre os séculos 6 e 3 a.c. Esse feudalismo foi consolidado com o estabelecimento da primeira monarquia feudal centralizada da história, a Qin, no século 2 a.c. O feudalismo chinês conformou, então, poderosas

classes de senhores feudais e de camponeses, que viveram em guerras, entre si, e contra e/ou a favor da monarquia central, por toda a sua história. Nos séculos 19 e 20, elas chegaram a conformar “senhores de guerra” feudais, e “áreas libertadas camponesas”, ambas com exércitos próprios.

O “estamento de literatos”, os mandarins, a que se refere *A Tristeza...*, era constituído de funcionários letrados da monarquia centralizada, que comumente tinham que confrontar o poder local, tanto de senhores feudais, quanto de camponeses rebelados. Clãs e autoridades paternas eram apenas resquícios patriarcais na organização das famílias feudais e camponesas.

Aspectos “modernizantes” da primeira monarquia centralizada chinesa consistiram não só em unificar nacionalmente a direção política e militar do país, mas também os sistemas monetário e de pesos e medidas, assim como iniciar relações de comércio com o ocidente através de uma Rota Terrestre da Seda, que atravessava o Deserto de Gobi e chegava às terras árabes. Portanto, desde antes do século 1 do segundo milênio, a economia monetária e outros traços da economia mercantil já estavam presentes na sociedade chinesa, sem causar moosa alguma em seu patrimonialismo. O apogeu dessas economias monetária e mercantil ocorreu, como frisamos em comentário anterior, entre os séculos 12 e 15.

Nessa ocasião, com seus grandes e modernos juncos oceânicos, os chineses criaram a Rota Marítima da Seda, e comerciaram com todo o sudeste asiático, Índia oriental e ocidental, territórios árabes do Golfo Pérsico, e territórios do leste da África. A acumulação de riquezas que poderiam levar

ao capitalismo estava em pleno curso, através de uma aliança entre os mercadores e parte da monarquia Ming.

Na Inglaterra, seus feudais encontraram na pecuária ovina e na produção de lã uma fonte muito promissora de riqueza. Promoveram a “modernização” da agricultura, através do “cercamento” dos campos, da expulsão dos lavradores, e de sua transformação numa massa vagabunda expropriada de meios de produção. Na China, no entanto, os feudais não encontraram opção idêntica. Opuseram-se a qualquer “modernização” dos feudos e “libertação” dos servos. E se rebelaram contra a ascensão dos mercadores, uma classe que consideravam desprezível e de segunda ordem, e contra a aliança de “sua monarquia” com eles.

Entre os séculos 15 e 17, a luta de classes entre feudais e mercadores chineses se aguçou gravemente, promovendo a ruptura entre as alas feudal e mercantilista da dinastia Ming. Esta proibiu as expedições comerciais marítimas e permitiu a destruição da armada oceânica chinesa, enfraquecendo-se ao ponto de ser subjugada pelo pequeno reino manchu da dinastia Qing, em meados do século 17.

A riqueza acumulada se transformou em riqueza entesourada, incapaz de realizar, como aconteceu no ocidente europeu, sua reprodução, de forma ampliada, através do trabalho assalariado. Em outras palavras, o “patrimonialismo” se manteve na China, independentemente da existência de uma “economia monetária”. O sistema feudal foi mais forte. Impediu qualquer reforma nas relações de produção, que levasse seus servos a se tornarem “livres”, no sentido de poderem vender sua força de trabalho aos mercadores e às manufaturas

que, naquela ocasião, também tomavam vulto na China.

A “singularidade” chinesa foi marcada por uma série de “regressões”. A econômica, com a manutenção de relações de produção baseadas exclusivamente na extração da renda fundiária. A social, mantendo os camponeses na condição de servidão, e os mercadores na de súditos de segunda categoria. A política, ossificando o sistema monárquico que sequer permitia a existência de edificações mais altas do que os palácios imperiais. A filosófica, neo-confucionista, de obediência patriarcal dos súditos ao imperador, das mulheres aos homens, e dos filhos aos pais. E a nacional, que deixou a China totalmente despreparada para enfrentar as canhoneiras e as humilhações que lhe foram impostas pelas jovens potências industriais do ocidente e do oriente.

Weber não soube distinguir as “singularidades” Ocidental e Oriental por haver utilizado o frágil “economicismo” da “economia monetária”. Desdenhou a existência das relações de produção e das lutas de classes que aquela “economia” trazia em seu bojo, que podiam resultar tanto em sucesso quanto em insucesso, mesmo momentâneo, de um caminho ou outro. Incongruências que, apesar dos esforços de Jessé Souza, apontam que o problema não está na leitura incorreta de Weber, mas no próprio Weber.

O interessante, no caso, consiste em reparar que a “singularidade” brasileira se parece com a chinesa, no sentido de também ser marcada por uma série de “regressões”, embora num contexto histórico profundamente marcado pelo capitalismo. A econômica, com grande parcela da força de trabalho livre sem qualquer esperança de ser “comprada” pelo capital.

A social, com o impedimento de qualquer tentativa de reduzir as profundas desigualdades. A política, com um sistema de poder “moderador” para evitar qualquer participação popular na democracia formal. A filosófica, com uma mistura pragmática de ensino “de múltiplas escolhas” e ausência de qualquer sentido crítico. E a nacional, de subserviência ao capital estrangeiro dominante e retorno à condição agro e minero-exportadora.



# Colônia e patrimonialismo

18 de outubro de 2016

Por não se dar conta das incongruências de Weber, *A Tolice da Inteligência Brasileira* se mantém firme na ideia de que, a “partir de um fundamento comum na leitura unilateral da tese weberiana da especificidade do Ocidente”, foi constituída “uma leitura hegemônica das ciências sociais contemporâneas, cujo núcleo é um ‘equivalente funcional’ do racismo científico”.

Ou seja, o que “outrora era legitimado como diferença racial e biológica”, passou “a ser obtido pela noção de ‘estoque cultural’...”. O antigo “predomínio do ‘primitivo’, ‘pessoal’ e ‘corrupto’, como marca da sociedade patrimonialista” teria sido substituído pela “afirmação da ‘modernidade’, ‘impessoalidade’ e ‘confiança’ típicas das sociedades centrais”. O “racismo culturalista” teria se desdobrado “em uma noção central e outra periférica” que “permitiria determinar o sentido da ação social em qualquer contexto”, visando “legitimar científica e politicamente... a superioridade norte-americana em relação a todas as outras sociedades”.

Não deixa de ser interessante que Jessé Souza concentre toda sua crítica na “superioridade norte-americana”, deixando

de lado a “superioridade europeia”, e a “superioridade nipônica”, como se estas fossem inexistentes. Os impérios coloniais espanhol, inglês (“onde o sol nunca se punha”), francês, belga, e alemão, são misteriosamente omitidos. Eles parecem nada ter a ver com o “racismo culturalista”, que teria sido o “esquema interpretativo... utilizado também para as sociedades periféricas... para explicar suas próprias sociedades”.

Porém, tratando-se do Brasil, não há como esconder o império colonial português. Este, “desde a prematura centralização e unificação do Estado... medieval”, “por um lado, (permitiu) a concentração dos recursos necessários à aventura ultramarina, por outro (guardou) em si um efeito não esperado e perverso, o impedimento de condições propícias para o desenvolvimento do capitalismo industrial”. Isto é, o “impedimento da constituição de uma sociedade moderna..., ao inibir “o exercício das liberdades econômicas fundamentais”.

Ou seja, Jessé Souza quase chegou lá, ao proclamar que a revolução de Avis (é disso que se trata quando fala da centralização do Estado medieval) foi incompleta. Isto é, seu “patrimonialismo”, por um lado, criou as condições para a “aventura ultramarina” mercantilista. Obteve financiamentos e técnicas holandeses. Apoiou os mercadores, e transformou parte dos senhores feudais em “joões-sem-terra”, para comandarem as frotas e dirigirem as novas terras coloniais. Por outro lado, não criou a massa de camponeses expropriados que poderia servir de força de trabalho livre para a indústria, a “liberdade econômica fundamental” para o desenvolvimento industrial.

A pequena população pode ter sido um fator negativo na consecução incompleta desse processo de acumulação primi-

tiva do capital em Portugal. No entanto, qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que esse reino, embora tenha o mérito pioneiro de enfrentar os dragões mitológicos do mar salgado, quase da mesma forma que os chineses, não completou seu processo de modernização.

Sua riqueza acumulada foi sendo dilapidada nas relações com a crescentemente capitalista Inglaterra. Portugal transformou-se num simples intermediário entre as colônias que formalmente eram suas, principalmente as Províncias do Grão-Pará e do Brasil, e a metrópole do império mundial britânico. Assim, talvez por haver percebido a impossibilidade de Portugal se transformar numa sociedade “moderna”, Jessé Souza subestime o papel do “patrimonialismo português” na formação da estrutura social brasileira.

Ao contrário de Faoro, para quem o “estamento patrimonial” que controlava o Estado brasileiro “de forma corrupta” teria sido herdado de Portugal, Jessé Souza considera que “todos os pressupostos, tanto os históricos quanto os sociológicos, da análise de Faoro”, seriam “falsos”. Seu argumento contra a “análise patrimonialista”, aplicada “ao Brasil contemporâneo” tem por base a suposição de que tal “patrimonialismo, ou a existência de um estado forte” não teria se contraposto “ao desenvolvimento norte-americano”.

A “expansão territorial e econômica” norte-americana teria resultado justamente do “poderio militar” de seu patrimonialismo. Já no “caso brasileiro, só em meados do século XX” teria se constituído “uma verdadeira burocracia com os meios para a atuação em todo o território nacional, mas já em um contexto de desenvolvimento capitalista intenso e

rápido”. Portanto, aqui, “jamais” teria existido “no período colonial qualquer coisa semelhante ao estamento burocrático chinês”. Como vemos, Jessé Souza salta do patrimonialismo norte-americano para o estamento burocrático chinês como se estivesse diante de irmãos siameses. Mas sua comparação é forçada.

Para ser mais correto, talvez nem mesmo na Ásia tenha havido “qualquer coisa semelhante ao estamento burocrático chinês”, um fenômeno só capaz de ocorrer numa civilização de grande população com mais de cinco mil anos de história. Portanto, está fora de lugar, assim como a afirmação de que a “colonização do (Brasil) foi deixada nas mãos de particulares que eram verdadeiros soberanos nas suas terras, onde o Estado português, apenas de modo muito tênue conseguia impor sua vontade”.

Jessé Souza tenta dar credibilidade a essa afirmação ao sustentar que a “falta de qualquer estrutura de controle e administração levou a uma forma extremamente descentralizada de desenvolvimento das ‘capitanias’. Exceção histórica a isso teria sido “o ataque fiscal aos lucros das minas na província de Minas Gerais na segunda metade do século XVII, sem que isso tenha levado à constituição de um estamento nacional...”.

Tentando traduzir: a) o “patrimonialismo”, ou um Estado forte, não seria impedimento ao “desenvolvimento capitalista”; b) o Estado português jamais teria conseguido impor sua vontade aos “particulares” das terras brasileiras; c) a falta de controle e administração da metrópole portuguesa teria levado ao desenvolvimento “extremamente descentralizado” das “capitanias”, com exceção do controle “fiscal” sobre as

minas auríferas, no século 17; d) porém, nem mesmo esse controle teria levado à “constituição de um estamento nacional”; e) portanto, não teria existido “patrimonialismo” no Brasil.

Assim, estamos diante de uma síntese bizarramente weberiana da história da colônia brasileira de Portugal, tendo o “desenvolvimento norte-americano” como um bode no meio da sala. Na verdade, as capitanias foram um experimento logo deixado de lado. Na província do Brasil, a monarquia portuguesa as substituiu pela cessão de sesmarias a nobres e mercadores portugueses, para implantar a cultura da cana e engenhos de açúcar, com base no trabalho escravo. Na província do Grão-Pará, a coroa portuguesa proibiu a escravidão indígena e estimulou as ordens religiosas a instalarem “reduções” para a coleta e a exportação das “drogas do sertão”, que concorriam com as “especiarias indianas”.

A monarquia portuguesa também agiu para instalar “governos gerais” e “câmaras municipais de homes bons”, já no século 17, de modo a estabelecer o controle sobre um território muito mais vasto do que o da própria metrópole. Ao mesmo tempo, promoveu “bandeiras” e “entradas”, em busca de ouro, prata, diamantes e outros minérios preciosos. E conseguiu evitar que se tornassem perenes as tentativas de ocupação do território por outras potências europeias. Além disso, foi suficientemente capaz de manter o monopólio da Coroa sobre toda a produção brasileira de açúcar.

Nos séculos 17 e 18, durante o predomínio espanhol sobre a monarquia lusa, os representantes portugueses no Grão Pará e no Brasil, aproveitaram a situação para expandir-se territorialmente para oeste. E, após a descoberta das “minas

gerais”, a monarquia portuguesa foi suficientemente capaz não só de organizar o “controle fiscal”, mas também de impedir o despovoamento do território português, em virtude da “febre do ouro” que estimulou uma migração massiva para o Brasil.

No século 18, a monarquia portuguesa também foi firme na extinção das “reduções indígenas”, estendendo o escravismo às regiões em que aquelas reduções estavam implantadas. Unificou a província do Grão-Pará à província do Brasil e impôs a ferro e fogo o idioma português a todo o território, proibindo o nhengatu e outros dialetos aparentados. Ao mesmo tempo, proibiu qualquer tentativa de produção manufatureira no território colonial.

Portanto, supor que a colonização foi “deixada nas mãos de particulares” não passa de força de expressão. Na verdade, a colonização portuguesa instituiu no Brasil uma sociedade escravista que, além de realizar a matança indiscriminada de centenas de milhares de indígenas (ou alguns milhões, como supõem alguns estudiosos), constituiu em seu topo, como classe dominante, os senhores de canaviais, engenhos e escravos, e os “fazendeiros de gado”. Como classes intermediárias, constituiu os comerciantes, com uma forte fração de traficantes de escravos, os mineradores, os empregados livres a soldo, os posseiros livres que se disseminaram durante o auge da mineração, e os “agregados” das fazendas de gado. E, como classe subalterna e oprimida, os escravos.

A representação do Estado monárquico português na colônia, além de expandir para oeste o território que lhe cabia pelo tratado com a Espanha, foi capaz de uma série considerável de ações de vigor “patrimonialista”. Impediu

que as rebeliões e as fugas de escravos se disseminassem. Sufocou as rebeliões de setores intermediários da população. Manteve firme o monopólio sobre a produção mercantil colonial. Expandiu o uso da língua portuguesa pelos escravos e indígenas “amansados”. E, mais importante do que tudo, garantiu que a produção do ouro e dos diamantes da colônia fosse transferida em segurança para a metrópole, e jogasse um papel proeminente da acumulação primitiva do capital na Europa Ocidental.

Assim, quando a monarquia portuguesa se viu obrigada a fugir das tropas de Napoleão, com o auxílio da armada inglesa, a colônia brasileira era não só aquela que lhe oferecia maior segurança em relação ao alcance das tropas napoleônicas, mas também a que permitia à monarquia portuguesa manter-se como tal. O que não foi pouco, convenhamos.



# Ainda o patrimonialismo

25 de outubro de 2016

Como vimos em várias passagens dos comentários anteriores, o centro do ataque de *A Tolice...* contra a Inteligência Brasileira consiste em demonstrar que no Brasil não ocorreu qualquer tipo de “patrimonialismo”, uma das condições que teriam levado a Europa Ocidental e os Estados Unidos a ingressarem no capitalismo, segundo os termos de Weber.

Em geral, aceita-se que o conceito de “patrimonialismo” está relacionado àqueles Estados que não aceitavam fazer distinção entre o patrimônio público e o patrimônio do privado, regra relativamente comum aos Estados absolutistas. O patrimônio privado tornava-se, na prática, patrimônio monárquico, sem necessidade de prestar contas a quem quer que seja. Um exemplo: a baronesa russa, amante de Balzac, foi impedida pelo tzar de transferir seus bens para a França, porque isso representaria dilapidar sua riqueza monárquica.

Com base nesse pressuposto, *A Tolice...* se mantém firme contra o que supõe uso “indiscriminado” e “incorreto” dos “termos weberianos”. Para estes, “toda vez que o feudalismo e os poderes locais e descentralizados” lograram “se desenvolver para a forma imperial e centralizada com os mecanismos

modernos de controle do poder burocrático, a racionalização da conduta cotidiana e a possibilidade do cálculo econômico racional, o patrimonialismo e seus subtipos” tenderam a se “desenvolver como realidade efetiva”.

Em outras palavras, o feudalismo, desenvolvido para a forma imperial e centralizada com os “mecanismos modernos” de controle, racionalização e cálculo econômico racional, desenvolveria o patrimonialismo como realidade efetiva, permitindo que a “economia monetária” se fizesse presente e evoluísse para o capitalismo. Isto, porém, não foi verdade, pelo menos em relação à China.

Historicamente, em toda parte, a evolução para o capitalismo resultou de uma intensa e conflituosa luta de classes em torno da acumulação da riqueza (monetária e de meios de produção), e da transformação dos trabalhadores servis em trabalhadores livres. “Livres” no sentido de expropriados da propriedade de meios de produção e com “liberdade” para vender sua força de trabalho no mercado. Sem a forte presença desse “binômio contraditório” de “riqueza acumulada” e “trabalhadores livres” não houve evolução para o capitalismo em qualquer parte da Terra.

Já vimos como, na China, essa luta de classes foi resolvida negativamente, promovendo, ao invés de uma evolução, uma involução, que perdurou por mais de três séculos. Apesar disso, *A Tólice...* se esforça em demonstrar que, no Brasil, pelos termos de Weber, não tendo havido feudalismo, nem forma imperial centralizada, racionalização, ou cálculo econômico racional, não teria havido patrimonialismo. Isto, ao contrário do que supuseram Sergio Buarque de Holanda e

Raimundo Faoro.

No entanto, independentemente das ilações destes dois pensadores a respeito, vimos que o monopólio monárquico português na concessão de sesmarias, direitos de comércio no tráfico de escravos e na exportação da cana e outros produtos nativos, e na designação de representantes da Coroa (governadores, ouvidores, capitães etc) se manteve intocável durante todo o período colonial. Os “direitos privados” eram sempre concessão do “direito público monárquico”.

Isso pode não ter sido exatamente o patrimonialismo praticado no Portugal feudal, ou medieval, nem na China, ou nos Estados Unidos do período colonial. Mas foi um tipo de patrimonialismo adaptado à condição colonial brasileira. Esse patrimonialismo caboclo não sofreu modificações substanciais nem mesmo no período que vai de 1808 a 1822, quando ocorreu a fuga da Coroa portuguesa para o Brasil, a “abertura dos portos” à frota inglesa e ao comércio com a Inglaterra, a instituição do “reino unido de Portugal e do Brasil”, e a disseminação da “economia monetária”.

Tal patrimonialismo se intensificou desde então, com os grandes senhores de terras e de escravos e os traficantes de escravos abasileirados ganhando, ou comprando, títulos de nobreza, e passando a fazer parte do absolutismo monárquico caboclo para intensificar os seus “negócios”. Essa situação perdurou durante todo o Império. E, embora algumas das figuras acima tenham se metamorfoseado em outras figuras sociais, aquele patrimonialismo se estendeu depois por todo o tempo daquilo que conhecemos como República Velha. Portanto, por mais de um século.

Ou seja, o Estado brasileiro manteve seu poder público acima do privado, ao mesmo tempo em que permitia às classes que o dominavam utilizar-se a seu bel prazer de tal poder. Entre 1820 e 1822, quando as classes dominantes portuguesas, livres de Napoleão, tentaram reaver seu poder patrimonialista sobre a colônia, o poder absoluto no Brasil já estava em mãos das classes dominantes locais, os senhores de terras e de escravos e os traficantes de escravos, que tinham na Inglaterra o principal mercado para a produção primária brasileira.

Os momentos seguintes foram aqueles em que essas classes fazem valer seu poder absoluto. Não somente contra os portugueses metropolitanos, mas principalmente contra as classes subalternas e intermediárias que pretendiam mudanças tanto no direito de posse e propriedade da terra, quanto na liberdade de trabalho e de comércio. Às revoltas urbanas no Rio de Janeiro, somaram-se a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Balaiada, no Maranhão e Piauí, e as Cabanadas, em Alagoas e no Pará, contra as quais o poder monárquico respondeu com a criação da Guarda Nacional. Os “oficiais” desta (Coronéis, Majores e Capitães) eram latifundiários de diferentes extensões, enquanto os “soldados” eram principalmente agregados e “jagunços” dos próprios latifúndios.

Essa é a demonstração mais cabal do patrimonialismo caboclo, no qual o “público e o privado” se fundiram num único corpo para esmagar a eclosão dos “de baixo”, ainda mais que estes tinham como bandeira, como proclamava o “cabano” Angelim, uma tal de “liberdade”. Tal patrimonialismo garantiu não apenas o absolutismo monárquico, mesmo mascarado de “parlamentarismo”, mas também o monopólio

da propriedade fundiária e as relações escravistas.

Esse patrimonialismo só começou a entrar em crise quando a caça e o tráfico de escravos africanos se tornaram uma “aporía” para o império capitalista britânico. Este necessitava mão-de-obra livre, inclusive nas colônias e semicolônias, capaz de consumir produtos industriais. A nação britânica, que antes fora a traficante-mor de escravos africanos, passara a afundar os “navios negreiros”, transformando-os em “túmbeiros”, e tornando cada vez mais caro o custo das “peças” escravas que chegavam ao Brasil.

Nessas condições, o sistema latifundiário cafeeiro, com o apoio do Estado imperial, saiu na frente para resolver seu problema de escassez de mão-de-obra. Importou europeus livres para trabalharem, primeiro como parceiros, ou agregados e, depois como “colonos”, que combinavam parceria e assalariamento. Além disso, o Estado imperial também introduziu uma cunha, embora pequena, no sistema de monopólio fundiário, ao importar europeus e açorianos para ocuparem as regiões sulinas como agricultores familiares.

Mas a classe latifundiária escravocrata, apesar de sua crise evidente, que exigia mudanças nas relações de trabalho, não perdeu o Estado monárquico quando este foi compelido a dar fim à escravidão. Apesar da monarquia haver mantido intocado o monopólio da propriedade fundiária, o latifúndio lhe impôs a República, sem tocar, porém, no velho patrimonialismo, numa singularidade bem brasileira.

Além disso, como observou Victor Nunes Leal, em seu *Coronelismo: enxada e voto*, o latifúndio escravista perdeu o escravismo, mas reteve a maior parte dos ex-escravos, que não

sabiam para onde ir, nem o que fazer como “homens livres”. Os incorporou como “agregados”, obrigados ao pagamento da renda em espécie (meia, terça, quarta), ao “cambão”, e às dívidas do “fornecimento”. Em troca da manutenção de seu monopólio sobre o solo, os latifundiários garantiam o poder absoluto do Estado “republicano”, através dos “votos de cabresto” e das milícias de “jagunços”, estes para liquidar desafetos territoriais e/ou políticos.

Que esse patrimonialismo tenha servido para Sérgio Buarque de Holanda conceituar o homem brasileiro como “homem cordial” talvez possa ser explicado pelos mesmos motivos que Jessé Souza acusa vários autores de interpretarem Weber erroneamente.

# Legados do patrimonialismo

1 de novembro de 2016

A “libertação” dos escravos brasileiros, em 1888, ocorreu sem reforma agrária. Isto é, sem permitir o acesso dos trabalhadores rurais libertos à propriedade da terra. Antes, em 1850, já havia incluído a proibição, por lei, do “apossamento” de terras devolutas. Estes são dois dos principais legados do patrimonialismo brasileiro, que permanecem ainda hoje, apesar da “reforma agrária” e do “direito de posse” haverem se tornado formalmente legais.

O esmagamento dos camponeses de Canudos, em 1902, e do Contestado, em 1916, ambos incluindo artilharia, e de Pau de Colher, em 1938, incluindo bombardeios aéreos; a repressão aos posseiros de Porecatu, em 1948, e de Trombas e Formoso, nos anos 1950-60; o esmagamento das “Ligas Camponesas” do Nordeste, no pós-1964; e milhares de eventos idênticos, nem sempre divulgados, assim como de “ocupações” e outras ações do MST, desde os anos 1990, são apenas momentos dos esforços baldados dos camponeses pelo acesso privado e/ou comunitário à terra.

O sistema de conluio entre os principais “coronéis regionais”, que resultou na República Velha, com predominância

de São Paulo e de Minas Gerais (café e pecuária, ou “café com leite”), foi outro legado daquele patrimonialismo. A “eleição”, para as diversas esferas parlamentares de políticos “indicados”, “financiados” ou “corrompidos” pelos coronéis, maiores e capitães do sertão, é outro legado que fez escola, e ainda hoje se mantém vigente.

O “agrarismo” como pseudoteoria científica, que ainda pontifica em alguns círculos acadêmicos e políticos, também é um legado patrimonialista, agora reforçado pela moderna agricultura capitalista do “agronegócio”, subordinada ao mercado internacional de commodities. A utilização da máquina pública, seja executiva, parlamentar ou judiciária, para benefício privado, “legal” ou ilegal, que também continua pontificando no sistema capitalista em que o Brasil vive, também é legado daquele patrimonialismo.

A subserviência de grande parte da burguesia brasileira ao capital internacional, tanto norte-americano quanto europeu e japonês, faz parte do legado do patrimonialismo colonial e semicolonial. Nesse patrimonialismo, primeiro os latifundiários e comerciantes que dominavam a produção brasileira subordinaram-se a Portugal. Mas, à medida que Portugal dependia cada vez mais da Inglaterra, passaram a fingir fidelidade à antiga metrópole, embora sua obediência se voltasse para a Inglaterra. Mais tarde fizeram o mesmo com a Inglaterra, voltando-se cada vez mais para a subserviência aos Estados Unidos.

Assim, desde a Independência, o “patriotismo” e o “nacionalismo” da burguesia cabocla estão impregnados daquilo que Nelson Rodrigues chamou de “síndrome de vira-lata”. O

que nada tem a ver com uma sociedade supostamente constituída “por indivíduos emotivos ..., corruptos e inconfiáveis”, como pensa o autor de *A Tolice da Inteligência Brasileira*, embora indivíduos desse tipo também estejam presentes em nossa sociedade. Aqui, a vassalagem burguesa é realizada por indivíduos sem emoção, nem sempre corruptos e, também, “inconfiáveis”, na medida em que não podem suportar pressões para “delações premiadas”.

Tudo isso tem a ver com as características das classes dominantes que tornaram o Brasil o último país do mundo a acabar com a escravidão. Essas classes latifundiárias e burguesas, que jamais permitiram a reforma agrária, só se dividiram radicalmente durante os anos 1920, quando seu setor mais rico e mais forte (cafeicultura) impôs a suas demais frações um “socialismo às avessas”. Isto é, no processo de crise mundial capitalista, a socialização dos prejuízos das exportações de café, e a apropriação privada dos lucros. O que estava coincidindo, perigosamente, com o crescimento do anarquismo, do socialismo popular e do comunismo, que haviam mostrado sua cara nas grandes greves de 1917.

Numa singularidade bem brasileira, não foi o nascente capitalismo paulista que resolveu enfrentar o Estado latifundiário. Tal “capitalismo” foi incapaz de adotar ações típicas da democracia burguesa, pelo menos para acelerar a industrialização. Foi incapaz de tornar o país menos dependente das importações estrangeiras, e de mudar o tratamento dos conflitos operários, até então considerados “casos de polícia”. Sequer passou pela cabeça dos novos “capitães da indústria” que, para evitar que as lutas dos trabalhadores se transformassem em “revoluções comunistas”, seria preciso trata-las,

pelo menos, como “casos” e “demandas sociais”.

Para retirar a burguesia do trilho do patrimonialismo latifundiário e colocá-la num rumo relativamente burguês foi preciso que frações latifundiárias do sul e do nordeste do país mobilizassem setores das classes intermediárias, representadas pelos “tenentistas”, e realizassem a “revolução liberal” de 1930. Assim, a rigor, pelo menos em relação à modernização brasileira do século 19 e das primeiras décadas do século 20, Sérgio Buarque tinha razão: era realmente uma modernização para ‘inglês ver’.

Foi preciso a crise mundial de 1929, a ascensão do fascismo e do nazismo na Itália, na Alemanha e no Japão, a preparação aberta de uma nova guerra mundial, tendo como alvos principais a destruição da União Soviética e a repartição mundial das colônias e semicolônias, e a ascensão dos movimentos trabalhistas e democráticos no Brasil, para que, numa ironia da história, coubesse a uma fração latifundiária dar início à superação do patrimonialismo.

Foi o “falso liberalismo” varguista que fez o Brasil ingressar na modernidade industrial capitalista, através de uma série de ações contraditórias. Derrotou militarmente a candidatura do “coronelismo paulista”, assim como seu levante armado “constitucionalista”, que contou com o apoio de seus noviços capitalistas industriais. Mas, financiou a “queima” da produção excedente de café para salvar os cafeicultores. Prometeu acabar com o “coronelismo” rural, mas apenas substituiu antigos “coronéis” por novos, muitos dos quais oriundos do “tenentismo”. Proclamou a necessidade dos investimentos privados para desenvolver a indústria. Mas,

tornou o Estado financiador ativo de projetos industriais, tendo à frente aliados políticos, que se transformaram em prósperos “homens da indústria”.

Estabeleceu uma legislação de proteção aos trabalhadores industriais. Mas, “atrelou” o sindicalismo ao Estado e esmagou à força qualquer tentativa de luta operária. Proclamou-se defensor da democracia liberal, mas comandou um golpe fascista, estabelecendo uma ditadura sanguinária. Jogou com uma possível aliança com o eixo nazifascista, chantageando os Estados Unidos para obter o projeto de implantação da indústria do aço. E, embora tenha perseverado na política industrializante, não moveu sequer uma palha para realizar uma das principais reformas da história de desenvolvimento capitalista em vários outros países. Isto é, a reforma agrária.

A classe latifundiária continuou impoluta, concentrando em suas mãos não só as terras e sua “renda natural”, mas também o principal estoque de força de trabalho do país. Apesar disso, e apesar das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, a essa altura da história brasileira o velho patrimonialismo começou a se tornar superado, da mesma forma que o velho culturalismo. Portugal ainda aparecia como a matriz da herança brasileira, mas a influência daqueles autores foi se diluindo no tempo. Na prática, o “mestiço lindo” de Freyre, o “homem cordial”, de Buarque, e o “patrimonialismo” tardio de Faoro, deixaram de fazer parte real do debate sobre os destinos do Brasil.

Daí em diante, o país viu-se compelido a atravessar uma série de períodos convulsivos. Passou pelas tropelias da semi-ditadura regressiva de Dutra. Tentou retomar, com

Vargas, uma nova onda industrial, tendo o Estado como mola propulsora. Mas isso se confrontou com a pressão dos capitalismo avançados norte-americano e europeu, que haviam mudado sua política de exportação de capitais, de não-industrializante para industrializante. As tentativas de golpe ditatorial, em 1954 e 1955, só foram frustradas porque os planos de governo de JK previam a abertura do país àquelas exportações de capitais.

Nessas condições, a segunda onda de industrialização, de 1956 a 1960, representou a subordinação e dependência não só externa do país, mas também uma exploração diretamente interna da economia nacional por empresas do capitalismo avançado estrangeiro. E, apesar dessa onda haver estendido a legislação trabalhista às zonas rurais, e aumentado a demanda por mão-de-obra, o sistema latifundiário manteve-se intocado. No caso brasileiro, a extensão das terras e sua pequena densidade populacional poderiam fazer com que uma reforma agrária representasse redução da oferta de mão-de-obra barata à indústria.

No contexto de agravamento da Guerra Fria, e de necessidade de exportação de capitais pelos Estados Unidos, Alemanha, Japão e França, a oferta de mão-de-obra barata no mercado nacional de trabalho industrial, tendia a unificar o conjunto da burguesia “nacional” ao capital externo. Só o PCB tinha ilusão de que a reforma agrária e a luta anti-imperialista interessavam a essa burguesia.

Assim, o crescimento da luta de classes pela reforma agrária e contra a desnacionalização da economia brasileira foi o acicate para a reação conservadora e reacionária e para o

desencadeamento do golpe militar de 1964. No entanto, para realizar a terceira onda de industrialização massiva, capaz de assimilar uma grande importação de capitais externos, a coalizão das burguesias industriais estrangeiras e nacional precisava resolver o problema da oferta substancial e massiva de mão-de-obra, então estocada nos latifúndios, inclusive por dívidas. E isto precisava ser feito sem romper a grande aliança conservadora e reacionária delas com a classe latifundiária.



# Capital e singularidade do Brasil

8 de novembro de 2016

Apesar de tudo que já existe sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, *A Tolice...*, considera que o “núcleo da concepção do Brasil como uma sociedade moderna”, permaneceria “não discutido”. Isto, apesar do “pressuposto no argumento weberiano”, de que “a irremediável confusão entre as diversas esferas sociais” seria aquilo “que garante a apropriação do excedente social”, como o “butim livre para a formação de fortunas” dos “setores privilegiados”.

Portanto, ainda segundo *A Tolice...*, se ampliarmos “a ideia de ‘capital’ de sua conotação meramente econômica, que possuía em Marx”, e englobarmos “tudo aquilo que pré-decide o acesso a todos os bens e recursos escassos”, poderíamos “chegar a uma hierarquia bem mais convincente... ’impessoal’... Esta se imporia “à vontade individual” porque, no mercado, “até o homem mais rico do mundo tem que ‘obedecer’ às suas leis, que não escolhem ‘pessoas’...”.

Isso parece um “aborto de montanha”. Ficamos sem saber quem pré-decide o acesso aos bens. Será a “irremediável confusão” das “diversas esferas sociais”? A “hierarquia impessoal”? Ou o “mercado” que impõe “suas leis” até ao “homem

mais rico do mundo”. Na prática, quem entende o “capital” apenas por sua conotação “meramente econômica” costuma se ver diante dessas contradições.

O que não é o caso de Marx. Para este, o capital é uma relação econômica e social. Uma relação humana, entre proprietários privados de meios de produção e proprietários de força de trabalho, para a realização da produção, circulação e distribuição da riqueza social (que não é composta apenas de “bens e recursos escassos”, nem é “impessoal”, como *A Tolice...* se esforça por fazer crer).

Essa relação social e econômica promove tanto a “irremediável confusão” nas esferas sociais, quanto impõe ao mercado suas leis “extremamente pessoais”, já que só sacrificam os “mais ricos” pela concorrência de outros “mais ricos”, e ambos os “privilegiados” sacrificam os desprovidos de meios de produção. Portanto, ao contrário do “pressuposto weberiano”, é a relação (econômica e social) entre os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e os proprietários da força de trabalho, os trabalhadores, que “garante a expropriação do excedente social”.

O capitalista individual se apropria do valor excedente que o trabalhador individual cria durante o tempo em que sua força de trabalho é comprada. E o capitalista social (o conjunto da classe capitalista ou burguesa) se apropria do valor excedente que o trabalhador social (o conjunto da classe trabalhadora) cria durante o tempo em que sua força geral de trabalho é comprada. Ou seja, o valor gerado no tempo de utilização da força de trabalho é a base da acumulação da riqueza na sociedade capitalista. Desse valor, gerado a cada

momento de utilização da força de trabalho, o capitalista retribui ao operário, por meio do salário, apenas a parte necessária à reprodução de sua força de trabalho, física e mental. É esse mecanismo, ao mesmo tempo econômico e social, que fornece o “butim livre para a formação de fortunas”. O mercado é o espaço material e temporal em que essa relação capital se dá.

No capitalismo, ao contrário de outras formações econômico-sociais, como o feudalismo e o escravismo, tudo se transforma em mercadoria, a ser transacionada no mercado. Mercadorias que assumem diferentes formas, como dinheiro-força de trabalho (capital variável), e como dinheiro-meios de produção, matérias primas, produtos industriais e agrícolas, bens móveis e imóveis, projetos, serviços, abundantes ou escassos (capital constante). Todas essas formas são negociadas como mercadorias, tendo por base o valor produzido no processo de emprego da força de trabalho.

Em outras palavras, não existem “capitais impessoais” ou “capitais culturais”. Estes são frutos de um “economicismo” infantil que se nega a ver o capital como uma relação econômica e social, estabelecida entre seres humanos para realizar a produção dos bens necessários à vida e à reprodução humanas, assim como à reprodução ampliada do próprio capital. Ao contrário do que sugerem Weber e Jessé Souza, quem estabelece “relações privilegiadas” no mercado e na sociedade, e “pré-decide o acesso a todos os bens e recursos”, nem sempre “escassos”, é o conjunto dos proprietários privados de meios de produção, ou a classe burguesa ou capitalista.

Reiteramos: o capital é econômico e social. Como econômico ele trata das categorias dinheiro, salários, lucro,

renda, juros. Como social ele trata do conjunto dos capitais, das classes, da sociedade civil, do Estado. Mas entendendo que, como relação, trata-se de unidade contraditória. Ela inclui cooperação e subordinação, cooperação e concorrência, cooperação e conflito, cooperação e luta. Assim, ao dar um conteúdo exagerado ao conceito de “capital econômico”, modificando o conteúdo do “capital social”, e criando um “capital cultural” como condição de “valorização”, *A Tolice...* dilui o papel da burguesia e da principal relação contraditória do capital.

Ela acredita que as classes sociais detentoras do “capital cultural valorizado” ocupam, “juntamente com as classes que monopolizam o capital econômico, todas as funções ‘superiores’ na sociedade”. Com isso, todos os indivíduos que estudaram, mesmo que sejam assalariados, desprovidos da propriedade de quaisquer meios de produção, são colocados numa classe específica, irmã siamesa da burguesia detentora da propriedade privada dos meios de produção.

Assim, para *A Tolice...*, “a questão principal para a crítica de qualquer sociedade moderna concreta (seria) o desvelamento dos mecanismos que eternizam o acesso privilegiado de alguns grupos e classes aos capitais impessoais, sejam eles econômicos ou culturais”. Se aceitarmos essa receita, deveríamos nos voltar contra os esforços para uma educação universal, o principal mecanismo de acesso ao tal “capital cultural”. E colocar Jessé Souza, detentor de um hipotético “capital cultural valorizado”, como aliado estrutural da burguesia.

Porém, deixemos de lado essa receita incongruente e continuemos concordando com Marx de que a questão

principal para a crítica de qualquer sociedade moderna (capitalista), é o desvelamento do processo de exploração a que os proprietários privados de meios de produção, circulação e distribuição submetem os trabalhadores e também outras classes presentes nessa sociedade, inclusive algumas proprietárias de pequenos meios de produção.

Para realizar essa crítica na sociedade moderna brasileira é indispensável conhecer seu processo de evolução histórica. Mesmo porque há grandes discordâncias a respeito. *A Tolice...*, por exemplo, considera um erro crasso, “um absurdo científico”, dizer que “o Brasil é uma continuação de Portugal”. Para ela, aqui, “ao contrário de lá, a escravidão era a instituição total que comandava a vida de todos”. Além disso, o “tipo híbrido de escravidão que se instalou entre nós... foi tanto industrial, como a norte-americana, quanto sexual, a exemplo da... muçulmana”. O que teria ensejado “comportamentos que se mantiveram até o ambiente moderno e urbano”.

Quando a análise da história se perde nos “comportamentos”, dando pouca ou nenhuma atenção à base econômica e social que os gestou, a crítica das sociedades, tanto a anterior quanto a atual, pode gerar análises pouco consistentes. É verdade que aqui, ao contrário da sociedade portuguesa, “a escravidão era a instituição total que comandava a vida de todos”. E é evidente que Portugal já havia superado o escravismo antes do fim do Império Romano do Ocidente e do domínio árabe. E que seu sistema econômico-social durante a expansão mercantil colonial, foi o feudalismo, com forte presença de uma burguesia comercial, como vimos anteriormente.

As leis, normas, costumes e cultura vigentes eram,

portanto, aqueles típicos das sociedades feudais e medievais nas quais o Estado monárquico era centralizado. Ou seja, os feudos eram cedidos em usufruto a nobres, que tinham o direito de extrair a renda fundiária (parte da produção, ou parceria, e parte do trabalho, ou corveia) da produção obtida pelos camponeses servos. A nobreza se apropriava de parte do trabalho servil, mas os servos pertenciam não a eles, mas às glebas, e eram proprietários de seus meios de produção.

No caso da exploração colonial no Brasil, Portugal não tinha como transportar seus servos para cá. E suas tentativas de utilizar o trabalho indígena por outras formas, que não o escambo, resultaram em conflitos mortais. A solução foi aquilo que Jessé Souza chamou de “tipo híbrido de escravidão”, implantado com o auxílio dos bucaneiros ingleses traficantes de escravos africanos, nas sesmarias cedidas pela Coroa portuguesa a nobres e/ou a burgueses comerciais.

De qualquer modo, não é possível apagar da história brasileira mais de três séculos de domínio colonial português, no qual muitas das leis, normas e costumes dos “senhores de terras e de escravos” eram típicos de Portugal, embora aclimatadas às terras colonizadas. Isto, com o agravante de que, além dos três pês que os senhores dedicavam aos escravos, (pau, pano e pão), descritos por Antonil, a eles também cabia o direito de vida e morte sobre os cativos, e da cama, sobre as cativas, práticas que se prolongaram quase até o final do século 19, e que muitos ainda procuram repetir.

Além disso, é preciso considerar o sistema de agregação, implantado nas fazendas de gado do sertão, aparentado ao sistema servil português. Nesse sistema, os senhores de terra

utilizavam vaqueiros e peões livres para cuidar do gado em currais distintos. Cabia a eles o trabalho de construção e manutenção dos currais e o manejo do gado, com direito à parte da produção de bezerros (em geral a quarta ou a quinta). Eles também tinham que se submeter à participação na defesa das terras do senhor toda vez que este os convocasse.

Este sistema, restrito à pecuária durante todo o período escravista, foi transferido para a agricultura, após a libertação dos escravos, no final do século 19, com as adaptações de praxe para disfarçar sua natureza subordinada. Meação, terceirização, cambão e outros tipos de relações entre os latifundiários brasileiros e seus agregados, nos quais se destacavam os pagamentos em produtos da terra, eram semelhantes às formas assumidas pelo feudalismo desde os primeiros passos do “clientelismo romano”. E permaneceram vigentes até meados do século 20, em pleno processo de “modernização” da sociedade brasileira. Como é possível desdenhar essas “formas” e “costumes” na análise do Brasil moderno?



# Ainda a singularidade do Brasil

15 de novembro de 2016

Não é possível retirar do “núcleo da concepção do Brasil como uma sociedade moderna”, ou ignorar, a presença pesada, como a dos mortos sobre os vivos, do sistema latifundiário. Isto, mesmo à medida em que o Estado, primeiro, e a exportação de capitais dos países capitalistas avançados, depois, promoveu a industrialização brasileira e acelerou a monetarização do país.

Por outro lado, não passa de exagero afirmar que o “tipo híbrido de escravidão que se instalou entre nós... foi tanto industrial, como a norte-americana, quanto sexual, a exemplo da escravidão muçulmana”, ensejando “comportamentos que se mantiveram até o ambiente moderno e urbano”. No Brasil, a escravidão “industrial” limitou-se aos serviços mais pesados dos “engenhos de açúcar”, enquanto nos Estados Unidos a indústria de máquinas se desenvolveu no Norte não escravista, para atender aos farmers, ou pequenos e médios agricultores independentes.

Quando os Estados Unidos fizeram sua guerra de independência, no século 18, os estados do Norte tinham um sistema econômico e social completamente diferente do que

predominava no Sul. Tal diferença só foi superada, quase um século depois, pela sangrenta e destrutiva Guerra de Secessão, que transformou os escravos sulistas em força de trabalho livre para expandir a indústria, embora o racismo sulista ainda hoje faça estragos. Assim, mesmo tendo “tamanho territorial e populacional similares aos do Brasil”, nos Estados Unidos a “história pós-colonial foi repartida em duas: a “agrícola-farmer e industrial”, no norte, e a “agrária latifundiária-escravista”, no sul.

No Brasil, a independência foi proclamada por uma fração da Coroa portuguesa, a um preço não totalmente esclarecido. A escravidão, por sua vez, vergonhosamente, só definiu pela pressão inglesa contra o tráfico, sendo substituída por um híbrido aparentado ao feudalismo. Assim, por bem ou por mal, como a esmagadora maioria dos países existentes no planeta Terra, o Brasil é singular em seu desenvolvimento histórico. Portanto, mesmo que esteja incorporado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, precisa ser tratado em sua singularidade para encontrar seu caminho futuro.

Tem que levar em conta tanto as influências escravistas e híbridas do passado, quanto os novos desafios do desenvolvimento e da globalização capitalistas contemporâneas. Não pode ignorar que o sistema latifundiário de agregação só começou a “modernizar-se” através de parcerias e arrendamentos pagos em dinheiro, e da paulatina substituição do cambão (trabalho grátis do camponês nos serviços do latifundiário) por trabalho assalariado, por volta dos anos 1950, quanto a legislação trabalhista foi estendida às áreas rurais.

Mesmo assim, na prática, o camponês apenas substituiu a forma de pagamento da renda fundiária (antes em produto), ao mesmo tempo em que sua subordinação ao latifúndio se intensificou através do endividamento monetário. Este era contraído tanto em virtude dos “fornecimentos” financiados pelo latifundiário (ferramentas, alimentos etc), quanto pelos pagamentos incompletos da renda anual. Desse modo, o sistema de raiz (o monopólio da propriedade do solo) continuou intocado, permitindo à classe latifundiária manter sob seu domínio e exploração o principal contingente da população economicamente ativa brasileira.

Nesse sentido, as aporias de Jessé Souza só ajudam na medida em que servem para a crítica. Basta lembrar, como vimos em comentário anterior, que a “libertação” da mão-de-obra dos latifúndios para servir como força de trabalho assalariado para a industrialização só ocorreu nos anos 1960 e 1970, através da “modernização dos latifúndios”. Num ressurgimento moderno do patrimonialismo, corporificado na ditadura militar, montanhas de dinheiro público foram descarregados nas mãos dos latifundiários para mecanizarem seus plantios e descartarem seus “agregados”.

A migração desordenada de milhões de camponeses liberados da agricultura e atraídos pelos empregos industriais dos investimentos estrangeiros foi acompanhado de uma urbanização caótica. Essa foi a fórmula encontrada pelas burguesias estrangeiras e brasileiras para realizar, através do poder militar, o que alguns autores denominaram “modernização conservadora”. Isto só teve algo a ver com o “êmulos” norte-americano porque grande parte dos capitais investidos no “milagre econômico ditatorial” vieram dos Estados

Unidos.

Afora isso, outro dos resultados da singularidade capitalista brasileira foi a derrocada do “milagre econômico” ditatorial dos anos 1970, deixando sem oportunidade de emprego grandes parcelas migrantes da antiga agregação dos latifúndios. Isso transformou aquilo que se poderia chamar de “exército industrial de reserva” numa verdadeira quarta classe social, virtualmente excluída das possibilidades de vender sua força de trabalho para a reprodução do capital.

Nesse sentido, *A Tólice...* acerta em parte quando diz que a “procura de um modelo para a sociedade brasileira” tem que realizar uma “análise correta dos padrões culturais que se tornaram dominantes na sociedade brasileira, certamente com consequências até nossos dias”. Mas erra certamente quando afirma que tal análise “teria que se concentrar na escravidão, naquilo que ela tem de singular e de comum com outras sociedades escravocratas”.

Errado em parte porque, primeiro, a sociedade brasileira não teve um modelo único, nem se manteve estática ou imutável nas poucas centenas de anos de sua existência. É verdade que algumas das categorias econômicas, sociais e culturais, que permearam a história escravista brasileira, continuam presentes até nossos dias. Outras, porém, esmaeceram. E há as que desapareceram.

Por exemplo, a escravidão perdurou por cerca de 350 anos. Já as sesmarias, ou latifúndios, assim como a classe social que os detinha, perduram por mais de 500 anos. Mas a ditadura militar, entre meados dos anos 1960 e 1980, supostamente realizada para acabar com a intervenção do Estado

na economia, empregou o dinheiro público para modernizar os latifúndios e os transformar em grandes agriculturas comerciais capitalistas e, com isso, também transformar a velha classe latifundiária em fração agrária e agrícola da burguesia.

Já o racismo social, como subproduto e complemento do racismo étnico, também continua perdurando por mais de 500 anos. O fingimento das atitudes “politicamente corretas” mal consegue esconder, por toda parte, tanto a discriminação contra negros, índios, mulheres, e a aversão às políticas de cotas, quanto o repúdio aos pobres, que conseguiram renda para viajar de avião, e às populações atendidas pelos programas “Bolsa Família” e “Mais Médicos”.

Por outro lado, a exploração capitalista ganhou força após a instalação da indústria de substituição das importações, durante a Primeira Guerra Mundial. Depois, desenvolveu-se em três grandes ondas de industrialização, como soluços, e com o predomínio de capitais estrangeiros. E hoje é majoritariamente dominante em todos os aspectos da sociedade brasileira, inclusive na ideologia da “oportunidade igual para todos”, da “concorrência meritocrática”, da “competitividade como impulsora do progresso” etc etc. Portanto, concentrar-se na escravidão, mesmo que apenas para analisar os padrões culturais, pode resultar numa pintura borrada da realidade brasileira.

Em outras palavras, para analisar uma sociedade, tanto em seus aspectos econômicos e sociais, quanto em seus aspectos ideológicos, políticos e culturais, incluindo as heranças que permaneceram vivas, e aquelas que pereceram, é preciso ter como base a análise das relações de produção existentes,

tanto as dominantes quanto as secundárias, e verificar suas mudanças no espaço e no tempo. São estas relações econômicas e sociais que produzem as expressões, ou as relações, ideológicas, políticas e culturais, e evitam que se caia em reducionismos, sejam os de Jessé Souza a respeito da escravidão, sejam os de Raymundo Faoro sobre os estamentos.

Para Faoro, “na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda”. Alguns estamentos se transformariam em classes, e algumas classes evoliriam para o estamento, “sem negar seu conteúdo diverso”. Isto, numa situação em que os “estamentos governam” e “as classes negociam”.

Tal análise induz a erros, principalmente ao supor que os partidos políticos no governo, assim como seu funcionalismo público, seriam estamentos. E que as classes não lutariam. O que não corresponde à realidade histórica.

# Principais problemas

22 de novembro de 2016

Bem vistas as coisas, os problemas de *A Tolice...* residem tanto na fraqueza de seus conhecimentos científicos da economia política e da sociologia, quanto nos conhecimentos truncados da história, inclusive da história brasileira. Tome-mos, por exemplo, sua concordância plena com Norbert Elias, para quem “é precisamente o corte com a herança escravista da Antiguidade que produz a singularidade de toda a cultura ocidental”.

“Cortar com a herança escravista da Antiguidade” significa, no mínimo, cortar com a herança de toda a filosofia grega, de Tales, Anaxágoras, Heráclito, Cicero, Platão, Aristóteles etc etc etc. É evidente que as geniais especulações desses pensadores, embora sem condições de comprovação científica na ocasião, podem parecer apreciações infantis. Mas não deixa de ser fabuloso que Tales tenha intuído a redondeza da Terra ao olhar os mastros das embarcações sumirem paulatinamente no horizonte visual. Ou que Heráclito tenha intuído o movimento e as transformações dialéticas ao comprovar que nunca se mergulhava nas mesmas águas de um rio. E que tenham existido inúmeros exemplos similares.

Se levarmos em conta que foi necessário bem mais de um milênio para que as ciências começassem a substituir as especulações filosóficas daqueles pensadores, que devem sua possibilidade de pensar e especular ao ócio produtivo que o escravismo lhes proporcionou, é difícil estabelecer um “corte com a herança escravista da Antiguidade”, a não ser que tal corte incorpore todos os aspectos positivos que a formação social escravista grega produziu.

Pode-se argumentar que a escravidão romana foi um “corte” com a herança escravista Antiga, no sentido de que os romanos não conheceram as especulações filosóficas gregas. E que seu escravismo militar tenha ido muito além das expedições gregas em direção ao oriente e ao ocidente. Mas sua origem e desenvolvimento se devem, em grande parte, à herança das colônias escravistas gregas na península itálica.

Pode-se, também, argumentar que os bárbaros, que deram fim ao Império Romano do Ocidente, realizaram um corte profundo com a herança escravista da Antiguidade, ao mesmo tempo em que rompiam com sua herança comunitária e assumiam a nascente herança feudal do clientelismo romano. No entanto, o que “iluminou” o Ocidente e iniciou o rompimento com a imutável religiosidade feudal, séculos depois, foi a ocupação de Constantinopla pelos turcos e a descoberta dos trabalhos filosóficos da Antiguidade escravista grega, arquivados como segredos de Estado pelos cristãos ortodoxos.

É certo que *A Tolice...* tem razão quando ataca o economicismo como “crença explícita ou implícita de que o comportamento humano em sociedade” poderia ser expli-

cado “unicamente” pelo “estímulo econômico”. Isto seria, realmente, uma “cegueira acerca dos componentes simbólicos da vida social”, que “não é produzida apenas dessa maneira”. No entanto, para reforçar tal ataque, e explicitar sua própria visão, *A Tolice...* complementa que o economicismo seria “um racismo latente”, o que explica, em parte, sua preocupação com a herança escravista.

O problema consiste em supor que o economicismo se resume a “imaginar que, para além da troca de mercadorias e do fluxo de capitais não existe mais nada em comum entre as sociedades modernas capitalistas na dimensão simbólica e não econômica”. Ou seja, seria como se “global” fosse somente a “troca de mercadorias e fluxo de capitais”. A “dimensão simbólica do mundo” seria “sempre nacional”. Portanto, nessa “dimensão” existiria apenas uma “cultura nacional”, algo como “o tal conto de fadas... que se transforma por debaixo do pano em ciência oficial de cada país”.

Ou seja, no justo combate ao economicismo, o texto descamba para o idealismo filosófico, erigindo uma dimensão simbólica sem raízes materiais. Corta as bases da economia, restringindo-a à “troca de mercadorias” e ao “fluxo de capitais”. Ou seja, apenas à circulação capitalista. Assim, mantém uma linha de análise e argumentação, da qual não faz parte o trabalho, nem o processo produtivo, individual e social, responsáveis pela geração do valor e da riqueza. E da qual não constam os mecanismos através dos quais a classe dominante faz a distribuição daqueles valor e riqueza, apropriando-se da maior parte.

*A Tolice...* embaralha a distribuição da riqueza produzida

com a possível existência de “capitais culturais”, que seriam a chave para participar da apropriação dos recursos escassos. Com isso, ela escorrega num economicismo a meias, simbólico, para analisar o capitalismo, ou qualquer outra formação econômica e social. O que faz com que nos detenhamos um pouco na análise sintética da formação histórica escravista, de modo a tentar esclarecer que nenhuma sociedade gera riqueza, cultura, e “componentes simbólicos da vida social” sem a ação produtiva da força de trabalho humano.

Sem o trabalho, que transforma os materiais ofertados pela natureza em materiais e instrumentos úteis ao desenvolvimento da vida humana, esta dificilmente existiria. O trabalho vivo desempenhou papel importante e determinante na transformação dos antropoides em seres humanos, no desenvolvimento da capacidade cerebral, no surgimento e desenvolvimento da cultura, e no surgimento e desenvolvimento dos modos de produção, distribuição e circulação das riquezas.

No escravismo, tanto no antigo (chinês, grego, hindu, babilônico, persa etc etc), quanto no moderno (das colônias portuguesas, espanholas, francesas e inglesas etc, na Ásia, África, e nas Américas do Norte, Central e do Norte), o trabalhador, assim como sua força de trabalho, eram propriedade do escravista, ou escravocrata, também proprietário dos solos agrícolas, pastagens e minas.

O trabalhador escravizado era caçado e transformado num instrumento, dedicado a realizar a produção agrícola e pecuária, a exploração mineral, e também aquilo que Aristóteles chamava de “artes mecânicas”, como o artesanato de tecidos

dos, de ferramentas, e de outros utensílios. Todas essas “artes”, ainda segundo o grande filósofo grego, eram impróprias de serem praticadas pelos que eram considerados verdadeiros seres humanos, num exemplo significativo da ideologia, ou do simbolismo, justificador daquele sistema de dominação e distribuição privada da riqueza gerada pelo trabalho.

O trabalhador escravo era, ainda, uma mercadoria que podia ser negociada no mercado, da mesma forma que os produtos resultantes de seu trabalho na agricultura, na mineração e no artesanato. Em termos gerais, os escravos constituíam a classe trabalhadora daquela época, enquanto os senhores fundiários e escravistas constituíam a classe proprietária dominante. Proprietária do solo e de homens escravizados, essa classe era também proprietária de toda a riqueza produzida pelos escravos, nem sempre lhes fornecendo a parcela necessária para sua reprodução como força de trabalho.

Por outro lado, a classe senhorial, ou escravocrata, e a classe escrava, não eram as únicas presentes no escravismo. No escravismo antigo, como resultado do longo processo histórico de transição gentílica, ou familiar-patriarcal, para o modo de produção, circulação e distribuição escravista, restou uma larga parcela de homens livres não proprietários, ou proprietários de pequenas parcelas de terra ou de outros instrumentos de trabalho.

Essa parcela formou uma classe intermediária entre os escravocratas e os escravos, às vezes constituindo o grosso da força armada escravocrata em suas expedições de captura de novos territórios e novos escravos, às vezes exigindo maior participação na distribuição das riquezas geradas pelo traba-

lho escravo. No ocidente, são conhecidas as exigências e lutas dos demos gregos e da plebe romana. Como são conhecidas também as diversas formas utilizadas pela classe dominante escravocrata (nobreza) para construir um aparato (Estado) que lhe permitisse expandir seus territórios e protege-la das demandas, revoltas internas, e dos ataques de outros Estados escravistas. A quem tiver dúvidas a respeito, recomenda-se, pelo menos, o estudo da história do Império Romano.

O escravismo começa a ruir quando os diversos fatores de sua reprodução (guerras de conquista de territórios e escravos, classe intermediária relativamente reduzida, alta produtividade dos escravos, nobreza unida, baixa intensidade da luta interna de classes) se transformam de positivas em negativas, do ponto de vista tanto econômico quanto social, cultural e político.

As guerras de conquista começam a dar mais prejuízo do que vantagens, tanto em termos territoriais quanto em número de escravos capturados. A prole gerada pelos homens livres não proprietários aumenta a força e a pressão da classe livre não proprietária (ver a história das lutas da plebe romana). Os escravos se rebelam cada vez mais, desprezando os símbolos ideológicos que os dominavam como seres inferiores, constituindo, em grande parte, grupos errantes de bandoleiros salteadores e expropriadores. E a riqueza produzida pelo trabalho da classe escrava se torna crescentemente desproporcional em relação às necessidades materiais e espirituais da nobreza.

Muitos escravistas da época começaram a ver mais vantagem em libertar seus escravos, em parte ou no todo,

enquanto outros os transformaram em “clientes”. Isto é, tornaram-se nobres “protetores” de camponeses e artesãos libertos, ao mesmo tempo que exigiram deles uma série de “obrigações”, desde a entrega de parte da produção até a participação na defesa do latifúndio (formas diferentes de apropriação da renda fundiária).

Esse modelo clientelista de definhamento do escravismo e surgimento de um novo modo de produção, circulação e distribuição, foi mais ou menos generalizado em todo o mundo, embora com as singularidades próprias aos diversos povos do planeta. Ele foi acompanhado de guerras e revoltas generalizadas, entre nobrezas de diferentes reinos, e/ou entre nobrezas de um mesmo reino, assim como de invasões de povos considerados bárbaros, que se estenderam por vários séculos. Em termos gerais, produziu novos simbolismos, novas culturas, novas formas de Estado que, por sua vez, atuaram no sentido de consolidar as mudanças em curso e tentar tornar eterno aquilo que se classificou depois como feudalismo.



# Economicismo e feudalismo

29 de novembro de 2016

A transição do escravismo para o feudalismo não foi igual em toda parte. Na Europa, por exemplo, os bárbaros germanos, normandos, francos, gauleses e outros, possuíam uma economia, uma cultura e componentes simbólicos de vida social comunitária desenvolvida. Suas sociedades, em geral, quando se atiraram em ondas sobre os territórios ocupados pelos escravistas romanos em derrocada, desconheciam o escravismo. No entanto, quando se confrontaram com a transição clientelista romana e descobriram suas vantagens, assimilaram rapidamente tanto seus componentes simbólicos, quanto suas formas econômicas, jogando no lixo da história seus antigos componentes simbólicos e sua economia comunitária.

O que levou os bárbaros a submergir no clientelismo feudal romano? O sistema econômico e social mais avançado e produtivo, ou os componentes simbólicos da nobreza feudal romana, gerados pelo novo sistema econômico e social? A “cegueira” de *A Tolice...* talvez não consiga responder a isso porque confunde sistema econômico e social com “estímulos econômicos” e porque considera que os “componentes simbólicos da vida econômica” são gerados independentemente

da vida material, econômica e social.

*A Tolice...* tem razão, porém, quando identifica a existência de “diversas formas de economicismo”, com “gradações importantes”. Apesar disso, não enxerga sua própria gradação economicista ao concordar com Caio Prado Junior na localização da “colonização brasileira no horizonte da expansão do capitalismo comercial europeu”, confundindo a expansão mercantilista de parcelas do feudalismo europeu com o capitalismo.

Em outras palavras, reduz o capitalismo à sua dimensão monetária e comercial. Ou seja, à circulação. Desconsidera que o capitalismo é antes de tudo, um modo, ou um sistema, econômico e social, que inclui produção, circulação e distribuição, tendo por base a relação econômica e social entre proprietários de meios de produção e proprietários de força de trabalho, livres e, em geral, despossuídos de meios de produção.

Na época da colonização do Brasil por Portugal, no século 16, como já vimos em outros trechos, pode-se dizer que o capitalismo estava sendo impedido de nascer na China, enquanto estava crescendo como feto na barriga do feudalismo europeu. Na Inglaterra, desde o século 14, a nobreza latifundiária passara a expulsar os camponeses das terras feudais e comunitárias, introduzira relações monetárias de arrendamento do solo para a criação de ovelhas, e criara uma massa vagabunda de seres humanos “livres”.

Paralelamente, as monarquias e os mercadores de Portugal, Espanha, Holanda, França, e da própria Inglaterra, se lançaram, a partir do século 15, na aventura mercantilista de

exploração e domínio colonial de novos territórios e povos. Com isso, realizaram uma brutal acumulação de riquezas saqueadas de povos africanos, asiáticos e americanos. Ou seja, criaram a massa de riqueza que, transformada em dinheiro, podia não só financiar o surgimento de novos meios de produção como, no caso da Inglaterra, comprar, pelo assalariamento, a força de trabalho da massa vagabunda criada pelo cercamento das terras. Foi esse processo associado que deu nascimento ao modo de produção, circulação e distribuição capitalista.

É evidente que se pode chamar os mercadores ou comerciantes das cidades, ou burgos, dos séculos 15, 16 e 17, de “burgueses”. Porém, os comerciantes, “burgueses” ou não, desses séculos só utilizavam a relação monetária no processo de circulação das mercadorias que eram produzidas pelo sistema feudal. Nesse sentido, só se diferenciavam dos comerciantes do período antigo, como Tales de Mileto e outros mercadores das cidades do Peloponeso e da Ásia Menor, que comerciavam com o Egito desde o século 6 antes de nossa era, porque as mercadorias destes eram produzidas por escravos.

Até o século 18, a massa de trabalhadores ingleses expropriados da propriedade de meios de produção permaneceu como vagabunda. Sua sobrevivência dependeu do assistencialismo das sucessivas Leis dos Pobres. Somente quando mercadores enriquecidos se transformaram, paulatinamente, em proprietários de meios de produção manufatureiros e começaram a comprar e a empregar força de trabalho nas manufaturas, em troca de salário, deu-se o nascimento da relação capitalista. Relação que estabeleceu uma nova forma de produção e reprodução do capital, e novas formas de

circulação e distribuição desse capital, diferentes das formas predominantes no escravismo e no feudalismo.

*A Tolice...*, porém, desconsidera a natureza integrada e mutuamente contraditória, econômica (produtiva, circulante e distributiva) e social (relação entre classes específicas), de cada tipo de sociedade conhecido pela história humana. Com isso, retira da história o feudalismo como a formação social que sucedeu ao escravismo e na qual foi gestado o capitalismo. E conclui que o capitalismo comercial, que estranhamente adotou relações escravistas em sua colônia americana, estaria na raiz da história brasileira, sem qualquer resíduo feudal.

O feudalismo, porém, teve um papel importante na evolução de grande parte das sociedades humanas. Em algumas regiões da Ásia, ele evoluiu do escravismo por volta dos séculos 1 e 2 antes de nossa era. Na Europa, isso só ocorreu entre os séculos 9 e 10 de nossa era, cerca de mil anos depois da Ásia. No modo feudal de produção, circulação e distribuição, a relação escravista foi substituída pela relação clientelista, na qual o trabalhador agrícola passou a pertencer não mais ao proprietário fundiário, mas à gleba em que trabalhava.

As glebas eram unidades produtivas de uma extensão maior, um feudo, tendo à frente um nobre, ou um senhor feudal. Dependendo do tamanho do feudo, ele podia eventualmente ser subdividido em feudos menores, cedidos por seu senhor feudal a senhores feudais de linhagem nobre inferior. Portanto, a estrutura feudal gerou uma estrutura idêntica na nobreza dominante. A relação econômica, social e política entre os nobres feudais era de vassalagem dos inferiores aos superiores, todos devendo vassalagem ao rei ou imperador,

chefe do Estado feudal.

Essa relação, porém, não era tranquila, havendo disputas sangrentas de diferentes tipos entre os senhores feudais, o que incluía os reis ou imperadores. Havia conflitos em torno do domínio das áreas territoriais, dos tributos cobrados pelos cessionários de feudos, do direito de trânsito, assim como em torno das sucessões feudais e reais. Afora o fato de que os conflitos pela submissão de outros reinos (na verdade, mais territórios feudais) marcaram fortemente a história do período feudal, ou medieval.

Na base da estrutura feudal, gerando a riqueza que fluía através da malha de vassalagem de uns senhores feudais em relação aos outros, estavam os camponeses e os artesãos subordinados às glebas. Embora proprietários de seus meios de produção e livres para organizar sua própria produção, os trabalhadores estavam amarrados às glebas e tinham que cumprir “obrigações” de vassalagem em relação a seus senhores. Isso incluía, como já vimos, a entrega de uma parte de sua produção (meia, terça etc), o trabalho em serviços de propriedade do senhor (corveia), a participação na defesa do feudo, e algumas outras que variavam, dependendo das imposições arbitrárias do senhor feudal.

De qualquer modo, o feudalismo promoveu um desenvolvimento mais intenso da agricultura e da pecuária, assim como do artesanato. E, embora o comércio, ou a troca de mercadorias, tenha quase fenecido nos processos de transição do escravismo para o feudalismo, o posterior desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do artesanato, e a consequente criação de excedentes, levou o comércio, tanto terrestre quanto

marítimo, a renascer.

Criaram-se burgos ou cidades que funcionavam como centros comerciais, levando ao surgimento de classes comerciantes ricas em vários reinos. Assim, as classes que se relacionavam no interior dos reinos feudais não se limitavam aos senhores e camponeses. Incluíam também os mercadores, ou comerciantes, como classe intermediária.

Os componentes simbólicos do feudalismo preservaram, em certa medida, componentes herdados do escravismo. O ócio escravocrata, que abominava o trabalho como ação de seres inferiores, foi mantido pela nobreza. A religião foi transformada em instrumento de dominação, não só dos camponeses de cada reino, mas também de outros povos e religiões. Na Europa, os cristianismos católico e ortodoxo desempenharam papel ideológico predominante na consolidação e manutenção do feudalismo, e nas suas tentativas de estender-se pelo Oriente Médio. Na China, Índia, Japão e outras regiões asiáticas, esse papel foi compartilhado por vertentes neo-confucionistas, védicas, budistas e shintoístas.

Nessas condições, retirar toda e qualquer influência feudal do processo de colonização do Brasil, iniciado nos primórdios do século 16, a pretexto dessa colonização situar-se no “horizonte da expansão do capitalismo comercial europeu”, é o mesmo que tampar o sol com peneira. É verdade que, em sentido contrário, alguns pensadores marxistas deram caráter absoluto à influência feudal. Desdenharam a influência escravista e minimizaram a posterior influência capitalista.

Mas isso não pode levar à aceitação de que a colonização do Brasil por Portugal foi realizada no “horizonte de expansão

do capitalismo”, bem antes que o capitalismo houvesse surgido como modo de produção, circulação e distribuição. Mesmo porque isso impede que se examine a singularidade das relações de produção dominantes no Brasil após a libertação dos escravos. Relações que pouco tinham de capitalistas.



# Soluções industrializantes

8 de dezembro de 2016

*A Tolice da Inteligência Brasileira*, ao invés de fazer uma análise aprofundada das relações de produção presentes após a libertação dos escravos, para deslindar os problemas históricos do desenvolvimento capitalista no Brasil, preferiu saltar diretamente para a análise da “época em que as relações de subordinação econômica ao capitalismo internacional pareciam possíveis de serem superadas a partir de uma direção política adequada”.

Essa suposição, ainda segundo *A Tolice...*, teria feito com que o “tema do estatuto de subordinação econômica, ou seja, ‘como’ a subordinação econômica brasileira era produzida e reproduzida” se tornasse o “aspecto central do debate” economicista. Teria sido nesse contexto que Florestan Fernandes avançou “na questão de refletir sobre a ‘reprodução simbólica’ do capitalismo periférico..., aspecto principal de uma sociologia crítica do Brasil contemporâneo”.

Afinal, continua *A Tolice...*, “o ‘trabalho da dominação social’, que esconde privilégios, só pode ser percebido pela reconstrução de uma reprodução simbólica muito peculiar ao capitalismo”. Nesse sentido, a Crítica à razão dualista,

de Francisco Oliveira, “mostra os limites do economicismo marxista para explicar a expansão do capitalismo brasileiro acompanhada de um modelo de consumo restrito à classe média (no) processo de industrialização” pós 1930.

Portanto, como já vimos em outros momentos, *A Tolice...* continua com o hábito de saltar etapas econômicas e sociais da história, como se isso fosse de menor importância. Pensa que, se os conceitos ou categorias sociológicas de “trabalho de dominação social” e de “reprodução simbólica” podem explicar e responder a tudo, para que preocupar-se com os detalhes históricos? Para que remoer o prolongado domínio dos latifundiários de diversos tipos (canavieiros, cafeeiros, pecuários etc etc etc), não só sobre as terras e seus agregados, mas também sobre as políticas locais, regionais e nacionais brasileiras, se isso “aparentemente” nada tem a ver com a “reprodução simbólica muito peculiar ao capitalismo”?

“Aparentemente” porque as relações de produção (agregação) praticadas pelo sistema latifundiário brasileiro tiveram muito a ver, durante um longo período, com a existência “esquálida” das relações de produção assalariadas, próprias do capitalismo. Mesmo no colonato de café, a relação assalariada aparece e se firma como um “híbrido” da agregação. Se examinarmos o papel histórico do antigo sistema latifundiário no Brasil, que se reproduziu sem grandes mudanças até meados dos anos 1960, podemos dizer que ele representou um entrave ao desenvolvimento de qualquer tipo de reprodução capitalista, inclusive a “simbólica”.

Simbolicamente, primeiro porque forjou uma ideologia agrarista, segundo a qual o Brasil seria o “celeiro do mundo”,

sendo desnecessário desenvolver a indústria e, portanto, mudar o sistema de meação, cambão e endividamento que subordinava quase totalmente seus trabalhadores. Depois porque, associada ao agrarismo, forjou também a ideologia da superioridade da produção industrial europeia e norteamericana, segundo a qual o “nacional é inferior”, e “vale mais a pena importar”.

Materialmente, porque mantinha em suas terras a maior parte do estoque de trabalhadores do país (mais de 70% nos anos 1950), fazendo com que sua ausência nas lutas ocorridas nos centros urbanos não contribuísse para forçar, como ocorreu em diversos outros países do mundo, um desenvolvimento industrial. Nessas condições, o desenvolvimento do capitalismo, marcado principalmente pela industrialização, como já dissemos em outros momentos, se caracterizou no Brasil por uma série de “soluços”.

Bem atrás, no final do século 18, o “solução” das tentativas de implantação de oficinas e pequenas manufaturas, boicotado tanto pela monarquia imperial, que tinha horror ao trabalho livre, quanto pela Inglaterra, que tinha asco a qualquer concorrência. Depois, novo “solução”, já na segunda década do século 20, quando a eclosão da primeira guerra imperialista mundial abriu espaço para a “substituição das importações” que vinham da Europa.

Desse “solução” sobraram algumas tecelagens e outras manufaturas de bens de consumo, assim como uma primeira geração da classe operária, cujas lutas eram tratadas como casos de polícia. Para que ocorresse um terceiro “solução”, foi preciso uma “revolução liberal”, em 1930, comandada por

setores latifundiários “opostos tanto à ‘socialização’ das perdas da cafeicultura, quanto às temerosas revoluções comunistas. Essa “revolução” transformou o Estado brasileiro num instrumento de industrialização.

No entanto, supor que o processo de industrialização capitalista nacional teve curso livre nos anos seguintes a 1930 não passa de desconhecimento rasteiro. É verdade que, entre meados dos anos 1930 e meados dos anos 1940, aproveitando-se das contradições inter-imperialistas, a ditadura Vargas estimulou investimentos em várias indústrias de base, sempre reclamando da falta de visão, ou da “burrice”, da burguesia cabocla, submissa tanto aos latifundiários quanto às determinações do capital externo. Por isso, o final dos anos 1940 e a primeira metade dos anos 1950 foi de crise do terceiro “solução”.

O quarto “solução”, iniciado na segunda metade dos anos 1950, com o Plano de Metas de JK, dependeu fundamentalmente da mudança na política de exportação de capitais dos países capitalistas avançados, principalmente dos Estados Unidos. Com montanhas de capitais excedentes, obtidos durante a segunda guerra mundial, e para manter alta sua taxa média de lucro, esses capitais precisavam ser exportados, tanto na forma de empréstimos quanto na forma de investimentos, para países agrários de mão de obra barata.

Mão de obra que, no Brasil, havia se expandido, seja pelo crescimento populacional natural, seja pelas migrações internas, do Nordeste para o Sul-Sudeste, e daí para o Centro-Oeste. Algumas centenas de milhares de nordestinos “retirantes” migraram, fugindo das dívidas e da subordinação ao

latifúndio. Aproveitaram-se das secas que castigaram aquela região por vários anos, e da atração de empregos nas novas obras e indústrias do período. Enquanto isso, outras centenas de milhares de gaúchos, mineiros e paulistas, sem terra ou com pouca terra, migraram para posses nas terras devolutas das novas fronteiras agrícolas.

Porém, o contingente de força de trabalho livre para operar nas novas indústrias, pertencentes principalmente aos capitais estrangeiros, não era suficiente para atender ao crescente interesse de investimentos dos capitais internacionais. Além disso, crescia a luta de classes, corporificada em movimentos sociais que exigiam não só atitudes nacionalistas diante dos capitais estrangeiros, mas também reforma agrária, livre acesso às posses em terras públicas, salários maiores, e diversos outros direitos sociais e políticos.

Nessas condições, o quarto “solução” de desenvolvimento capitalista brasileiro entrou em crise geral no início dos anos 1960. Diante do perigo dessa crise se transformar numa nova “revolução comunista” na América Latina, a intervenção militar norte-americana só não se materializou porque as forças armadas brasileiras cumpriram seu papel de gendarmes, e instituíram sua ditadura “modernizante”.

Afora os “atos” de coerção, cerceamento e repressão políticos, o ato ditatorial mais importante no campo econômico e social foi o Estatuto da Terra, destinado a transformar os velhos latifúndios, carregados de grandes contingentes de força de trabalho semi-livre, em latifúndios maquinizados, com pouca mão de obra, mas assalariada, para a produção e exportação de commodities agrícolas.

Em outras palavras, o primeiro e o mais importante ato ditatorial no “sentido capitalista”, com um simbolismo sequer vislumbrado por economistas e sociólogos weberianos, foi a “modernização agrícola”. Ela “libertou” a maior parte da força de trabalho estocada nos latifúndios para o trabalho nas indústrias, e também no moderno “agronegócio”. A esse ato seguiu-se a ampla abertura da economia aos investimentos estrangeiros, propiciando as condições para o projetado “milagre econômico” ditatorial.

No entanto, subordinado às leis de desenvolvimento determinadas pela dependência ou subordinação às potências estrangeiras americanas, europeias e japonesas, esse quinto “solução” de desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo “milagroso”, tendia a despencar tão logo aqueles capitalismo entrassem numa de suas crises periódicas. O que ocorreu a partir de 1973, com as crises do petróleo e do dólar, que abalaram o mundo.

Como é possível, com tais lacunas, e com a caracterização da “expansão do capitalismo” como “modelo de consumo restrito à classe média (no) processo de industrialização”, pretender acusar “os limites do economicismo marxista”? Pode-se transformar o singular e complexo desenvolvimento ou expansão do capitalismo no Brasil num simples “modelo de consumo restrito à classe média”? Ou isto é um exemplo economicista muito mais rasteiro do que todos os conhecidos exemplos de marxistas que se tornam economicistas por não dominarem, como deveriam, o método e os conceitos básicos descobertos por Marx?

# Atrasado versus moderno

13 de dezembro de 2016

*A Tolice...* acredita que, em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Francisco de Oliveira foi “certo” em “dois pontos fundamentais”. Primeiro, ao considerar que “todo sistema social capitalista, e não apenas o ‘subdesenvolvido’, articula um setor moderno e um setor ‘atrasado’. Segundo, “ao contrário de oposição” entre esses setores, existiria “uma simbiose entre eles..., uma organicidade, na qual o moderno se alimenta e explora o atrasado”.

Embora ambos concordem que “a exploração do setor atrasado explica e mantém... o dinamismo do setor econômico moderno brasileiro”, essa pretensa “simbiose” não passa de miopia. O capitalismo é um sistema que se desenvolve, em toda parte, tendo por base a concorrência, ou a competição, entre os seus diferentes ramos, setores e segmentos, entre os capitalistas individuais e coletivos, e entre os trabalhadores, individuais e coletivos.

Tal concorrência tem por mola propulsora a inovação e a produtividade. Estas, ao promover maior lucratividade em apenas alguns setores, estabelece uma diferença entre “modernos” e “atrasados”. Para não naufragar, os “atrasados”

também têm que “inovar”, elevar sua produtividade, de modo a manter sua participação na lucratividade média e desbancar os concorrentes. Esse movimento até pode dar a impressão de que “o moderno se alimenta e explora o atrasado”. Só que tal “alimentação” leva o atrasado à bancarrota, ou à morte, ao invés de mantê-lo vivo.

Sem entender essa “oposição”, ou essa “contradição”, uma das várias que compõem o modo de produção, circulação e distribuição capitalista, a análise do desenvolvimento desse “modo”, em qualquer país ou região, ou no mundo como um todo, pode entrar por labirintos obscuros, como ocorre com *A Tólice...* Ela deduz que “o debate sobre o ‘sub-desenvolvimento’ passou a ser percebido como uma questão de relações internacionais, uma oposição entre nações, e de suas respectivas relações de troca”. E que as “lutas internas de classes (foram) secundarizadas”, apostando-se “na burguesia nacional brasileira como suporte dos interesses maiores de toda a nação”, enquanto “a efetiva construção de uma ‘teoria do capitalismo’ no Brasil” se tornou “impossível... dentro do contexto de referência teórica do economicismo, seja ele liberal, seja marxista...”

É verdade que alguns marxistas brasileiros adotaram o economicismo e a sociologia liberal. Acreditaram que a “burguesia nacional” poderia assumir a direção da luta de classes que, nos anos 1950-60, se dirigia principalmente contra o latifúndio e a exploração imperialista, e realizar o desenvolvimento capitalista no país. Afinal, esse era o exemplo de outras burguesias nacionais, como a norte-americana do período da guerra de independência, a prussiana do período bismarkiano, e a japonesa do final do século 19 e do período

da guerra da Coréia.

O problema deles não foi supor o ‘subdesenvolvimento’ como uma questão de relações internacionais, uma oposição entre nações. Tal oposição estava e continua presente, não apenas nas relações de troca, mas numa série considerável de outros aspectos. No momento, estão relacionados principalmente com as formas de exportação de capitais dos capitalismo avançados, e das novas formas de exploração neocolonial dos países atrasados. Tal oposição não pode ser ignorada ou desprezada, como faz *A Tolice...*

Mas o principal problema dos marxistas liberais brasileiros, que pouco ou nada tinham a ver com a economia política marxista, foi não conseguir realizar uma análise apropriada dos grandes problemas do desenvolvimento capitalista no Brasil, assim como da natureza da “burguesia nacional brasileira”. Problemas que residiam em não haver uma acumulação de capitais capaz de investir na industrialização, na natureza precocemente rentista da burguesia, e em não haver sido “libertada” a força de trabalho “estocada” no sistema latifundiário para oferecer mão de obra barata à indústria.

O segundo “solução” do desenvolvimento capitalista (1914/1920) já havia mostrado que quem possuía “capital acumulado” eram os latifundiários do café, não os mercadores ou comerciantes da incipiente industrialização do período. E que, na ausência de uma força de trabalho livre para o assalariamento, fora preciso apelar para a importação de trabalhadores estrangeiros.

Mas, mesmo que houvesse um grande volume de capital acumulado, o problema da libertação da força de trabalho

estocada nos latifúndios apresentava dificuldades adicionais. Uma reforma agrária para realizar aquela libertação e liquidar os latifúndios teria que ser realizada manu militari. Além disso, em virtude da extensão das terras agrícolas brasileiras, poderia significar somente uma democratização da propriedade da terra, e não necessariamente uma libertação da força de trabalho para o desenvolvimento industrial.

O terceiro “solução” (1930/1945) mostrou que o Estado poderia articular a captação e investimentos de capital acumulado, tanto através dos recursos da sociedade quanto dos capitais externos, mas que continuava sem solução o problema da força de trabalho estocada nos latifúndios. A crise do imediato pós-guerra esteve relacionada justamente com a disputa sobre o papel do Estado e sobre o tamanho da força de trabalho disponível para o desenvolvimento capitalista brasileiro.

*A Tolice...* simplesmente despreza tais problemas. E, num arroubo de “economicismo barato”, afirma que a “principal característica do novo modelo de economia e de sociedade que se instaurou no Brasil a partir de 1930 envolve a realização do excedente econômico não mais prioritariamente a partir do mercado externo – como era o caso até 1930 – mas crescentemente, pelo próprio mercado interno. Essa transformação socioeconômica de grandes proporções muda toda a lógica da dinâmica social e enseja uma nova hierarquia política e econômica”.

Na realidade, o “excedente econômico”, se o entendermos como valor, lucro ou renda geral, “produzido” pela sociedade, sempre foi realizado prioritariamente pela força de trabalho empregada no “mercado interno”, principalmente

latifundiário. Sua troca, venda, transformação em dinheiro, porém, sempre foi, majoritariamente, realizada no mercado externo. Essa dicotomia continua estando, ainda hoje, não totalmente resolvida. E, de certo modo, foi agravada pelo processo de desindustrialização ocorrido nos anos 1980 e 1990.

O que nos obriga a voltar um pouco atrás, ao “solução industrializante” da ditadura militar, entre 1964 e 1980. Coube a ela dar um salto na utilização do Estado para captar capitais acumulados no exterior e orienta-los nos investimentos de desenvolvimento industrial. E, principalmente, dar solução “capitalista” ao problema da “libertação” da força de trabalho “estocada” no sistema latifundiário. Fez isso sem democratizar a propriedade da terra, nem liquidar o sistema de monopólio da propriedade do solo. Ou seja, realizou, manu militari, as principais transformações socioeconômicas capitalistas da sociedade brasileira. Foi ela que mudou profundamente “toda a lógica da dinâmica social” e ensinou “nova hierarquia política e econômica”.

O “milagre” do quinto solução industrializante nos legou, como “heranças”, pelo menos: a) um parque industrial portentoso, em grande parte oligopolizado por corporações estrangeiras; b) nova geração operária, de “migrantes”, tanto da velha geração, quanto do campesinato liberto do latifúndio, com salários reprimidos como “contribuição ao controle da inflação”; c) grande massa de “migrantes” sem trabalho, com uma parcela de desempregados em virtude da crise do “milagre”, e uma parcela de alguns milhões de “retirantes camponeses” que ainda não haviam se incorporado ao padrão de trabalho capitalista nas cidades; d) um “caos urbano”, de grilagem do solo, especulação imobiliária, moradias insalu-

bres, ausência de saneamento, disseminação do banditismo, e outras mazelas que ainda hoje marcam as zonas pobres das metrópoles brasileiras; e) uma educação básica baseada na “múltipla escolha”, destinada a formar gerações sem cultura e espírito crítico. .

Para analisar tais problemas do desenvolvimento capitalista brasileiro, diferentes dos problemas do capitalismo desenvolvido, e também de uma série de capitalismo subdesenvolvidos, não nos serve a economia política weberiana, nem a dos “capitais culturais” de Bourdieu, e muito menos a clássica liberal, a neoclássica neoliberal, ou a “marxista-keynesiana”. Por mais que desagrade a uns e outros, a economia política marxista continua sendo o melhor instrumento de análise, desde que liberta das deformações que alguns “marxistas” e “weberianos” querem lhe impor.

# Marxismo e capitalismo

24 de janeiro de 2017

Depois da triste Retrospectiva de 2016 e das nebulosas Perspectivas de 2017, volto à crítica de *A Tólice da Inteligência Brasileira*. Talvez alguns se perguntem porque estou dedicando tanto tempo a esse trabalho. Afirmo que há pelo menos dois motivos: a) muitas das teses e afirmações desse livro se tornaram senso comum em parte considerável da esquerda; b) a crítica a tais teses e afirmações permite aprofundar as questões estratégicas do desenvolvimento capitalista e da luta socialista no Brasil.

Tais questões foram tratadas sucintamente nas Perspectivas de 2017, mas necessitam ser analisadas e resolvidas para que possamos oferecer outra alternativa à crise do capitalismo e ao projeto da direita privatista e desnacionalizante. É o que tento fazer procurando tratar de forma consistente as teses de *A Tólice...*

Em seus capítulos finais, além de reiterar que o marxismo, como instrumento de análise, está “fora de época”, repete que a “noção central” do “capital” seria um “conceito ‘relacional’”, definido por Marx “como expressão do ‘trabalho acumulado’, que serviria ... para compreender a ‘estrutura

social' e a dinâmica de classes por ele criada”.

Para *A Tolice...* as “virtualidades” do capital seriam aquelas que se relacionam à “apropriação de privilégios em uma ‘situação social’ concreta”. A “propriedade dos ‘meios de produção’, capital fixo, produto ele próprio de trabalho acumulado anterior, ‘morto’ e materializado nele”, definiria a classe dos capitalistas. Já a “classe dos despossuídos dos meios de produção de seu próprio trabalho” teriam que vender “a única mercadoria” que possuem. Ou seja, “o trabalho ‘vivo’, para ser empregado e explorado pelo capitalista”. Este receberia “um ‘algo a mais’ do que investiu, seja pelos meios de produção, seja pelo trabalho que comprou sob a forma salarial”. E a “qualificação do trabalho”, seria um produto do “trabalho acumulado” anterior, enquanto essa diferença na “qualidade do trabalho” seria a principal responsável pela estratificação social interna da classe trabalhadora.

Pronto! Para demonstrar que O Capital é uma obra superada, *A Tolice...* sintetiza os três volumes de uma forma que mais parece cópia de um desses resumos que costumam aparecer nas grandes mídias privadas. Ou uma cópia sintética do que outros autores, há mais de um século, disseram a partir de uma “leitura dinâmica” de O Capital e de outras obras de Marx e Engels.

É verdade que o capital, para Marx, é um “conceito relacional”. Mas, qualquer conceito relacional exige que se diga que partes estão relacionadas, algo que *A Tolice...* se exime de fazer, ou não sabe. Mesmo porque, para ser mais franco, seu autor parece não ter lido nada do que Marx escreveu sobre algumas das principais categorias ou conceitos que emergiram

com o modo de produção, circulação e distribuição que todos concordamos chamar-se “capitalista”.

Por isso, se limita a falar de capital, propriedade privada, trabalho, meios de produção, capital fixo, trabalho vivo, trabalho morto, forma salarial, classes. E não prestou atenção a algumas outras categorias ou conceitos chaves da teoria marxista. Isto é, força de trabalho, valor, mais-valia, lucro, divisão social da propriedade e do trabalho, revolucionamento das forças produtivas, concentração e centralização do capital, pauperização da classe trabalhadora, planetarização ou globalização do capital etc etc. Embora nem todas tenham sido descobertas ou criadas por Marx, foram adotadas e buriladas por ele.

Vamos por parte, mesmo que tenhamos que repetir alguns conceitos já discutidos antes. Para entendermos o capitalismo, seu funcionamento, suas tendências, e as contradições internas que, ao mesmo tempo, o desenvolvem e o minam, é fundamental partirmos justamente do fato de que o capital é uma realidade explicada por suas relações internas. O capital é uma unidade contraditória entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho, entre o capitalista e o trabalhador assalariado. O capital não existe sem tal relação.

Na ponta do proprietário dos meios de produção, o capitalista individual, estão o capital fixo ou constante (os meios de produção), e o capital variável (dinheiro com que o capitalista compra o tempo da força de trabalho, não o trabalho da força de trabalho). E estão também outros capitalistas individuais, que competem ou concorrem entre si,

conformando o capitalista social. O “trabalho morto” ou “acumulado” que o capitalista compra é constituído pelos “meios de produção” (construções, máquinas, ferramentas, veículos, matérias primas) necessários para que a força de trabalho do desposuído de outras propriedades (trabalhador assalariado) realize seu “trabalho vivo”.

“Trabalho vivo”, portanto, é a ação ou dispêndio da força de trabalho sobre os meios de produção para a transformação das matérias primas em novos produtos. Dizendo de outro modo, o “trabalho vivo” atua sobre um “trabalho morto” anterior, de propriedade do capitalista, para produzir novos “trabalhos mortos”, mercadorias, projetadas pelo capitalista para serem “trocadas” ou vendidas no mercado. Portanto, por um lado, o capitalista compra “trabalho morto” e “força de trabalho”, e por outro, vende “trabalho morto modificado”. Porém, em momento algum vende a força de trabalho do trabalhador, porque este trabalhador, por ser formalmente “livre”, é quem a vende, por tempo determinado, ao capitalista.

O problema chave do capitalista consiste em fazer com que o trabalhador receba como salário apenas o correspondente a uma parte do tempo de trabalho dispendido por sua força física e mental, trabalhando outra parte de graça. Por exemplo, o capitalista gasta parte de seu capital  $C$  para produzir  $M$  mercadorias de valor  $V$ . Essas  $M$  mercadorias são produzidas em 5 horas de trabalho. Supondo que o trabalhador opere pelo menos por mais 3 horas, produzindo  $M + M'$  mercadorias, isso significa que criou um valor  $V'$  além do valor  $V$  gerado em 5 horas. Esse valor  $V'$  ou “algo a mais” apropriado pelo capitalista no processo de produção, e ao qual Marx deu o nome de “mais-valia”, é a chave para explicar o

processo de exploração e de acumulação ou de reprodução ampliada do capital.

Dessa mais-valia “acumulada” sai: a) a parte destinada a reproduzir o capital fixo, ou constante, preferentemente de forma ampliada e tecnicamente mais produtiva; b) a parte destinada a reproduzir o capital variável, nem sempre de forma ampliada, porque as inovações no capital constante permitem elevar a produtividade do trabalhador e reduzir a compra de força de trabalho; c) o lucro apropriado pelo capitalista para gozar aquilo que Jessé Souza adora chamar de “privilégios”; d) outras aplicações de acumulação capitalista, a exemplo dos juros, ou a produção de dinheiro a partir de dinheiro.

Esse processo “econômico e social” só é possível num contexto histórico de divisão social entre propriedade privada e trabalho assalariado numa sociedade de homens livres. Ele seria impossível no escravismo e no feudalismo, ou nas sociedades de transição entre eles. As classes que operam no modo de produção, circulação e distribuição capitalista, embora tenham aparecido embrionariamente em situações históricas anteriores, só se desenvolveram plenamente no capitalismo, seja como resultado de intensas lutas de classes anteriores, seja realizando lutas de classes de novo tipo.

Em virtude disso, a análise do capitalismo, assim como de qualquer outra formação econômico-social, não pode ser feita pela economia, ou pelo economicismo. Tem que ser realizada pela economia política, que engloba tanto os aspectos econômicos propriamente ditos (dinheiro, renda, juros, salário etc), quanto os aspectos sociais (classes, frações de classe, luta de classes, qualificação, cultura etc), e políticos

(Estado, partidos etc).

Apesar disso, *A Tolice...* chega à seguinte conclusão: “O conceito central de ‘capital’... desenvolvido por outros”, “com um potencial criativo muito mais penetrante... do que seu uso por Marx”, deixou de ser “apenas uma categoria econômica” e passou a incluir “tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social”.

Assim, infelizmente, em vez de fazer uma crítica consistente aos marxistas “economicistas”, assim como a possíveis lacunas de *O Capital*, *A Tolice...* faz, parafraseando Stanislaw Ponte Preta, um verdadeiro samba do “economicista doido”. Porque, na verdade, Marx, em *O Capital*, desenvolveu o conceito de “capital” não como categoria exclusivamente econômica, mas como uma relação, ou um conjunto de relações, que forma um sistema econômico e social.

Isto é, um sistema que resultou de uma intensa luta de classes (econômica, social, ideológica e política). E que engloba a luta de classes, não só pelos bens e recursos “escassos”, mas principalmente pelos direitos econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores e despossuídos em geral, assim como pela extinção da propriedade privada dos meios de produção. Afinal, como têm mostrado os dados mais recentes da concentração e centralização do capital, este tende a assegurar a uma minoria o acesso privilegiado e completo aos bens e recursos excedentes e aos bens e recursos escassos, e impedir o acesso da esmagadora maioria da população até mesmo aos bens e recursos mínimos, mesmo que eles existam em excesso.

O maior problema do capitalismo desenvolvido atual

consiste em seu acesso privilegiado justamente aos capitais excedentes, o que reduz consideravelmente a capacidade de acesso, ou consumo, do restante de suas populações, tanto aos bens e recursos escassos, quanto e principalmente aos bens que se tornam “excedentes” pela perda de capacidade dos trabalhadores terem acesso a eles, seja pela compressão salarial, seja pelo progressivo desemprego estrutural.

É com isso que o capitalismo demonstra sua própria incapacidade de desenvolvimento, seus limites. Ao desenvolver-se cada vez mais através do “trabalho morto”, descartando o “trabalho vivo”, o modo capitalista de produção reduz cada vez mais o mercado em que suas mercadorias (novo “trabalho morto”) deveriam ser consumidas. Quem quer que examine a situação interna e externa dos Estados Unidos (e também do Japão, França, Inglaterra e Alemanha) pode facilmente encontrar tanto esse fenômeno e contradição, quanto inúmeros outros, uns mais avançados, outros mais atrasados, que Marx previu para o capitalismo desenvolvido.



# Conhecimento e consciência

1 de fevereiro de 2017

Pesquisando os países capitalistas mais avançados, não são apenas os “despossuídos” daquilo que *A Tólice...* chama de “capitais culturais” que estão sendo atingidos pela incessante revolução técnica das forças produtivas e consequente elevação da produtividade e do desemprego. É crescente o número de profissionais possuidores de “capitais culturais”, ou de técnicas tornadas obsoletas, que se vêm jogados do “trabalho de classe média” para o desemprego estrutural.

As corporações capitalistas transnacionais também não se lançaram na globalização, exportando capitais na forma financeira e na forma de transferência de plantas industriais, pela simples vontade de explorar outros povos. A elevação da produtividade (irmã siamesa da alta taxa de mais-valia relativa) é fatal para a taxa média de lucro, que despencou e impôs ao capital desenvolvido a busca de regiões de baixo salário e altas taxas de mais valia absoluta, algo que Trump parece não entender e vai dar um nó no capital estadunidense.

Quando Marx previu isso, há cerca de 150 anos, muitos economistas e sociólogos o acharam um lunático. Agora, pelo menos esses “acertos” poderiam servir de alerta para os que

querem entender as contradições do capitalismo. Precisam reler com mais atenção os textos originais que deram origem ao que se convencionou chamar de “marxismo”. Isto, embora Marx não gostasse desse conceito e dito que não era “marxista”.

Mas esse alerta sobre a atualidade do marxismo não serve a *A Tolice...* Não tem efeito algum porque seu autor está convencido de que Marx “um homem do século XIX”, “pensava o processo de aprendizado como o de um ‘sujeito já pronto’”. Frisando que esta concepção do sujeito é “cartesiana”, *A Tolice...* não diz de qual trabalho de Marx retirou esse disparate. O que, convenhamos, em termos de honestidade teórica, deixa a desejar, principalmente porque os pensadores alemães criadores do marxismo defendiam justamente o contrário do que *A Tolice...* credita a eles.

Em *A Ideologia Alemã*, por exemplo, um dos primeiros textos de acerto de contas teórico com a filosofia clássica alemã, e principalmente com o materialismo vulgar de Feuerbach, eles afirmam que a “produção das ideias, das representações e da consciência, aparece, no princípio, diretamente entrelaçada com a atividade material e o trato material dos homens, como a linguagem da vida real”. As “ideias que os indivíduos formam são aquelas relacionadas com a natureza, com as relações entre si, e acerca do que são elas mesmas”. Ditas “ideias são uma expressão consciente – efetiva ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seus contatos, de sua organização social e política”.

Portanto, “a formação das ideias, o pensamento, o trato espiritual dos homens se apresenta... como emanção

direta de seu comportamento material”, de sua atividade, de sua prática. O “mesmo ocorre com a produção espiritual, tal e como se manifesta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc de um povo”. Os homens “são os produtores de suas representações, de suas ideias”, mas são “homens reais e ativos” e, como tal, “condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo trato que a eles corresponde...”.

Em Anti-Duhring, Engels coloca o “problema da relação entre o pensar e o ser” como aquele que, entre outras coisas, encerra “a relação que nossos pensamentos guardam acerca do mundo que nos rodeia como esse mesmo mundo”. E pergunta: “é nosso pensamento capaz de conhecer o mundo real”? Podemos, com “nossas ideias e conceitos... formar uma imagem reflexa exata da realidade?”

A tal pergunta, conhecida na linguagem filosófica como “problema da identidade entre o pensar e o ser”, Engels responde que, “desde Descartes até Hegel, e desde Hobbes até Feuerbach”, os filósofos não haviam avançado, como pensavam, “pela força do pensamento puro” mas, ao contrário, precisamente pelos “progressos formidáveis e cada vez mais evidentes das ciências naturais e da indústria” que lhes permitia “conhecer o mundo”.

Como muitos filósofos, sociólogos, economistas e outros pensadores do passado e do presente, o autor de *A Tolice...* pode discordar desses preceitos materialistas sobre o processo de apreensão do conhecimento e de formação da consciência. No entanto, fazer caricatura deles, tentando transformá-los num jogo desmoralizante de palavras, não condiz com um

debate teórico sério. Mesmo porque, embora Marx e Engels tenham sido homens do século XIX, o que impressiona é a atualidade deles em pleno século 21.

Nesse sentido, eles seguem a trilha de outros pensadores do passado, cujas teorias só foram demonstradas como corretas séculos depois. Quantos séculos a especulação de Tales sobre a curvatura da Terra e a de Demócrito sobre a existência dos átomos levaram para serem demonstradas? E quanto tempo foi preciso para que a teoria de Copérnico sobre os movimentos de rotação e translação da Terra fosse provada? Como se sabe, alguns séculos.

Algo idêntico tem ocorrido com as teorias de Marx e Engels sobre o materialismo dialético, assim como sobre a história e o capitalismo. Quanto mais avançamos na história, mais as lutas de classe e as crises do capital teimam em demonstrar praticamente que eles têm razão. Mesmo porque, ao contrário de pensarem o aprendizado como o de um “sujeito já pronto”, como sugere *A Tolice...*, os fundadores do marxismo o enxergam como um processo complexo de interação do pensamento humano com a realidade exterior, em todos os seus aspectos materiais e culturais, incluindo a produção do próprio pensamento.

Essa interação não pode ser a tolice de adicionar “certo tipo de conhecimento à sua bagagem, como alguém enche um cesto vazio quando vai à feira”. A apreensão da realidade precisa ser realizada criticamente, de um lado para evitar que o pensamento apreenda aspectos que não correspondem ao realmente existente e, de outro, para descobrir os aspectos até então desconhecidos e incorporá-los como conhecimentos

científicos.

Portanto, não passa de uma visão grosseira afirmar que na concepção marxista “o conhecimento se aloja na cabeça do sujeito e seu corpo é um mero meio para fazê-lo caminhar e segurar a cabeça que envolve o seu espírito”. Na verdade, ao falar isso, *A Tolice...*, procura tornar aceitável a ideia de que a “faceta mais importante do ‘capital cultural’ é o fato de ser uma ‘incorporação’, literalmente, ‘tornar-se corpo’ de toda uma forma de se comportar e agir no mundo”. O “avanço científico” aqui seria a “suposição de superação da oposição entre corpo e espírito, em que o corpo é pensado como uma ‘matéria sem vida’ e ‘sem espírito’, em favor de uma concepção em que o corpo é compreendido como um ‘emissor de sinais’ e preche de significados sociais”.

Quem leu acima o resumo do pensamento marxista comprova facilmente que a invenção sobre um corpo humano como “matéria sem vida” e “sem espírito” não passa do velho truque de atribuir ao contendor uma ignorância que justifique a própria ignorância a respeito. O problema não consiste em considerar o corpo humano sem vida ou sem espírito. Consiste em considerar que tal corpo com vida e espírito faz parte de um entorno material, natural e ou construído, tanto inorgânico quanto orgânico (vivo), com o qual se relaciona o tempo todo e do qual depende para viver e sobreviver como ser humano.

O espírito desse corpo vivo precisa, permanentemente, apreender como funciona esse entorno, natural e também social, em que vive. Sua sobrevivência e seu desenvolvimento dependem da relação simbiótica que estabelece com a nature-

za e com a sociedade. Em outras palavras, o corpo vivo não é apenas “emissor de sinais”, mas também “captador de sinais”, naturais e sociais, trabalhados pelo espírito, que os organiza como conhecimentos e pensamentos, e capacita o corpo a emitir os sinais (ou significados sociais) que lhe permitem relacionar-se tanto com a natureza quanto com os demais seres sociais. Ou, em outras palavras, corpo e espírito precisam relacionar-se intimamente, mesmo contraditoriamente, para relacionar-se com as contradições materiais e espirituais do mundo.

Mas *A Tolice...* considera que basta o que chama de ‘capital cultural’ para realizar uma “incorporação” literal “do corpo” e possibilitar que este “se comporte e aja no mundo”. Já vimos que esse conceito de “capital cultural” supostamente funciona como um “abre-te sésamo”. O problema é que, na realidade do mundo capitalista, ele só funciona enquanto o capital se sentir obrigado a contratar força humana de trabalho assalariado.

Como a história recente dos Estados Unidos e em parte, da Europa está mostrando, quanto mais o suposto “capital cultural” (força de trabalho culturalmente qualificada) contribui para desenvolver técnica e cientificamente os meios de produção, e elevar a produtividade, mais é descartado como força de trabalho. Novidade? Não! Marx, em *O Capital*, já havia previsto que essa era uma das tendências do capital (econômica e social) em seu desenvolvimento. Sendo assim, o desvio da atenção das relações de produção capitalistas para o suposto “capital cultural”, como base para o comportamento e ação no mundo dominado pelo capital, é ótimo para esconder a verdadeira natureza do “capital”, e desviar a análise da luta

de classes de suas questões fundamentais.

É verdade que *A Tolice...* procura se resguardar dessa acusação ao dizer que o “capital econômico jamais está sozinho, como ‘a cegueira economicista’ imagina”. O ponto de partida da classe envolveria “basicamente três capitais: o econômico, o cultural e o social”. Os dois primeiros seriam, “na sociedade moderna, os mais importantes”. Como a classe média só poderia “assegurar a reprodução de seus privilégios” se possuísse algum capital econômico para ‘comprar’ o tempo livre dos filhos”, a posse do “capital cultural” garantiria a reprodução da classe como “classe privilegiada em dois sentidos”. Primeiro, “vencedores na escola” e depois, no mercado de trabalho, ocupando “espaços que as classes populares – classe trabalhadora e ralé – não poderão alcançar”. A conferir!



# Ascensão e luta social

8 de fevereiro de 2017

Para *A Tolice...*, o “privilégio” aparece como “merecido”, sendo a forma “especificamente capitalista e moderna de legitimação da desigualdade social”. Já a “reprodução das classes altas”, tendo no “capital econômico seu elemento principal na luta pelos recursos sociais escassos, também depende, em boa medida dos outros capitais”.

Assim, o mecanismo de exploração e reprodução capitalista – a extração da mais-valia pela classe capitalista ou burguesa no processo de produção – é jogado para debaixo do tapete da “classe média” em luta pela “reprodução de seus privilégios”. Já as “pobres... classes altas”, constrangidas a lutar por “recursos sociais escassos” para ter um lugar ao sol dependeriam dos outros “capitais” que permitem às classes médias reproduzir seus privilégios.

*A Tolice...* pode até estar bem-intencionada ao denunciar os “privilégios” da classe média. No momento em que parte considerável dessa classe se transforma em tropa de choque política da burguesia nacional e estrangeira, até contra as estreitas liberdades democráticas formais conquistadas pela luta social e política dos brasileiros, é difícil conter a indig-

nação. No entanto, ao embaralhar os conceitos econômicos, sociológicos e políticos, na prática colocando as classes médias no topo da pirâmide dos privilégios, e camuflando a natureza das “classes altas” capitalistas, *A Tolice...* causa um desserviço à luta de classes que se trava no Brasil.

Nesse sentido, *A Tolice...* se esforça em articular o “capital cultural” à formação das classes sociais. Tenta, por exemplo, nos convencer que ao “rico bronco” estariam “vedadas” tanto “as importantes relações entre o capital econômico e o capital cultural” quanto o próprio “capital social”. Isto porque o “capital cultural” seria aquele que “possibilita a naturalidade, a leveza e o charme pessoal, tão importantes no mundo dos negócios como em qualquer outro lugar” e, também, “o capital social de relações pessoais”.

A conclusão lógica de tais afirmações seria a de que os “ricos broncos” estariam fadados à falência. Ou, talvez, a não passarem de uma expressão de linguagem. Só através da posse do “capital cultural” alguém poderia conquistar o “capital social” e chegar a construir seu “capital econômico”. Na prática, porém, mesmo utilizando os conceitos de *A Tolice...*, há muitos “ricos broncos” que, embora com pouco “capital cultural”, têm “capital econômico” suficiente para ir ao mercado e comprar, ou alugar, “capital social” e, também, “capital cultural”.

Através da compra e/ou aluguel de “capitais sociais”, que possuam ou não “capitais culturais”, o “rico bronco” acumula mais “capital econômico”, ingressa de forma cada vez mais firme na competição ou concorrência com outros “capitais econômicos”, e reproduz, de forma ampliada, seu

próprio “capital econômico”. Com isso, ele pode até se transformar de “rico bronco” em “rico refinado”. O inverso disso é até possível: “capitais culturais” podem se transformar em “capitais sociais” e, com essas propriedades, se apropriar de “capitais econômicos”. Ou seja: indivíduos da “classe média” podem se tornar “ricos refinados”, e passarem a acumular “capitais econômicos”. Porém, isto é a exceção, não a regra no sistema capitalista.

Em termos marxistas, “rico bronco” ou “rico refinado”, tanto faz, não é senão um indivíduo que “acumulou” riqueza. Esse indivíduo, na sociedade moderna, é um capitalista ou um burguês. O problema dele, prático e teórico, consiste em que, para continuar um capitalista, não pode viver dessa riqueza como se fosse um tesouro a ser consumido ao longo dos anos, como fez Carlinhos Guinle.

Ele precisa ser um rentista, que multiplica sua riqueza através da aplicação em títulos de dívida pública ou de ações nas bolsas. Ou um comerciante ou um agente de serviços, que intermedia no mercado a produção industrial e agropecuária de outros capitalistas. Ou ser um industrial, ou um produtor agropecuário que, através da propriedade de meios de produção, e da compra de matérias primas e de força de trabalho assalariado, transforma o valor dessa força de trabalho comprada no mercado em um valor excedente. Isto é, um valor superior ao valor do capital constante e do capital variável que investiu para produzir uma determinada quantidade de mercadorias, ou valores de troca, cujo conteúdo são valores de uso.

A rigor, é através da apropriação desse valor exce-

dente, ou mais-valia, gerado no processo de produção, que todos os “ricos” acumulam mais riqueza, sejam “capitalistas produtivos”, sejam capitalistas que atuam na circulação do capital (comercial, financeira e de serviços). É a relação entre os proprietários de meios de produção (sejam “brancos” ou tenham “charme”) e os proprietários de força de trabalho (sejam ignorantes ou letrados) que define os opostos, ou classes sociais, fundamentais da sociedade capitalista.

É lógico que o autor de *A Tolice...* tem razão ao dizer que não são “as ocupações que criam as classes sociais”. E que, em certa medida, também tenha razão em supor que “é o pertencimento a certa classe que pré-decide a ‘escolha’ por certo tipo de ocupação”. Ou que a “ciência da sociedade tem como questão central saber por que as pessoas se comportam diferencialmente”.

Em termos weberianos, “ascender socialmente” seria possível “a quem logra incorporar as precondições que o capitalismo atual pressupõe para a crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como ‘porta de entrada’ em qualquer de seus setores competitivos”. Ou seja, *A Tolice...* sugere que, incorporando “capital cultural” e “capital social”, seria possível “ascender” das classes baixas às altas. O que não passa de uma miragem. Embora difundida diariamente pelo sistema de propaganda e publicidade dominante, tal miragem se confronta com as leis férreas do modo de produção, circulação e distribuição do capital, que se impõem com a mesma força tanto sobre os capitalistas, quanto sobre os trabalhadores.

Tomemos como exemplo os esforços dos capitalistas

individuais para introduzir novos métodos ou inovações de modo a aumentar sua lucratividade em relação aos outros capitalistas, esforço que Marx denomina concorrência e que hoje é generalizado como competição. Essa competição tem sido o motor da intensa incorporação científica e tecnológica ao processo produtivo.

O capitalista competitivo se orgulha de que seus novos métodos rebaixam seus custos de produção e possibilitam vender mais. Esse “comportamento diferencial” de uns capitalistas em relação aos outros é considerado natural e parte integrante do mercado. Pouco importa aos capitalistas “inventivos” que os menos inovadores, com custos mais elevados, menos competitivos, vejam seus lucros serem reduzidos, ou se tornarem negativos, neste caso sendo eliminados do mercado.

Além disso, os capitalistas competitivos sequer se dão conta de que tal “comportamento diferencial”, ao mesmo tempo que lhes permite maior concentração e centralização do capital, também os empurra para o abismo. Ao aumentar o desenvolvimento científico e tecnológico do processo produtivo, a competição leva ao aumento da produtividade do trabalho. Esta, por sua vez, leva ao descarte da própria força de trabalho. Dizendo de outro modo, o processo inovador, que permite reduzir custos e elevar os lucros de uns capitalistas em relação a outros, também eleva a composição orgânica do capital (preponderância do capital constante sobre o capital variável). Isto, por sua vez, significa que haverá menor necessidade de compra de força de trabalho assalariado no mercado.

Ou seja, os capitalistas inovadores elevam a extração de mais-valia relativa, que lhes permite uma acumulação de

capital muito maior. Foi esse processo que levou à organização das grandes corporações transnacionais que hoje já dominam mais de 60% da produção mundial. E é ele que, nos países capitalistas mais desenvolvidos, tem deixado sem opção de trabalho uma massa crescente da força de trabalho desprovida de meios de produção. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que eleva sua capacidade produtiva a níveis nunca vistos pela história inicial e média do capitalismo, o “comportamento diferencial” promovido pela concorrência capitalista cria uma massa crescente de gente sem condições de acesso ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo.

A análise do “comportamento” capitalista quanto à competitividade dificilmente poderia indicar que o modo de produção capitalista cria seus próprios limites estruturais. Não há sequer um capitalista que aceite que seu “comportamento diferencial”, de concorrência desvairada, principalmente quando atinge o nível do monopólio e do oligopólio, o está levando a matar seus consumidores e, portanto, a criar uma contradição aparentemente insolúvel com sua própria dinâmica produtiva. Mesmo porque não elevar sua competitividade é o mesmo que decretar a queda constante de seu lucro ou a própria falência, embora no caso da indústria bélica, a criação das condições para matar seus consumidores faça parte de sua natureza produtiva.

Portanto, para “analisar e interpretar a sociedade, dizer onde estão seus problemas e para onde ela tende a ir”, não basta saber como as pessoas se “comportam diferencialmente”. É preciso analisar em profundidade as relações econômicas e sociais (classes sociais) predominantes que existem nessa sociedade, quais suas tendências objetivas de desenvolvi-

mento histórico (as “leis” a que todos devem obedecer para “sobreviver”), e quais suas expressões culturais e políticas, sem descurar da influência de expressões remanescentes de formações históricas anteriores.

Nesse sentido, *A Tolice...* tem razão em dizer que a “luta de classes não é apenas a greve sindical ou a revolução sangrenta nas ruas que todos percebem”. Mas erra, e muito, ao supor que a luta de classes “é, antes de tudo, o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente”. Tal “exercício silencioso da exploração” é apenas um dos aspectos, o aspecto de “cooperação” na relação contraditória entre o capital e o trabalho. Por outro lado, o conflito, o choque, o combate constitui seu aspecto oposto, o aspecto da “insubordinação” do trabalhador (classe operária) contra o capitalista (classe burguesa).

Sem analisar esses aspectos contraditórios das classes e de suas lutas, o mais provável é que se construam tolices a respeito.



# Luta de classes e “ralê”

15 de fevereiro de 2017

O “exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente”, que *A Tolice...* destaca, faz parte daquilo que Marx chama de “mistificação”. Esta se expressa tanto na palavra de que o capitalista está fazendo uma benfeitoria ao “dar trabalho” ao operário, quanto na suposição de que tal “mistificação” é o único aspecto da “luta de classes”. Na realidade, a luta de classes é o inverso daquela “mistificação” quando se efetiva como luta aberta. Em seus primeiros passos, ela ocorre a partir da resistência, no chão da fábrica ou de comércios e serviços, às ordens dos chefetes, à ausência de segurança no trabalho, ao ritmo exaustivo da atividade, e a uma série enorme de pequenos atritos e desavenças.

A luta de classes, pelo lado operário, também transborda para lutas econômicas mais duras, como as greves, e para movimentos sociais e políticos de diferentes tipos. Na história da luta de classes entre burgueses e proletários, tais movimentos sociais e políticos incluíram, pelo menos, tanto a econômica e humana luta pela jornada de oito horas, quanto a luta política pelo voto universal e secreto. O valor dessas e de outras inúmeras lutas dos trabalhadores, enquanto persistir a dominação capitalista, vai muito além da possível insigni-

ficância dos seus resultados econômicos, sociais e políticos.

O valor de todas essas lutas reside, acima de tudo, nas consequências morais e políticas sobre os conceitos e maneiras de pensar dos trabalhadores. Elas contribuem para os trabalhadores adquirirem conhecimento e consciência do "exercício silencioso da exploração", das repressões "silenciosas" e, também, das repressões abertas e violentas do Estado burguês sobre a organização e as lutas dos trabalhadores. Repressões que se elevam ao máximo quando tais lutas tendem a impor a esse Estado reformas democráticas, ou a transformar-se em revoltas e revoluções.

Descartando essa realidade, *A Tolice...* tenta ser inovadora quanto à conceituação das classes sociais da "moderna sociedade capitalista" brasileira. Partindo da base para o cume de uma pirâmide, ela denomina as classes sociais como "ralé", "batalhadores", "classes médias" e "classes endinheiradas". A "ralé" seria a classe dos "desclassificados brasileiros", que formariam uma "classe social específica" pelas "periferias das grandes cidades do sudeste (e) no sertão do Nordeste". Seria uma "classe social reduzida à 'energia muscular', por não dispor 'das precondições para a 'incorporação do capital cultural' indispensável no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo". Não possuiria "os pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de 'produtor útil' no contexto da economia competitiva".

Constituindo a maior parte da população, (1/3, segundo *A Tolice...*), a "ralé" estaria "abaixo" da classe trabalhadora, sendo "explorada de modo muito mais cruel". Estaria "condenada a exercer todos os trabalhos mais duros, humilhan-

tes, sujos, pesados e perigosos”. Teria seu tempo “roubado”, principalmente pela classe média, para manter os “privilégios” desta. Não seria “passível de ser confundida com o “exército industrial de reserva” marxista, já que “no capitalismo do tempo de Marx a quantidade de incorporação do conhecimento necessário ao trabalho era mínima”.

Reconhecemos que no Brasil, especialmente no final do “milagre” ditatorial dos anos 1970, formou-se uma imensa massa de seres humanos “excluídos”. Não porque a falta de “conhecimento necessário” fosse um empecilho, mas porque a crise econômica e, depois, a política econômica desindustrializante neoliberal, impediram o mercado de trabalho de se expandir e incorporar os milhões de seres que haviam sido deslocados dos campos pela “modernização” agrária, e os milhões de seus descendentes já urbanos.

Por isso, discordamos em diversos aspectos das características atribuídas por *A Tolice...* a esse setor social. Primeiro, por classificá-la de “ralé”, termo pejorativo que o conjunto da burguesia e parte da pequena burguesia brasileira utilizam para se referir a todos os trabalhadores e pobres. Depois, por considerar que essa massa humana excluída do mercado de trabalho não está apenas espalhada pelas “periferias das grandes cidades do Sudeste (e) no sertão do Nordeste”, mas também pelas periferias das cidades do Sul, do Centro-Oeste e do Norte. Portanto, por todo o Brasil.

Também discordamos da suposição de que esse setor ou classe social não tenha as “precondições” para o trabalho “moderno”. Essa visão negativa sobre a ausência dos “presupostos indispensáveis” ao aprendizado do papel social de

“produtor útil” no contexto da “economia competitiva”, é parecida com a tese vigente a respeito da incorporação dos “vagabundos ingleses” às máquinas da revolução industrial do século 19. Mas a história mostrou justamente o oposto, tanto na industrialização inglesa daquela época, quanto nos diversos “soluções” de industrialização brasileira.

Os trabalhadores dos campos ingleses, assim como os enxotados dos campos brasileiros, foram capazes de aprender e adaptar-se aos tipos “modernos” de trabalho, sejam os teares mecânicos britânicos, sejam as linhas de montagem das indústrias dos anos 1960 e 1970. Em ambos os casos, a indústria e o Estado capitalistas foram capazes de criar o “trabalhador moderno”, treinando-o no “reflexo automático e naturalizado”, na “disciplina”, no “autocontrole... ao ritmo das máquinas”, e no “conhecimento” de uma “operação bem sucedida”.

A chamada “incorporação de capital cultural”, que caracterizaria “as classes trabalhadoras modernas”, tem se materializado toda vez que o capital em processo de industrialização precisa de mão-de-obra. Assim, não foi por acaso nem por “economicismo” que *A Tolice...* se obrigou a reconhecer que a “fronteira entre a ralé e os batalhadores sempre flui na realidade concreta”. Ou seja, havendo condições para o crescimento econômico e a geração de emprego, o capital e seu Estado providenciam a formação necessária da força de trabalho.

A própria *A Tolice...* reconhece que “a virtude do autocontrole e da disciplina não é natural”, mas “um aprendizado de classe”. Ou seja, “aprendizado” no sentido da necessidade

da classe capitalista, como ficou demonstrado mesmo no pífio crescimento brasileiro entre os anos 2003 e 2013, quando, ainda segundo *A Tolice...*, “cerca de 40 milhões” de “excluídos” se incorporaram ao mercado de trabalho, em trabalhos tanto “antigos” quanto “modernos”.

*A Tolice...* se preocupa, ainda, em não incluir sua “ralé” no “lumpemproletariado marxista”, que confunde com “exército industrial de reserva do capital”. E coloca nesse setor social trabalhadores incluídos no mercado de trabalho, como moto-boys e empregados domésticos. Uns e outros são trabalhadores assalariados, embora nem sempre com a “carteira assinada” que lhes possibilitaria outros direitos sociais, além do salário. São também trabalhadores autônomos, “subsumidos ao capital” através de outras formas de exploração. Mas todos trabalham, de uma forma ou de outra, no mercado, não fazendo parte de uma classe “excluída” de tal mercado.

Já o lumpemproletariado, segundo Marx, é uma massa distinta do proletariado industrial, conformada por “ratazanas”, delinquentes e vagabundos “de todas as classes”, que vivem dos despojos da sociedade, sem profissão, sem pátria e sem lugar. Supor que esse “lumpemproletariado” inexistente no Brasil, mesmo como fração da classe excluída, é não enxergar o que se passa em nosso país, onde as mortes por assassinatos, assaltos, tráfico de drogas, choques com a polícia etc etc, são em número maior do que em alguns países que se encontram em guerra civil.

Já o “exército industrial de reserva” é um subproduto da evolução técnica do capitalismo. Este cria e recria, permanentemente, um excedente relativo de trabalhadores

desempregados. Estes funcionam, ao mesmo tempo, como concorrentes dos trabalhadores empregados, forçando os salários para baixo. De forma geral, ao contrário de *A Tolice...*, podemos dizer que, entre os “excluídos” da sociedade brasileira também se encontram, como fração, os componentes do “exército industrial de reserva”.

Isso porque, ao contrário do que Marx pensava, no processo de desenvolvimento capitalista tal “exército de reserva” não assume apenas a forma de “oscilação cíclica”. Ele também pode assumir a forma de “corrente permanente”. No caso brasileiro, em função de sua singularidade subordinada, dependente, e de industrialização por “soluços”, o exército industrial de reserva ganhou o duplo aspecto de “oscilação cíclica” e de “corrente permanente”. Isso faz com que os componentes do “exército de reserva”, por seu volume populacional e por sua longa continuidade na “exclusão”, possam ser caracterizados como uma fração da “classe social excluída”.

Ou seja, essa parcela é “excluída” porque a sociedade e a economia capitalistas brasileiras não conseguiram se conformar como “desenvolvidas”. Mantiveram seu caráter subordinado e dependente, monopolizado e/ou oligopolizado, principalmente por corporações estrangeiras. Seus “soluços” de crescimento não mantiveram a linha industrializante imprescindível ao “desenvolvimento” no sentido capitalista. Foram sempre de recuperação pouco consistente, mesmo entre 2003 e 2013. E logo afundaram em crises cuja superação, principalmente com as tendências erráticas do capital global e da burguesia cabocla, se torna cada vez mais difícil.

Nessas condições, se agregarmos aos problemas da

sociedade e da economia brasileira o aumento populacional, podemos deduzir que as frações da classe dos excluídos devem crescer ainda mais nos próximos anos, principalmente se for mantida a linha “neoneoliberal” (sic) dos representantes políticos e econômicos golpistas das burguesias que dominam o país.

Por tudo isso, ao contrário de *A Tolice...*, não consideramos que a “crítica social” tenha que “começar demonstrando que a classe perdedora da universalização do capitalismo por todo o globo” “não é a classe trabalhadora, como pensava Marx”. E, menos ainda, que a geração dessa classe perdedora, ou excluída, obedeça “a uma lógica semelhante nos países centrais e periféricos”, já que seria “possível mostrar, empírica e teoricamente”, que existem “classes sociais globais”. Estas compartilhariam de “uma gênese social e de um destino social semelhante”, pois a “lógica simbólica de exclusão social” estaria “presente em todos os lugares do mundo”, na “luta por recursos escassos”. Algo a conferir!



# Ainda os desclassificados

22 de fevereiro de 2017

Em países avançados do ponto de vista capitalista, como os Estados Unidos, o crescimento da “classe excluída” reside em três tendências estruturais: a) desenvolvimento tecnológico, que substitui a compra da força de trabalho assalariado pela compra de “trabalho morto”, equipamentos de alta produtividade, “capital constante”; b) crescente apropriação de mais-valia relativa, com a centralização do capital (nos EUA, em 1% da população, segundo dados recentes da Oxfam); c) queda da taxa média de lucro, que impõe às corporações capitalistas a necessidade de exportar capitais para países de mão-de-obra mais barata (globalização do capital).

Num país periférico como o Brasil, que seguiu o receituário neoliberal, ao contrário, o crescimento dos “excluídos” tem origem no desenvolvimento incompleto, subordinado e dependente do próprio capitalismo. Aqui, o Estado não assumiu integralmente o papel de indutor da industrialização e da distribuição menos desigual da riqueza gerada, ao contrário do que ocorreu em alguns países asiáticos e africanos. Nestes foi gerado um desenvolvimento econômico e social soberano no próprio processo de globalização capitalista, e foi reduzida substancialmente a classe dos excluídos e elevada

a participação da força de trabalho assalariada na sociedade.

A “lógica simbólica de exclusão social” não está, pois, “presente em todos os lugares do mundo”. A própria *A Tolice...* reconhece que o crescimento econômico do Brasil, entre 2002 e 2012, pela primeira vez em décadas, beneficiou os “setores populares”, fortaleceu “a base da pirâmide social”, operando importantes “mudanças morfológicas na estrutura de classe da sociedade”, e constituiu uma “nova classe trabalhadora”. Desconsidera, porém, que tal “nova classe” não é constituída apenas pelo emprego de “novos contingentes” da população excluída, mas também pela antiga classe trabalhadora,

É verdade que *A Tolice...* reconhece que esses “novos contingentes” são formados tanto por “setores da pequena burguesia que haviam perdido expressão econômica desde os anos 1990” – quanto por “segmentos ‘superiores’ da classe dos desclassificados sociais”. Conclui daí que, “de resto”, “não existe classe condenada para sempre”, já que “condições econômicas e políticas favoráveis podem desempenhar papel decisivo” e podem fazer com que “os setores que lograram incorporar... as condições para o desempenho do papel social do trabalhador” possam “ascender socialmente...”.

Ou seja, a conclusão de *A Tolice...* é surpreendente. Por um lado, ela reconhece que além dos seus famosos “pressupostos” para a incorporação ao mercado de trabalho são necessárias “condições econômicas e políticas favoráveis” que “podem desempenhar papel decisivo”. Por outro lado, acredita piamente na “ascensão social” como “caminho oposto de toda forma de economicismo que simplesmente ‘pressupõe’ e, portanto, naturaliza o ‘ator econômico universal’, escondendo a

luta de classes que implica, precisamente, uma incorporação diferencial e seletiva” das “precondições” culturais.

Ou seja, acredita que existem setores da “ralé” que já incorporaram as “precondições para o desempenho do papel social do trabalhador útil”, precondições que seriam a base para a “ascensão social” e para a eliminação do “ator econômico universal”. Para ela basta, portanto, que surjam “condições políticas e econômicas favoráveis” para que tais precondições ganhem espaço e possa ocorrer uma “ascensão social” que supere a relação capital.

Na prática, ao contrário do que pensa *A Tolicé...*, as “condições políticas e econômicas favoráveis”, são a precondição para que se efetive qualquer pressuposto para a incorporação ao mercado de trabalho. Do mesmo modo que “condições políticas e econômicas desfavoráveis” não só impedem a incorporação ao mercado de trabalho, mesmo que estejam presentes outros pressupostos favoráveis para isso, como são capazes de desorganizar o próprio mercado de trabalho. Basta olhar para o que está acontecendo hoje no capitalismo caboclo, e ler com atenção o que Trump diz do capitalismo avançado norte-americano, e o que muitos outros estão falando sobre o capitalismo avançado europeu.

O mercado de trabalho brasileiro não está suportando a forte marola de recrudescimento da crise do capitalismo global (condições políticas e econômicas desfavoráveis) e está afundando o país sob uma tsunami de desemprego. Joga ao relento grandes parcelas da força de trabalho, independentemente dessa força de trabalho haver incorporado ou não as tais “precondições” para o desempenho do papel social

do trabalhador. De um momento para outro, a suposição de *A Toblice...* de que emprego e desemprego se relacionavam apenas a “mudanças estruturais típicas da destruição de empregos na indústria e criação de empregos novos na área de serviços, comércio, informática e, na base da pirâmide desta classe, da construção civil”, se esfumaça diante de algo que parece inexplicável, mas é recorrente na história do modo de produção capitalista: crise.

A crise financeira e econômica destrói indústrias, comércios e serviços, e joga na rua da amargura massas de trabalhadores que haviam incorporado, em diferentes graus, as “precondições” para trabalhar e “ascender socialmente”. Isto pelo simples fato de possuírem o defeito (e a qualidade básica) de só poderem relacionar-se com o capital vendendo sua força de trabalho no mercado. É nesses momentos, de emergência de todas as contradições que movem a sociedade capitalista, que ela mostra que até mesmo os setores que lograram incorporar as hipotéticas precondições para o desempenho do papel social de “trabalhador útil” podem ser jogados no desemprego e na condição de “excluídos”, soldados do exército industrial de reserva, lumpem-proletariado, ou até “ralé”.

Portanto, as precondições para a mobilidade entre as diferentes frações de proprietários somente de força de trabalho consistem não no chamado “capital cultural”, supostamente indispensável para o desempenho do papel social de trabalhador útil, mas em outras condições do próprio modo de produção capitalista. O “economicismo” do “capital cultural” é evidente. Só funciona quando o capitalismo está em ascensão.

Diferentes histórias nacionais de desenvolvimento capi-

talista já demonstraram que qualquer indivíduo desprovido da propriedade de meios de produção, ou de capital, possuindo ou não as “precondições de consideração religiosa, pertencimento a famílias mais bem-estruturadas” e outras qualidades culturais, pode ser transformado em “trabalhador útil” se o sistema capitalista necessitar. No Brasil, entre meados dos anos 1960 e final dos anos 1970, milhões de despossuídos da propriedade de qualquer tipo de capital, e de qualquer outra precondição que não fosse sua força de trabalho, foram transformados em “trabalhadores uteis”. Isto porque o modo de produção capitalista estava empenhado em criar “condições políticas e econômicas favoráveis” indispensáveis a seu desenvolvimento. Milhões de migrantes da agricultura nordestina foram incorporados à indústria sulista daquele período.

Esse foi o período em que, por um lado, a modernização capitalista da agricultura criou as condições favoráveis para a incorporação de antigos lavradores familiares, até então subordinados ao sistema latifundiário da agregação, ao assalariamento nas indústrias, comércios e serviços do “milagre econômico ditatorial”. Por outro lado, como aquela modernização agrícola continuou mesmo após a crise do “milagre”, outros milhões de ex-lavradores viram-se “urbanizados” sem condições para vender sua força de trabalho.

Foi a ausência dessas condições que engrossou, durante os anos 1980 e 1990, o “exército dos sem-trabalho e sem-estudo” muito além do chamado “exército industrial de reserva”, criando e reproduzindo de forma ampliada uma massa de “excluídos”, cujas frações incluíam um número crescente de lumpen-proletários, ou de “pobres delinquentes”, como os denomina *A Tolice...*

Durante os governos petistas de coalizão, na primeira década dos anos 2000, apesar da ausência de uma política de desenvolvimento industrial, criaram-se “condições políticas e econômicas favoráveis” para uma razoável expansão do emprego assalariado, especialmente nas áreas de construção civil, comércio e serviços, fazendo com que ocorresse uma redução parcial dos “excluídos” e de sua fração “desclassificada”. Porém, a presente viragem política e econômica, decorrente tanto da crise global, econômica e financeira, do capitalismo, quanto da ofensiva política da direita, nacional, regional e mundial, liquidou aquelas “condições favoráveis”.

Assim, estão se disseminando os desempregos estrutural e conjuntural, engrossando a classe dos excluídos e, junto com ela, a fração lumpen-proletária, ou delinquente, e fazendo parecer que o país vive uma situação de guerra civil não declarada. Nesse sentido, *A Tolice...* tem razão quando afirma que essa situação cria “uma divisão insidiosa e virulenta”, “tornando especialmente difícil qualquer forma de solidariedade interna” de classe.

Disso tudo podemos concluir que, como afirma *A Tolice...*, não há “fronteiras indestrutíveis” que separem a “ralé” das demais classes da base da sociedade. Ao contrário do que ela pensa, “com condições políticas e econômicas favoráveis”, os setores que lograram incorporar precondições para o desempenho do papel de ‘trabalhador útil’, assim como os setores que ainda não conseguiram incorporar tais precondições, podem disputar vagas no mercado de trabalho. O capital e seu Estado, como já fizeram em outras ocasiões, podem incorporar tais precondições.

Porém, ainda ao contrário do que supõe *A Tolice...*, mesmo que aquelas condições estejam presentes, não se pode supor que os trabalhadores possam “ascender socialmente”. Isto é uma quimera inclusive para a pequena-burguesia e parte da própria burguesia. O capital sofre de tendências inarredáveis: revolucionamento técnico, elevação da mais-valia relativa através do aumento da composição orgânica do capital (mais máquinas, menos trabalhadores), desemprego estrutural, crescente concentração e centralização do capital, queda da taxa média de lucro, crises destruidoras.

Ou seja, a relação básica do capital – capital e trabalho assalariado – mantidas as tendências citadas acima, agravadas pela crise, mata o trabalho assalariado e destrói a relação.



# Classes sociais

2 de março de 2017

Ao afirmar sintética e categoricamente não haver “qualquer diferença essencial acerca do modo como se estruturam as classes sociais em luta, por exemplo, no Brasil e na Alemanha”, *A Tolice...* mostra como vê as coisas de modo superficial.

Em primeiro lugar porque a burguesia alemã não possui uma fração agrária latifundiária poderosa como a burguesia brasileira. Em segundo lugar porque na Alemanha não existe, a rigor, uma classe excluída, constituída por uma extensa população sem-estudo e sem-trabalho, como no Brasil. Em terceiro lugar, porque seu desemprego tem o duplo componente de ser conjuntural (resultante da crise) e estrutural (resultante da elevação da composição orgânica do capital, em que o trabalho morto substitui cada vez mais o trabalho vivo). No Brasil o desemprego é estrutural no sentido de desenvolvimento incompleto do capitalismo, e conjuntural (resultante da crise global).

Em outras palavras, embora as leis de desenvolvimento capitalista sejam universalmente válidas, elas atuam desigualmente em cada nação ou região, impedindo que a estrutura de classes seja rigidamente igual em toda parte. A existência

de uma forte fração burguesa latifundiária e de uma “classe excluída”, num país de desenvolvimento capitalista atrasado como o Brasil, estabelece uma “diferença essencial” com a Alemanha e demais países capitalistas avançados, nos quais a formação de uma “classe excluída” avança com base em ex-assalariados com estudo e qualificação.

Por outro lado, *A Tolice...* tem razão ao acentuar que o “conceito de classe econômica” é inteiramente absurdo, pois “pressupõe que as determinações econômicas são as únicas visíveis que importam para o conceito de classe”. O conceito de “classe econômica”, cunhado por Neri, para supostamente demonstrar que a classe de renda C havia ascendido ao patamar de classe média, por sua vez, reduziu o “econômico” à renda, algo que *A Tolice...* não se preocupou em esclarecer. O que a leva a supor a “noção de classe social como aprendizado, em grande medida inintencional, de disposições para crer e agir”. Ou seja, a noção de classe social seria subjetiva.

A divisão da sociedade em classes, porém, desde que surgiu na história da humanidade, teve por base a divisão da sociedade em torno da propriedade privada dos meios de produção. Primeiro, e por alguns milênios, principalmente em torno da propriedade do solo, dos animais de trabalho (incluindo os seres humanos escravizados ou em servidão), e dos animais de criação. Depois, com o surgimento da manufatura e principalmente da indústria, fundamentalmente em torno da propriedade do dinheiro, das máquinas e demais equipamentos de produção e circulação das mercadorias.

Dizendo de outro modo, a divisão da propriedade privada do solo, dos seres humanos escravizados e dos animais

de criação fez emergir duas classes antagônicas: os escravistas, escravocratas, ou senhores de escravos, de um lado, e os escravos, de outro. Mas em todas as sociedades escravistas da antiguidade, como já vimos em comentários anteriores, também existiu um contingente de homens livres sem propriedade privada de meios de produção, ou com a propriedade de meios reduzidos de produção, constituindo uma ou mais de uma classe à parte.

Algo idêntico ocorreu com a superação histórica do escravismo pelo feudalismo. A divisão social da propriedade privada dos meios de produção continuou sendo a base da divisão da sociedade em novas classes sociais, tendo os senhores feudais e os camponeses servos como as principais classes antagônicas. Mas ao lado delas havia elementos livres, não proprietários, ou proprietários de outros meios de produção e circulação, como os agricultores comunitários, os comerciantes e os artesãos.

Já o capitalismo surgiu historicamente de um conjunto de modificações na sociedade feudal. A produção de excedentes agrícolas e minerais e a produção artesanal expandiram o comércio (mercantilismo), levaram à descoberta de novas terras e povos na África, Ásia e Américas, e promoveram grande acumulação de riquezas (ouro, prata, pedras preciosas, dinheiro). Isso, associado à expulsão dos camponeses das terras em que produziam, para dar lugar a novas formas de renda fundiária, levou à criação de grandes massas populacionais desprovidas de qualquer propriedade de meios de produção e de outras formas de sobrevivência que não fosse a mendicância, o roubo, e a venda da força de trabalho por salário.

Foram essas massas que constituíram paulatinamente uma nova classe social, que tinha como contraparte outra nova classe, proprietária de manufaturas. Em outras palavras, a nova relação econômica e social, denominada capital pelos economistas políticos ingleses, que continuava tendo por base a propriedade privada dos meios de produção, compreendia duas classes sociais opostas: os proprietários privados dos novos meios de produção e circulação (burgueses, capitalistas), e os proprietários privados de força de trabalho (trabalhadores assalariados, proletários, classe operária).

Essa nova relação econômica e social tomou impulso e se expandiu com a revolução técnica que deu surgimento à indústria, no século 19. No entanto, tanto em termos nacionais, quanto mundiais, o desenvolvimento dessa nova relação foi bastante desigual. Nesse sentido, não tem sentido a afirmação de *A Tolice...* quanto a uma suposta “pergunta central nunca respondida”. Isto é, como “explicar a permanência da condição subproletária no tempo”.

Primeiro, porque o desenvolvimento do modo de produção capitalista não foi um big bang. Ou seja, sua expansão tem ocorrido num tempo relativamente prolongado, mesmo nos países em que se implantou de forma mais avançada, a exemplo da Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Japão. Nesses países, sempre ocorreu uma defasagem entre a população ativa total disponível a vender sua força de trabalho e a demanda capitalista por força de trabalho. É essa defasagem entre a população proletária total e a população proletária empregada que explica a existência de uma população subproletária.

Esta constitui tanto aquilo que Marx chamou de exército industrial de reserva, quanto aquilo que se conhece como lumpenproletariado. Em outras palavras, o “pleno emprego” da força de trabalho proletária só ocorreu em casos históricos excepcionais, como na Alemanha e no Japão, durante a corrida armamentista dos anos 1930, e nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão, durante a segunda guerra mundial, nos anos 1940. Em países de desenvolvimento capitalista atrasado, como é o caso do Brasil, o “pleno emprego” jamais foi alcançado, seja porque seus “soluços” de crescimento foram de pequena duração, seja porque foram menos intensos do que o crescimento populacional.

Modernamente, a revolução científica e tecnológica das forças produtivas, e a conseqüente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, tende a expandir a presença da população subproletária, ou de uma “classe dos excluídos”, que inclui como frações o “exército industrial de reserva” de qualificados para o trabalho útil, o “lumpenproletariado”, e uma enorme massa indistinta que migra entre essas frações. Os Estados Unidos talvez sejam hoje o exemplo mais significativo dessa nova situação de desestruturação da classe proletária nos países capitalistas avançados.

Apesar disso, *A Tolice...* procura, a todo transe, fazer crer que a “classe perdedora da universalização do capital por todo o globo –... não é a classe trabalhadora como pensava Marx...” mas a classe dos desclassificados, a ralé, os excluídos, obedecendo a uma lógica semelhante nos países centrais e nos periféricos. O problema, no caso, consiste em que não é possível encontrar nos escritos de Marx qualquer referência à classe trabalhadora como “perdedora”. Ao contrário, ao

reconhecer que a “relação capital” é intrinsicamente formada por capitalistas e trabalhadores assalariados, Marx extraiu conclusões opostas às que *A Tolice...* sugere.

Os trabalhadores assalariados não vivem sem a existência dos capitalistas. E estes não conseguem manter-se sem aqueles, não tanto por serem necessários como produtores diretos, mas por constituírem o mercado de consumo das mercadorias produzidas pelo sistema. A crise do American Way of Life apresenta a brutal contradição de um altíssimo nível de desenvolvimento científico e tecnológico cavando um imenso fosso de trabalhadores qualificados sem emprego, aumentando a massa de pobreza e miséria que a população norte-americana desconhecia até poucos anos atrás.

Algo idêntico ocorre na Europa desenvolvida, desmentindo a suposição de *A Tolice...* segundo a qual os “países centrais e periféricos” obedecem a uma lógica semelhante, sendo a “ascensão social... uma prática em constante reafirmação, um jogo social”. Na verdade, tanto nos países centrais, quanto na maior parte dos periféricos, a “lógica semelhante” vem sendo o “descenso social”, através do qual a classe trabalhadora vai se transformando em “classe desclassificada”, em “ralé”, em “excluída”. E colocando o sistema capitalista diante do absurdo civilizatório de possuir uma imensa capacidade produtiva e uma descomunal concentração de capitais, ao mesmo tempo em que dissemina a pobreza e a miséria por massas imensas de proprietários de força de trabalho.

Para colocar a “percepção da vida social das sociedades modernas verdadeiramente em outro patamar de refinamento teórico e empírico”, como pretende *A Tolice...*, é indispensável

evitar creditar a Marx ideias e pensamentos que ele jamais exprimiu, retomar com vigor as verdadeiras categorias firmadas por ele, e analisar como elas estão evoluindo após o século e meio em que foram escritas.

As contradições que envolvem o capital, à medida que seu desenvolvimento parece chegar ao ápice, podem fazer com que a classe trabalhadora, mesmo transformada em classe que apenas possui força de trabalho, mas não tem emprego, negue dialeticamente a si própria. E, ao contrário do que pensa *A Tolice...*, liberte não só a si mesma como classe oprimida e explorada, mas a todas as demais classes, ao demonstrar que a abolição da propriedade privada é a condição necessária para superar a contradição limite do capital.



# Luta de classes

8 de março de 2017

Em *O Capital*, Marx diz que “ao longo do constante decréscimo do número de magnatas capitalistas, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração cresce; mas, com isso, também cresce a revolta da classe operária, a classe constantemente aumentada em números, e treinada, unificada e organizada pelo próprio mecanismo do processo capitalista de produção”.

Números recentes sobre “magnatas capitalistas” falam em apenas 8 capitalistas concentrando uma riqueza equivalente à metade de toda a população mundial. Outros números falam em cerca de 70 capitalistas com riqueza superior a toda a população mundial. Nesse sentido, Marx acertou na mosca. Como acertou também que, ao monopolizarem “todas as vantagens” do constante processo de transformação capitalista, tais “magnatas” fizeram crescer “a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração”.

*A Tolice...* confirma que isso é verdade no Brasil, onde “parcela desproporcional do PIB... em ganho de capital” vai “para o bolso dos endinheirados”, que representam “menos

de 1% da população”, enquanto só uma “pequena parte vai para a enorme maioria da população que vive de salários”. Por outro lado, *A Tólice...* acredita que nas “democracias europeias” tal relação seria “inversa”, embora tal crença na distribuição menos desproporcional do “ganho de capital” na Europa não se sustente diante das inúmeras pesquisas que comprovam, também lá, as previsões de Marx.

Tal crença no “bem-estar” dos trabalhadores teve por base, durante um tempo relativamente longo, a espoliação colonial encetada pelas potências burguesas europeias. Essa espoliação permitiu aos capitalistas europeus explorarem menos intensamente seus operários, criando uma “aristocracia operária” e reduzindo a intensidade da luta de classes naqueles países. Depois da segunda guerra mundial tal crença foi alimentada ainda com mais força através da criação dos Estados de Bem-Estar Social, para contrapor-se à expansão do modelo de socialismo soviético no leste europeu.

No entanto, seja porque o mundo colonial entrou em decadência, seja porque o socialismo de tipo soviético soçobrou, os Estados de Bem-Estar Social veem sendo abandonados e o capitalismo europeu acompanha a lei geral da centralização do capital e de pauperização da massa trabalhadora, situação que se agravou com a presente crise global. Nessas condições, ressuscitar tal crença neste momento não passa de tentativa disparatada de escamotear as previsões de Marx e criar divagações em torno das denúncias sobre as consequências danosas do processo de concentração e centralização do capital.

Parece “economicista” demais dizer que o “constante decréscimo do número de magnatas capitalistas, que usurpam

e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação” faz crescer “a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração”. Talvez por isso, *A Tolice...* prefira dizer que as “sociedades modernas compartilham muito mais do que a troca de mercadorias do comércio internacional ou do fluxo de capitais das bolsas de valores”.

Segundo ela, tais sociedades “compartilham uma ... hierarquia moral comum ou semelhante, a qual define quem será percebido pelas instituições, seja pelos seus membros, como digno ou indigno de respeito e reconhecimento social. É exatamente a cegueira em relação a toda a dimensão simbólica do capitalismo que impede de se perceber e de ser articular conscientemente sua hierarquia”. Enfim, é “como se a realidade da exploração não fosse um fenômeno total, existencial, afetivo, sub-político, emocional e ligado a todo tipo de estímulo irracional, mas apenas uma explicação econômica que bastasse ser mencionada para ser compreendida”.

É evidente que as sociedades capitalistas compartilham “muito mais do que a troca de mercadorias... ou do fluxo de capitais”, em termos nacionais e internacionais. Como é lógico que “a realidade da exploração” é um “fenômeno total”, embora de racionalidade capitalista extrema. Mas, se ficarmos adstritos a tal explicação, sem trazer à luz o mecanismo real da exploração, que repousa sobre uma base econômica, e só se mantém com o apoio de uma superestrutura social, ideológica e política, na verdade estaremos encobrimo a luz do sol com lona. O que pode levar à cegueira de não ver o que está acontecendo nas “democracias europeias”.

Por outro lado, deve-se reconhecer que a afirmação de

Marx quanto ao crescimento da “revolta da classe operária, a classe constantemente aumentada em números, e treinada, unificada e organizada pelo próprio mecanismo do processo capitalista de produção” em virtude do aumento da “massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração” suscita inúmeras interrogações e a necessidade de dados comprobatórios.

Há correntes não-marxistas e também marxistas que colocam em dúvida a suposição de que a “classe operária” seja uma “classe constantemente aumentada em números”. O aumento do desemprego estrutural, resultante da elevação da produtividade nos países capitalistas avançados, seria uma demonstração do erro das previsões de Marx quanto a esse tema. Assim, do mesmo modo que *A Tolice...*, muitos deles preferem falar em “multidão”, “ralé”, “despossuídos” etc, ao invés de “classe operária”, “classe trabalhadora” ou “proletariado”.

No entanto, se olharmos para o mundo como um todo e computarmos os processos de industrialização que ocorreram em inúmeros países da Ásia e da África em virtude da globalização capitalista, podemos dizer que a classe operária empregada aumentou “constantemente”, superando em muito o número de operários presentes nos capitalismo avançados durante seus maiores índices de emprego logo após a segunda guerra mundial. Naquela época, os trabalhadores assalariados nos Estados Unidos e na Europa Ocidental não somavam 500 milhões. Atualmente, embora o número de trabalhadores assalariados naqueles países tenha sido reduzido, somente Índia e China somam mais de mil milhões.

Por outro lado, o revolucionamento das forças produtivas e a elevação da produtividade tendem a reduzir o número de trabalhadores assalariados empregados e de aumentar a massa populacional de força de trabalho sem acesso ao processo produtivo, criando um número crescente de excluídos, seja na forma de exército de reserva, seja nas diversas formas de exclusão permanente. O que não elimina o fato de que essa massa populacional excluída continua tendo como característica fundamental a de ter como única propriedade sua força de trabalho, e necessitar vender tal força no mercado para poder se reproduzir como ser humano.

Em outras palavras, as opções que o desenvolvimento capitalista coloca diante do proletariado “incluído” e do proletariado “excluído” são as mesmas: poder vender sua força de trabalho, ser substituído por um sistema que redistribua a riqueza gerada pelo processo produtivo conforme as necessidades de cada um, ou sucumbir miseravelmente. Supor a “ascensão social” num sistema que tende a expulsar cada vez mais a força de trabalho assalariada do processo produtivo não passa de ilusão, ou de escamoteação da realidade.

É evidente que todo “esse universo”, como pensa *A Tólice...*, pode ser “naturalizado” e não percebido como “construção histórica”, levando “os interesses eventuais das frações do capital a representar a única referência de análise social”, principalmente se “as classes dominadas” se virem “como inferiores, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas”. Ou pode ser nublada por análises que se percam em generalidades como supor “que não existe uma lógica ‘material’ e econômica que se contrapõe a uma lógica simbólica, não econômica”, pois a lógica simbólica também seria “perpassada pela dimensão

simbólica” que possui “um fundamento material”.

Tais considerações só servem para obscurecer a realidade, mesmo que se suponha que tal “separação entre material e simbólico” seja “meramente analítica”, e que “o principal” consiste em perceber “que os atores individuais ou coletivos” produzem “consensos sociais que não são mera decorrência de interesses econômicos”. Este seria o “verdadeiro limite de toda forma de economicismo”, que sequer percebe que a “ação já pressupõe todo um universo simbólico, composto por pressupostos jurídicos, emocionais, pulsionais, morais e políticos” que possuem “positividade própria” quando se trata de “compreender qualquer ação individual ou coletiva”.

Na prática, a ação da classe proletária, incluída ou excluída, em geral não “pressupõe” qualquer “universo simbólico” que possua “positividade própria”. Ao contrário, sua ação, individual ou coletiva é, em geral, negatividade. Negatividade de sua situação humana negativa, miserável, oprimida, degradada e explorada. É somente no processo de negação ou luta de uma, de algumas, ou de todas as suas negatividades, que os proletários percebem a “positividade” de sua luta, assim como os pressupostos simbólicos que a classe burguesa apresenta como se fossem comuns a toda a sociedade.

Esse é um processo de aprendizado de classe, demorado, complexo e carregado de dificuldades, que só ganha “positividade” à medida que a classe burguesa dominante também é compelida, para manter sua própria positividade, a endurecer sua negação no atendimento às pequenas e grandes demandas da classe proletária, e em que a intelectualidade que procura expressar tais demandas atua no sentido de travar uma luta ideológica esclarecedora contra as negações dominantes.

# Classes reais e fictícias

15 de março de 2017

*A Tolice...* afirma que “o que importa para a teoria sociológica crítica é perceber como a dominação social é construída e legitimada”. Estas seriam “as duas questões mais importantes”, tal “importância central” tendo a ver com a “capacidade de explicitar conflitos sociais e lutas de classes que de outro modo seriam invisíveis”.

Para demonstrar essa capacidade de explicitação de conflitos sociais invisíveis, *A Tolice...* retorna aos “desclassificados” que, “em sociedades como a brasileira e a indiana”, seriam “incapazes de lutar no mercado competitivo” e teriam seu tempo roubado pelas “classes médias e altas”. Essa classe seria “reduzida por completo à energia muscular”, seu trabalho poupando “tempo... às classes de privilégio” e as ajudando “a reproduzir em escala ainda mais ampliada os próprios privilégios de nascimento”.

Como já frisamos anteriormente, *A Tolice...* comete o erro de incluir no que chama classe de “desclassificados” uma série de assalariados dos serviços, pertencentes à classe trabalhadora ativa. Além disso, parece desconhecer que uma grande massa dos trabalhadores assalariados de outros seto-

res produtivos e da circulação das mercadorias também são reduzidos por completo “à energia muscular”. É difícil saber de onde tirou a idealização de que a classe operária seria toda ela composta de trabalhadores que usariam principalmente seu cérebro competitivo.

Para piorar, continua escamoteando o processo de exploração do sistema capitalista de produção e circulação. Substitui o tempo expropriado dos trabalhadores no processo produtivo, o verdadeiro mecanismo de reprodução e acumulação do capital, por um suposto “tempo roubado” pelas “classes médias e altas”, para “poupar” seu tempo de trabalho. Portanto, procura tornar invisível tanto o processo de exploração e reprodução realizado pelo capital, quanto a distinção entre burguesia (classe alta) e pequena-burguesia (classe média), embrulhadas no mesmo saco de “classes privilegiadas por nascimento”.

Para *A Tólice...* o roubo do tempo dos desclassificados, “incapazes de lutar no mercado competitivo” constituiria “uma luta de classes extremamente importante e ao mesmo tempo invisível”. Tão invisível que até mesmo o marxismo não a veria, “de tão acostumado a inquirir acerca da mobilização e de setores sociais mobilizáveis para a luta através de sindicatos e de partidos”. Isso se deveria a que, embora os “interesses materiais” também sejam “fundamentais” “ao ditar a busca do lucro e da mais-valia como fundamentos da lógica econômica”, a “compreensão da lógica política” seria “muito mais difícil”, sua falta de desenvolvimento sendo tributária do “economicismo implícito no marxismo”.

Para *A Tólice...* o marxismo não teria desenvolvido “um

aparato conceitual que possa dar conta – como fez Weber.. do trabalho de dominação social, que se transforma em convencimento, em dominação aceita e desejada pelo próprio oprimido. Daí essa mania um pouco ridícula dos marxistas de sempre procurarem consciência de classe e atores revolucionários, quando esses são sempre construções improváveis e que existem mais como exceção do que como regra”.

*A Tólice...* parece ignorar que “atores revolucionários” são construções históricas. Elas tiveram que ser conceituados como tais porque surgiram em todas as formações sociais, independentemente de algum “aparato conceitual”. No processo de transformação do feudalismo em capitalismo na Europa, a burguesia, o campesinato e o proletariado, classes que surgiram durante a evolução histórica do feudalismo, desempenharam esse papel.

Na evolução do capitalismo, parte do campesinato evoluiu para a condição burguesa, que se tornou conservadora, e parte evoluiu para a condição proletária. O proletariado foi a única classe que se manteve como ator revolucionário, ao impor à burguesia as reformas democráticas que ela se negava a cumprir. Se não fosse tal “ator revolucionário”, direitos humanos e democráticos como o tempo da jornada de trabalho, o voto universal e direto e inúmeros outros, provavelmente ainda estariam como “construções improváveis”.

De qualquer modo, *A Tólice...* explicita uma diferença fundamental entre marxismo e weberianismo. Enquanto Weber buscou “um aparato conceitual” que explicasse como a dominação social “se transforma em convencimento, em dominação aceita e desejada pelo próprio oprimido”, Marx

foi além. Por um lado, buscou essa explicação na realidade da difusão e do convencimento ideológico. Por outro, buscou extrair da realidade da dominação econômica, social e política as evidências e as formas de luta que permitiam aos dominados descortinarem a crueza da dominação e romperem com ela, não mais a aceitando.

Portanto, a teoria sociológica de Marx não se limitou a “perceber como a dominação social é construída e legitimada”, mas também como tal dominação pode ser historicamente superada. Tomando o próprio processo histórico como elemento de análise, comprovou que todas as “dominações sociais construídas e legitimadas” foram superadas por outras dominações sociais através das lutas entre as classes resultantes da divisão social baseada na propriedade privada dos meios de produção. Portanto, no capitalismo as classes e suas lutas também precisavam ser achadas através da análise da divisão social da propriedade dos meios de produção e das formas concretas como se manifestam não só a dominação social capitalista “construída e legitimada”, mas também as resistências e negações das classes oprimidas, mesmo que inicialmente invisíveis ou visivelmente dispersas, tresloucadas e sem rumo.

Ao tomar tal análise erroneamente como “economicista”, *A Tolice...* é levada a uma classificação errada das classes nas sociedades capitalistas. Por exemplo, considera que as “classes médias e alta” de nossa sociedade “não possuem apenas o mesmo privilégio de consumo de seus pares europeus e norte-americanos”. Contariam ainda com “um verdadeiro exército de mão de obra barata, sob a forma de empregados domésticos, babás, faxineiras etc., que permite poupar tempo

para atividades bem-remuneradas e reconhecidas, além de minorar, por exemplo, a luta de gênero nessas mesmas classes, transformada em luta de classes invisível”.

Em primeiro lugar, ao colocar no mesmo patamar as “classes médias e alta” por possuírem, além do “privilégio de consumo de seus pares europeus e norte-americanos”, “um verdadeiro exército de mão de obra barata... de empregados domésticos”, *A Tolice...* transforma em questão central as capacidades de consumo e de possuir empregados domésticos. Com isso, torna invisível a questão-chave da propriedade dos meios de produção e circulação. Quem tem essa propriedade, aqui como nos Estados Unidos e na Europa, é a “classe alta”, a classe capitalista, a burguesia.

Colocar a capacidade de consumo e de ter empregados domésticos da classe média (a pequena burguesia) no mesmo patamar da capacidade de consumo da burguesia é desconhecer totalmente a diferença abissal que existe entre essas classes, tanto entre os pares europeus e norte-americanos, quanto em relação ao próprio Brasil.

A pequena-burguesia europeia e norte-americana tem dificuldade em ter empregados domésticos porque lá o preço da força de trabalho é alto. Mas as burguesias daqueles países, além dos exércitos de trabalhadores empregados na produção, comércio e serviços, possuem batalhões para os trabalhos domésticos. No Brasil, em virtude do baixo preço da força de trabalho, a pequena burguesia ainda pode ter o luxo de contratar alguns empregados domésticos, mas nada comparável aos exércitos e batalhões de trabalhadores utilizados pela burguesia cabocla.

Portanto, no que é realmente fundamental na análise das classes das sociedades capitalistas, *A Tòlice...* e seu weberianismo demonstram sua incapacidade ao colocarem em patamar idêntico a burguesia e a pequena-burguesia. O que, em termos políticos marxistas, significa confundir os inimigos principais, algo terrível para qualquer luta de classes. Assim, não por acaso, afirma que o “acesso ao capital cultural sob a forma de capital escolar e herança familiar” garante a formação da moderna classe média brasileira, enquanto classe de “trabalho intelectual”, tendo por oposição, o “trabalho manual das classes sem acesso significativo ao mesmo tipo de capital”.

Desse modo, *A Tòlice...* afunila a luta de classes no Brasil à oposição entre a classe média e as classes “sem acesso ao capital cultural”, em vez de demonstrar que é a burguesia que domina a sociedade brasileira. Formada pelas frações financeira, agrícola, industrial, comercial e de serviços, tanto nacionais quanto estrangeiras, essa burguesia reproduz e multiplica seu capital, tendo por base seu modo de produção, circulação e distribuição. E se esforça por legitimar seu domínio geral através de um constante processo de destilação ideológica e de mistificação e opressão política, realizado por seus instrumentos de difusão cultural, propaganda travestida de informação, e opressão legal do aparato estatal.

Essa burguesia, pela própria natureza de seu sistema de produção, não pode viver sem seu contrário, o trabalhador desprovido da propriedade de meios de produção e cuja sobrevivência depende da possibilidade de vender sua força de trabalho por um tempo determinado para os proprietários de meios de produção. Portanto, é no contexto dessa contradição principal do sistema capitalista que as demais classes existen-

tes na sociedade devem ser analisadas e classificadas, e que se pode ter uma apreciação mais aproximada das oposições e convergências entre elas. E, portanto, estudar como tais oposições e convergências ocorrem, seja de forma visível ou invisível, de modo a descobrir as formas reais que assumem as lutas de classes, inconscientes e/ou conscientes.



# Lutas e ilusões de classe

22 de março de 2017

*A Tolice...* tem razão ao dizer que o “tema das relações entre as classes sociais no Brasil – único que pode permitir uma concepção crítica – é ainda hoje dominado e obscurecido pelas mesmas leituras economicistas e culturalistas conservadoras”. No entanto, não reconhece que sua leitura weberiana esteja incluída aí ao afirmar que “todas as lutas de classes e de suas frações são pensadas por uma necessidade de justificação do que ‘distorce a realidade’ ao limite de tornar o interesse material ou ideal um jogo irreconhecível”.

Em outras palavras, em vez de examinar as lutas de classes e de suas frações por suas manifestações reais – concorrência intercapitalista, concorrência entre trabalhadores por postos de trabalho, disputas por aumento ou rebaixamento salarial (mesmo encobertas por pretensa “modernização” das leis trabalhistas em relação às jornadas de trabalho), assédio sexual, preconceito de cor, preconceito de gênero e de outros tipos etc etc etc – ela pretende pensá-las por “necessidade de justificação”.

Na vida real, a necessidade de justificação das lutas pode ou não distorcer a realidade. As lutas de uma classe ocorrem e

se justificam por sua ocorrência, mesmo sendo injustificáveis para a classe oposta. A luta de trabalhadores por aumento salarial ou por redução da jornada de trabalho será sempre injustificável para os capitalistas. Primeiro por reduzir a taxa de mais-valia, depois por estimular outros trabalhadores a reivindicar o mesmo e, mais ainda, por elevar o moral dos trabalhadores e sua consciência a respeito da exploração. A luta das mulheres pelo direito de votar era injustificável tanto para grande parte dos trabalhadores, ideologicamente subordinados à tese da superioridade masculina, quanto para a maior parte dos capitalistas, seja por causa daquela ideologia, seja pelo fato de que estimularia as mulheres a lutar por salário igual ao dos homens.

Por outro lado, a história está cheia de lutas incorretas do ponto de vista do que a classe se propunha. Por exemplo, o movimento massivo de quebra das máquinas pelos ludistas, no século 19, foi errado tanto do ponto de vista da burguesia quanto dos objetivos dos próprios trabalhadores, e foi derrotado tanto por seus erros quanto pelo fato de ser um processo educativo da classe trabalhadora. Afinal, essa e inúmeras outras lutas idênticas contribuíram para elevar a consciência dos trabalhadores sobre o capitalismo, as classes existentes e sua luta, assim como seu grau de organização.

A visão torta de *A Tolice...* sobre tais aspectos manifesta-se também em sua análise histórica sobre o “padrão altamente concentrador” do capitalismo que se instaurou no Brasil. Para ela, tal padrão explicaria “o alto preço dos bens duráveis que não precisam ser competitivos em um mercado interno altamente monopolizado”, ainda mais se houver “ganhos crescentes também para os trabalhadores urbanos”.

Para *A Tolice...* tal “modelo inclusivo” iniciado em 1930 teria se esgotado e desembocado na “Revolução de 1964”.

Em outras palavras, *A Tolice...* ignora a luta de classes que produziu aquele “padrão concentrador” do capitalismo brasileiro, considera-o “inclusivo”, e conclui que a “revolução” de 1964 teria sido decorrência dos “ganhos crescentes” dos trabalhadores. Convenhamos, confundir golpe militar com revolução e considerar que os “ganhos crescentes dos trabalhadores urbanos”, ou o “modelo inclusivo” varguista, estão na origem daquele golpe é de uma superficialidade gritante.

O golpe de 1964 e a ditadura militar resultante têm sua origem em um processo bem mais complexo das lutas de classe no Brasil. A segunda guerra mundial produziu, como frisamos em comentário anterior, uma elevada concentração de capitais nos Estados Unidos. Acompanhada da recuperação capitalista na Europa ocidental e no Japão ela modificou a política de exportação de capitais. Em 1951, quando Vargas retornou à presidência, as exigências externas não eram mais, como antes, contra a industrialização dos retardatários, mas por industrializações desnacionalizantes.

Em contraste, cresceram as pressões das classes populares e de setores intermediários por um desenvolvimento econômico mais nacionalista, tendo como motores as empresas estatais, e por um desenvolvimento social menos desigual, que também incluísse a reforma agrária. Em sentido contrário as lutas populares urbanas e rurais mobilizaram os latifundiários, racharam a burguesia brasileira, e colocaram no cenário nacional agentes diversificados das burguesias estrangeiras, que erigiram como perigo máximo o “comunismo”.

As classes reacionárias mobilizaram parcelas anticomunistas e anti-estatistas consideráveis de setores sociais intermediários e de correntes religiosas e das forças armadas. Os golpes militares frustrados de 1954, 1955, 1957 e 1961 foram os precursores do golpe vitorioso de 1964. Este, por sua vez, mostrou mais uma vez que a realidade das lutas de classes é, em geral, mais complexa do que o que foi pensado como objetivo das classes vitoriosas.

Assim, para abrir ainda mais as portas do país aos investimentos do capital estrangeiro foi preciso deixar de lado a promessa de acabar com as estatais e, ao contrário, aumentar seu número para fazer frente à necessidade de construir a infraestrutura industrial demandada por aqueles investimentos. E, para fornecer a força de trabalho também demandada pela porção produtiva desses investimentos foi necessário modernizar os latifúndios, mecanizando-os e liberando seus agregados para transformá-los em força de trabalho assalariado na indústria e nos serviços.

O período ditatorial militar resultou numa sociedade capitalista mais complexa. Produziu uma classe operária muito maior e mais avançada do que a existente até 1964 através da redução acentuada do campesinato “agregado”. Transformou a antiga classe latifundiária numa forte fração agrária da burguesia. Elevou a fração financeira da burguesia à condição hegemônica. E permitiu que a economia nacional fosse monopolizada e/ou oligopolizada por corporações estrangeiras.

Apesar ou por causa de tudo isso, o sistema político ditatorial terrorista conseguiu derrotar todas as tentativas de

resistência armada, mas não pôde evitar o retorno das lutas de classes quando as crises do petróleo e da dívida externa liquidaram o “milagre econômico”, em meados dos anos 1970. Retorno, primeiro, no confronto contra a “compressão salarial”, no chão das fábricas, e na emergência dos movimentos contra o custo de vida, nas ruas.

Logo a seguir, nas vitórias eleitorais da oposição consentida, nas manobras palacianas para manter a maioria parlamentar da ditadura, nas pressões de crescentes setores da própria burguesia e das forças armadas para o retorno aos governos civis, e nos planos de retirada estratégica militar (distensão e abertura). Lutas de classe que desembocaram nas grandes greves fabris, aparentemente contra o arrocho salarial mas, acima de tudo, rompendo os ditames do Ato Institucional 5.

A emergência das grandes lutas operárias de 1978 em diante mostrou, mais uma vez, que a classe proletária é uma classe treinada pelo próprio mecanismo capitalista de produção. A esmagadora maioria da “nova classe trabalhadora”, surgida do “milagre econômico ditatorial”, era proveniente do campesinato desagregado pela modernização capitalista do latifúndio. O que realmente a despertou foi o arrocho salarial, a multiplicação dos acidentes de trabalho, a ditadura dos chefetes, e a miríade de violências que os trabalhadores sofrem no dia a dia de sua labuta.

Em geral, é o conjunto desse sofrimento comum de exploração que transforma a classe trabalhadora em classe unificada, mesmo que nem todos os membros individuais tenham consciência disso. É o processo organizado da

produção capitalista que ensina a ela que também precisa ser organizada para lutar, o que se expressa na organização sindical, na formação de diferentes tipos de comitês no chão da fábrica, e na organização de diferentes formas de luta, com diferentes graus de revolta diante da exploração capitalista.

Os anos 1980 no Brasil assistiram a pelo menos dois movimentos contraditórios em relação à classe trabalhadora. Por um lado, o país continuou afundando na crise econômica, financeira e social herdada da ditadura militar que, entre outras coisas, promovia a paralização do desenvolvimento industrial, demissões fabris e crescimento da taxa de população sem emprego, e enfraquecia seus movimentos sociais. Por outro lado, o movimento sindical surgido durante os anos 1970 promovia a congregação de inúmeras correntes políticas populares e socialistas num partido de trabalhadores e na fundação de uma central sindical. Em termos gerais, podia-se deduzir que havia certo descenso na mobilização social popular, mas isso era compensado por uma forte ascensão na mobilização política popular.

Foi essa ascensão da mobilização política popular, ou da luta de classes no terreno político, que promoveu a aprovação da anistia política, desencadeou a luta por diretas-já, apressou a retirada estratégica militar, levou à eleição de uma assembleia constituinte, à aprovação da constituição mais democrática da história brasileira e, na primeira eleição presidencial pós-ditadura, em 1989, quase colocou um operário lá na presidência da república.

Depois disso, os anos 1990 foram marcados pela ofensiva neoliberal. Esta conquistou o coração e a mente de grandes

setores sociais ao conter a inflação com um plano que mascarava o processo ainda mais intenso de desindustrialização e redução da classe trabalhadora empregada e organizada. Essa redução era falsamente atribuída à modernização eletroeletrônica do processo produtivo e à elevação da produtividade, argumentos que conseguiram enganar muitos setores sociais, inclusive parcelas dos trabalhadores.

Nessas condições, a análise das classes e da luta de classes no Brasil caiu na mesmice de diferentes concepções economicistas e weberianistas, socialdemocratas etc, que impediram acompanhar o impacto dos problemas econômicos, sociais e políticos nas diferentes classes sociais e em suas representações. Muitos economistas, sociólogos e políticos foram levados a acreditar na possibilidade de uma ampla conciliação de classes para travar uma guerra comum contra a desigualdade social, a pobreza e a miséria. Uma ilusão!



# Proletários, batalhadores e excluídos

5 de abril de 2017

Foi na suposição de uma duradoura conciliação de classes, capaz de promover o crescimento econômico com base no aumento do poder de compra das camadas miseráveis e pobres, que a primeira década dos anos 2000 assistiu à emergência do que muitos chamam de “nova classe trabalhadora”. Teria havido a “ascensão social” de cerca de 40 milhões de brasileiros, metade deles entrando no “mercado formal” com a proteção de leis trabalhistas”, e a outra metade se aproximando de uma “classe trabalhadora precarizada”.

Estão certos os que consideram errado chamar de “classe média” a parcela dos assalariados que teve “aumento de renda” e “proteção de leis trabalhistas”. Por outro lado, também é um exagero supor que o acesso à renda salarial, com proteção ou não das leis trabalhistas, representa uma “ascensão social”. Como é um erro considerar que os “precarizados” estejam “fora” do mercado de trabalho.

O mercado inclui tanto a parcela da força de trabalho formalmente empregada, não precarizada ou precarizada, quanto os contingentes populacionais que vagam entre o “exército industrial de reserva” do capital e os contingentes

na situação de “excluídos”. “Estar no mercado” significa “estar à venda”, e não necessariamente ter sido vendido. Não é por acaso que a chamada “nova classe trabalhadora” foi constituída tanto por fração dos trabalhadores já empregados quanto por fração dos que se encontravam entre os “excluídos”.

Essa classe trabalhadora, como antes, continuou pagando “um preço caro” por haver sido incorporada à reprodução do capital”. Com certeza, os 40 milhões incorporados nos anos 2000 constituíram um acréscimo às parcelas da classe trabalhadora que, nas décadas anteriores, apesar do desmonte do parque industrial do país e das demais sequelas das políticas neoliberais do período FHC, continuaram empregadas.

Nesse sentido, essa classe trabalhadora, tanto a “não precarizada” quanto a “precarizada”, comporta não só frações “novas”, mas também frações “velhas” pelo simples fato de que engloba todos os despossuídos da propriedade privada de meios de produção. Despossuídos desses meios para sobreviver, precisam vender sua força de trabalho, constituindo frações proletárias produtivas, frações que batalham por trabalho, e frações que já se consideram totalmente “excluídas”.

Por um largo período histórico (pelo menos desde meados dos anos 1970), parcelas significativas da grande classe de pessoas que possuem, como única propriedade, sua força de trabalho, foram excluídas do acesso ao trabalho efetivo, embora estivessem à disposição do mercado. São o resultado da modernização capitalista dos latifúndios e de seu êxodo para uma industrialização que já havia sido encerrada pelas crises do petróleo e da dívida externa.

Não mais podendo retornar aos campos, e não mais

encontrando um mercado demandando trabalhadores, milhões de sem-trabalho (e, em geral, sem-estudo) vivendo nas taperas de favelas de morros e periferias das grandes cidades, passaram a sobreviver de bicos, esmolas, serviços esporádicos e programas de renda, ou se engajaram no banditismo, no tráfico e em outras atividades antissociais. Reproduzindo-se durante os anos perdidos e neoliberais das décadas de 1980 e 1990, hoje essas parcelas “excluídas” estão encravadas em territórios urbanos relativamente extensos, sob o poder paralelo de “quadrilhas”, “milícias” e “comandos”.

Essa situação exige que tratemos tais parcelas como uma “classe” que merece uma análise diferenciada e específica no contexto geral da luta de classes no Brasil. Por outro lado, constitui um erro crasso considerar como parte desses excluídos as parcelas ou frações da classe trabalhadora empregadas em serviços domésticos e/ou de baixa remuneração e qualificação. Todos os indivíduos proprietários de força de trabalho destituídos da propriedade de meios de produção, empregados no “trabalho manual” ou no “trabalho intelectual”, altamente ou sofrivelmente qualificado, leve ou pesado, limpo ou sujo, de alto ou baixo salário, fazem parte da classe trabalhadora.

Embora podendo constituir uma fração da classe social trabalhadora, eles tendem a se unificar nesta não só pela característica comum de serem despossuídos da propriedade de meios de produção, mas também porque sua luta imediata consiste em lutar por melhores condições no mercado de trabalho, tanto econômica quanto social e politicamente, porque tal mercado depende tanto da classe burguesa quanto do Estado.

Nas condições atuais, a “classe excluída” brasileira, embora relativamente grande, só consegue ser maior do que “a velha e a nova classe trabalhadora” quando desta são excluídos os empregados domésticos e uma miríade de trabalhadores de “segunda categoria”. Apesar de discordarmos dessa manobra sociológica, reconhecemos que a sociedade brasileira corre o perigo de que isso se torne uma realidade se os planos neoneoliberais de reforma trabalhista e previdenciária forem levados à prática na profundidade e na extensão pretendidas pela burguesia, especialmente a financeira, e por seus representantes políticos golpistas.

As atuais promessas de recuperação econômica e do emprego não se coadunam com a privatização e a desnacionalização das estatais, com o desmonte das grandes empresas de construção civil, com a redução substancial dos investimentos estatais. Sustentar que a queda da inflação, a valorização do real frente ao dólar, a vagarosa queda da taxa de juros, a privatização e desnacionalização das estatais, a venda de empresas privadas e de terras nacionais a corporações estrangeiras, e a devolução aos trabalhadores de alguns poucos bilhões de reais retidos no fundo de garantia são sinais seguros de “reversão da crise econômica e de emprego” é o mesmo que esquecer a história do período dos governos FHC.

Na prática, a crise está forçando grande parte dos 13 milhões de desempregados a tentar reincorporar-se ao Bolsa Família. E isto, como o resto, mais cedo ou mais tarde vai se chocar com as reformas neoneoliberais que devem transformar esse e outros programas contra a pobreza e a miséria em cópias desbotadas do que foram nos governos Lula e Dilma. Nessas condições, é possível que a classe excluída brasileira se

transforme na classe realmente mais numerosa da sociedade. O que vai exigir das forças políticas democráticas, progressistas, socialistas e de esquerda um esforço ainda mais decidido para tratar seus problemas, aspirações e formas de luta e de organização.

Por outro lado, seria um erro descurar do fato de que, apesar disso, a luta da classe trabalhadora ainda é aquela capaz de unificar todos os oprimidos num poderoso caudal. Não porque tal classe seja intrinsecamente revolucionária ou algo que o valha. Mas porque é a única classe que só pode libertar-se transformando ao mesmo tempo todas as demais classes sociais. Nesse sentido, é necessário superar as suposições de que o que está em pauta na sociedade brasileira é a oposição e a luta entre a classe média de “trabalho intelectual” e as classes de “trabalho manual”, assim como a possibilidade de “ascensão social” através da incorporação do “capital cultural”.

De certo modo, foi essa suposição que embasou a estratégia de aliança de classe com a burguesia, incluída a burguesia financeira. Como provaram os anos de governos de coalizão petista, firmou-se a crença de que a superação da miséria, a redução dos níveis de pobreza e de desigualdade social, e a “ascensão social” dos trabalhadores desempregados e empregados, seriam aceitas pela burguesia por teoricamente contribuir para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Teoricamente, o desenvolvimento do poder de compra das populações sem-renda ou de baixa renda deveriam estimular os investimentos produtivos. Mas a vida real demonstrou que isso, apesar de meritório, não passou de uma ilusão ideológica. A classe média não foi senão uma tropa

de choque da burguesia para liquidar o sonho de verão de superar as desigualdades sociais sem necessidade de reformas econômicas, sociais e políticas profundas. Por isso, o que está em pauta na sociedade brasileira atual é a estratégia de construção de uma forte aliança social e política incluindo a classe trabalhadora (velha e nova), os excluídos, e os setores democráticos da pequena burguesia (classe média) urbana e rural, contra os objetivos rentistas e desnacionalizantes das burguesias cabocla e estrangeira.

O que só pode ser feito se houver um claro objetivo de, pelo menos, ampliar e consolidar a participação democrática e popular no Estado, fazer com que o Estado e seus instrumentos econômicos assumam o papel de transformar os monopólios em sistemas concorrenciais, orientar os investimentos na reindustrialização do país, realizar a reforma da propriedade agrária, fortalecendo as agriculturas familiar e cooperativa voltadas para a produção de alimentos para o mercado doméstico, e realizar a reforma do solo urbano, criando as condições para que os trabalhadores tenham moradia e vida dignas.

Se a classe trabalhadora como um todo, incluindo suas diversas frações, não for ganha para essa estratégia de luta, o Brasil tende a se tornar ainda mais desindustrializado e mais dependente de um agronegócio, também desnacionalizado, voltado prioritariamente para o mercado externo e também dependente, cada vez mais, das Bolsas internacionais. Como sempre, a “ascensão social” da classe trabalhadora não passará de um borrão.





**P**ensando a Longo Prazo, crítica ao livro *A Tolice da Inteligência Brasileira* de autoria do sociólogo Jessé de Souza, reúne uma série de artigos de Wladimir Pomar publicados pelo Correio da Cidadania, entre junho de 2016 e abril de 2017.

O lançamento de *A Tolice da Inteligência Brasileira* ocorreu “quase no momento em que a maioria do Congresso Nacional deu uma demonstração inequívoca do nível cultural predominante na elite política brasileira”. Aquela maioria, com o processo de impedimento contra a presidente Dilma, colocou o Brasil diante não só de uma “guinada conservadora”, mas também de um caminho que tendia desembocar num reacionarismo político perigoso. O que, afinal, se materializou com a vitória eleitoral da proposta fascista de Bolsonaro, em 2018.

Segundo Wladimir Pomar, *o que me levou a escrever os comentários críticos não foi a pretensão de Jessé em apresentar “uma abordagem teórica e histórica inédita”. Ou sua intenção de oferecer “um caminho para devolver ao povo brasileiro a possibilidade de entender as reais contradições de nossa sociedade”.*

*O que verdadeiramente me incentivou a elaborar textos críticos à Inteligência... foi a evidente contradição de que tal texto, do ponto de vista político, embora se encontrasse nas fileiras daqueles que combatiam a guinada conservadora e reacionária, expunha afirmações e conceitos que, vistos numa perspectiva de longo prazo e do futuro da luta de classes sociais no Brasil, causavam inúmeras confusões teóricas e mereciam uma crítica mais fundamentada.*

Página **PT** 13

ISBN 978-85-62508-41-7

